

V. 63

ENSINO REMOTO: A IMPLEMENTAÇÃO DE ORIENTAÇÕES DA SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO POR DIRETORES ESCOLARES (vol. II)

ANGELA MARIA MARTINS • CLÁUDIA OLIVEIRA PIMENTA (COORDS.)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS



RELATÓRIOS TÉCNICOS

SÃO PAULO 2023

DOI 10.18222/fcc-dpe-2023_1

V. 63

ENSINO REMOTO: A IMPLEMENTAÇÃO DE ORIENTAÇÕES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO POR DIRETORES ESCOLARES (vol. II)

ANGELA MARIA MARTINS • CLÁUDIA OLIVEIRA PIMENTA (COORDS.)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

TEXTOS FCC

RELATÓRIOS TÉCNICOS

SÃO PAULO 2023

.....

M341e MARTINS, Angela Maria (Coord.)

Ensino remoto: a implementação de orientações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo por diretores escolares (vol. 2) / Angela Maria Martins, Cláudia Oliveira Pimenta, Fabiana Silva Fernandes, Vandrê Gomes da Silva, Sanny Silva da Rosa, Thulio Manoel Costa de Oliveira. – São Paulo: FCC, 2023.

100p. (Textos FCC: Relatórios técnicos, 63)

ISBN 978-65-992085-9-1

DOI 10.18222/fcc-dpe-2023_1

1. Ensino Remoto. 2. Legislação do Ensino. 3. Políticas Públicas. 4. Pandemia. I. MARTINS, Angela Maria. II. PIMENTA, Cláudia Oliveira. III. FERNANDES, Fabiana Silva. IV. SILVA, Vandrê Gomes da. V. ROSA, Sanny Silva da. VI. OLIVEIRA, Thulio Manoel Costa de. VII. Título. VIII. Série.

CDU 371

.....

Elaborada por Ana Maria de Souza CRB-8/5580

Biblioteca Ana Maria Poppovic – Bamp

A Fundação Carlos Chagas (FCC), instituição de direito privado sem fins lucrativos, atua em duas grandes áreas: Avaliação/Concursos/Processo Seletivo e Pesquisa e Educação. Há mais de 50 anos, é reconhecida pela competência na realização de concursos, vestibulares, avaliação de sistemas e pesquisas socioeducativas.

O investimento em educação e pesquisa sempre foi uma das forças motrizes da FCC. Por meio de seu Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE), dedica-se a programas de investigação de temas direta ou indiretamente relacionados à educação, envolvendo avaliação, formação e trabalho docente, infância, juventude, família, trabalho, questões relacionadas a gênero, relações étnico-raciais e políticas públicas.

DIRETORIA

João Luís da Silva

Diretor-Presidente Executivo

Lúcia Villas Bôas

Diretora-Vice-Presidente Operacional

Roseli dos Santos Gancho

Diretora Administrativo-Financeira

Departamento de Pesquisas Educacionais

Lúcia Villas Bôas

Coordenadoria de Pesquisas Educacionais

Sandra G. Unbehaum

TEXTOS FCC

Textos FCC é uma publicação que visa a disseminar dados e achados dos estudos realizados no âmbito do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (DPE/FCC) e trabalhos contemplados por prêmios conferidos pela instituição, bem como pesquisas feitas ao longo de pós-doutorados na FCC. Trata-se de textos mais extensos do que artigos acadêmicos e que oferecem, em regra, informações detalhadas sobre os procedimentos metodológicos utilizados, de forma a subsidiar outras iniciativas de especialistas e interessados.

Editoras responsáveis

Claudia Davis

Gisela Lobo Tartuce

Patrícia Albieri Almeida

Núcleo de Documentação e Difusão Científica (NDDC)

Equipe de edição

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira (coordenadora)

Adriana Garcia (diagramadora)

Ana Lúcia Ramos de Olim (bibliotecária)

Ana Maria de Souza (bibliotecária)

Andreza Sabrina da Silva (auxiliar de edição)

Camila Maria C. de Oliveira (assistente editorial)

Gabriella F. Rampinelli (assistente editorial)

Projeto gráfico (capa)

Casa Rex

Revisão

Andrea Stahel

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenação geral

Angela Maria Martins (FCC/Unicid)

Cláudia Oliveira Pimenta (FCC)

Pesquisadores FCC

Fabiana Silva Fernandes

Vandré Gomes da Silva

Pesquisadores colaboradores

Sanny Silva da Rosa (USCS)

Bolsista

Thulio Manoel Costa de Oliveira (FCC)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Carlos Chagas e
ao Itaú Social pelo apoio à pesquisa.

Agradecemos, ainda, a participação de Eric Ferdinando Passone,
professor do Programa de Pós-Graduação e do Mestrado Profissional
Gestão Educacional, da Universidade Cidade de São Paulo,
na primeira etapa da investigação (2020/2021).

Agradecimento especial a Edmar Lucas Ferreira Sehnem, doutorando
do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Cidade
de São Paulo, pela normatização das fontes documentais do Estado do
Conhecimento, apresentado na segunda parte deste relatório.

FIGURAS, QUADRO E TABELAS

Figura 1 – Desenho do estudo	15
Figura 2 – Desenho da Análise de Conteúdo.....	22
Figura 3 – Nuvem de palavras	55
Quadro 1 – Descrição dos sujeitos que participaram do grupo focal	21
Tabela 1 – Relação de periódicos e número de publicações	51
Tabela 2 – Quantitativo de publicações encontradas com cada descritor utilizado.....	53
Tabela 3 – Distribuição das publicações nos anos de 2020, 2021 e 2022.....	54
Tabela 4 – Distribuição dos periódicos por região do Brasil.....	54

SUMÁRIO

Apresentação.....	8
Parte I. Contornos teórico-metodológicos do estudo e resultados do grupo focal ...	10
1. A relevância de estudos qualitativos no campo da educação.....	11
2. O percurso metodológico do estudo.....	14
2.1 Entrevistas em grupo	19
Parte II. Sumarização do estado do conhecimento	47
1. Procedimentos metodológicos.....	50
2. Resultados.....	53
2.1 Políticas educacionais: análise de cenários e programas	56
2.2 Gestão escolar: políticas e práticas implementadas em escolas públicas durante o ensino remoto emergencial	58
2.3 Ensino remoto emergencial em escolas públicas e universidades: percepções e práticas de professores, estudantes e famílias	61
3. Considerações sobre os estudos	66
Referências.....	68
Anexo. Resumos dos artigos	76

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o segundo volume do relatório referente à pesquisa “Ensino remoto: a implementação de orientações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo por diretores escolares”, desenvolvida por pesquisadores da Fundação Carlos Chagas (FCC), em parceria com pesquisadores da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid).

Em seu primeiro volume, publicado na série Textos FCC, v. 60 (MARTINS *et al.*, 2022), a pesquisa elaborou um levantamento de legislações implementadas no período de março de 2020 a maio de 2021 e identificou normativas relacionadas à pandemia de covid-19 e à Rede Estadual de Ensino de São Paulo (REE/SP). A análise de 133 normativas revela esforços da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) para orientar as ações educacionais no contexto pandêmico, abarcando desde o funcionamento dos prédios escolares até as ações pedagógicas e de formação. A atuação da Seduc-SP ocorreu especialmente nos dois primeiros meses da pandemia (março e abril de 2020) e nos momentos de mobilização para retorno das aulas presenciais (final de 2020 e início de 2021).

Apesar dos esforços oficiais, os dados coletados em campo evidenciam que muitas das normativas estabelecidas foram baseadas em tentativa e erro, com indefinições e baixa efetivação. Um exemplo é o fato de que parcela considerável das escolas não passou por readequação de infraestrutura para cumprir os protocolos sanitários previstos para o atendimento presencial aos estudantes.

Assim, o estudo – qualitativo e exploratório – cumpriu as seguintes etapas: a) levantamento, sistematização e análise de diretrizes legais e demais fontes documentais que orientaram o ensino remoto e o processo de retomada das atividades escolares presenciais na REE/SP, durante a pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, cujas informações foram cotejadas com dados da REE/SP, presentes no Censo Escolar da Pandemia (BRASIL, 2021); b) apresentação

dos órgãos centrais da Seduc-SP, programas, projetos e dados de contextualização das escolas participantes do estudo; c) realização de pesquisa de campo por meio de grupo focal com diretores e vice-diretores da rede estadual de ensino.

Especificamente, o primeiro volume do estudo publicado em Textos FCC (MARTINS *et al.*, 2022) apresenta: o problema; os objetivos; o campo teórico das políticas públicas de educação no qual se ancora a investigação; a organização da Seduc-SP e de seus principais programas;¹ o desenho e a metodologia; a análise documental organizada em cinco dimensões:

1. Organização escolar – abordou os seguintes conteúdos: calendário escolar; protocolos de funcionamento; formação continuada.
2. Trabalho escolar – abordou a questão do teletrabalho.
3. Orientações pedagógicas – examinou as diretrizes oficiais para o currículo, a avaliação e os procedimentos didático-pedagógicos.
4. Infraestrutura – discutiu a redução de despesas públicas, a alimentação, os materiais pedagógicos, a volta às aulas com protocolos sanitários, os sistemas e plataformas utilizados pela Seduc-SP para operacionalização do ensino remoto.
5. Participação nas escolas – discutiu os órgãos colegiados e as relações das escolas com as famílias.

No que se refere aos *Documentos oficiais didático-pedagógicos e formativos* – coletados na plataforma do Centro de Mídias do Estado de São Paulo (CMSP) –, foram examinados os materiais de orientação, os documentos e informativos, os materiais de parceiros, os tutoriais e aplicativos, a programação para uso dos materiais e o repositório. Por fim, o primeiro volume deste estudo analisa o Censo Escolar da Pandemia, com foco no retrato da REE/SP.

Este segundo volume apresenta a última etapa da investigação.

Na Parte I, elabora uma discussão sobre a relevância de pesquisas qualitativas no campo das ciências humanas e sociais; o percurso metodológico do estudo; os achados do grupo focal realizado com diretores e vice-diretores de três Diretorias de Ensino (DER) da REE/SP: DER/Sul 1; DER/Osasco e DER/Baixada Santista.

Na Parte II, o relatório apresenta a sumarização do Estado do Conhecimento realizado pela equipe de pesquisa, relativo a organização, funcionamento e gestão da escola pública durante a pandemia e após o retorno de aulas presenciais.

1 Os programas implementados pela Seduc-SP até o ano de 2021, apresentados no referido volume são: Inova Educação; Merenda em Casa; Professor Conectado; Novo Ensino Médio; Programa de Ensino Integral (PEI).

Parte I

Contornos teórico- -metodológicos do estudo e resultados do grupo focal

1. A RELEVÂNCIA DE ESTUDOS QUALITATIVOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Nos Estados Unidos, no início do século XX, duas universidades – a Escola de Chicago e a Universidade de Columbia – envolveram-se em estudos que originaram duas tendências: intervenções baseadas em procedimentos estatísticos, demandadas por organizações não governamentais e Estado, para dar respostas urgentes a problemas sociais graves; e intervenções fundamentadas na psicossociologia. Divergências pontuaram a produção científica na área de ciências humanas e sociais durante o século XX, consolidando o debate em torno da dicotomia indivíduo (teóricos interacionistas) e sociedade (teóricos sistêmicos).

Em outros termos, de um lado, pesquisadores defendiam a ideia de que somente dados estatísticos poderiam ser fidedignos no que se refere à análise de fenômenos sociais; de outro lado, teóricos e estudiosos afirmavam que pesquisas quantitativas teriam limites para apreender a singularidade que caracteriza as relações humanas e sociais, cuja compreensão envolve o entendimento da subjetividade da ação humana em processos interativos.

Após a II Guerra Mundial, as ciências sociais entraram em crise na Europa, porém, nos Estados Unidos, o avanço econômico, o aprimoramento no planejamento do Estado, a ampliação da burocracia e o aumento das classes médias consolidaram preocupações em torno da igualdade formal das oportunidades. Estudos sobre mobilidade social indicavam que, independentemente do fato de os sistemas educacionais serem diferentes, “[...] as taxas de mobilidade são muito próximas nas grandes sociedades industriais” (LALLEMENT, 2004, p. 23). De acordo com o autor, nos anos 1950 e 1960 vários estudos retomaram o pensamento de Max Weber (MERTON, 1940; CROZIER, 1981) sobre burocracia. Enquanto Weber analisou o fenômeno da burocracia no Estado moderno como consequência da evolução das sociedades ocidentais, conjugando burocracia, eficiência e regularidade, inúmeros estudiosos

se dedicaram a examinar suas disfunções internas. Dentre as investigações de grande porte realizadas no período, devem ser ressaltadas as obras de Robert Merton (1940) e de Philip Selznick (de 1949).

Robert Merton se dedicou a demonstrar a regularidade do comportamento de funcionários públicos e sua conformidade a regras impostas, o que torna as organizações burocráticas inflexíveis, lentas e nem sempre justas no seu *modus operandi*, pois se configura – em função da estabilidade empregatícia de funcionários públicos – um corporativismo “[...] que os leva a defender seus interesses acima dos do cliente”, além do papel ambivalente de regras (serve para alguns, mas não serve para todos) (LALLEMENT, 2004, p. 24).

Na mesma direção, Philip Selznick analisou como a Tennessee Valley Authority – órgão público federal americano encarregado de distribuir terras a camponeses pobres – não cumpriu o que prometeu por interferência das forças locais, de empresários e políticos que fizeram *lobby* para a instalação de projetos de grande porte ligados a eletrificação e fertilizantes. Instalou-se uma tendência quantitativa de pesquisa, e, nesse contexto, Paul Lazarsfeld tornou-se referência, sobretudo a partir de estudos sobre comunicação de massa, ao lançar mão de “análise multivariada, painéis, índices”, com vistas a validar “[...] hipóteses em confronto com a realidade social” (LALLEMENT, 2004, p. 24-34).

As pesquisas quantitativas receberam, no entanto, críticas severas de teóricos dedicados a discutir questões de conflito, de poder, e das relações sociais configuradas a partir da ação humana. Muitas escolas de pensamento, tributárias de Weber, apontaram a relevância dada pelo autor à dinâmica das relações sociais, jamais estáticas, o que levaria os pesquisadores à necessidade de compreender as motivações dos atores individuais quando envolvidos em uma dada situação social (FERRÉOL; NORECK, 2008).

De acordo com Lallement (2004), nos Estados Unidos a promessa de uma sociedade americana igualitária – que proporcionaria tranquilidade política e estabilidade econômica – começou a não ser cumprida, e muitos programas de governo – como os que combatiam a pobreza – fracassaram. Assim, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cubana, os movimentos em defesa de direitos civis – feministas, negros, *gays* e estudantes – formaram o caldo cultural necessário para reorientação do *constructo* do campo teórico e metodológico das ciências sociais nos Estados Unidos, reabilitando estudos interacionistas e suas técnicas, concomitante ao auxílio de métodos estatísticos, “[...] como a regressão múltipla”, com o propósito de “[...] apreender as transformações estruturais da sociedade” (LALLEMENT, 2004, p. 35).

Em outra vertente – interacionista –, nos Estados Unidos, a Escola de Chicago ocupou lugar de destaque. As pesquisas utilizavam múltiplas técnicas de coleta de dados para responder a problemas sociais graves provocados pela crise econômica nas décadas de 1920 e 1930 e pela intensa migração da população do campo para a cidade, o que exigia das autoridades ações efetivas para superação dos índices de criminalidade, desemprego e pobreza. As investigações envolveram as áreas de sociologia, antropologia, psicologia, ciência política, filosofia, economia e arquitetura, legitimando técnicas utilizadas até hoje: análise de documentos pessoais

(cartas e diários); análise de documentos públicos (artigos de jornais; arquivos; fichários); trabalho de campo baseado em questionários estruturados e semiestruturados; entrevistas (incluindo autobiografias); estudo de caso; observação participante; painéis de discussão.

Conforme assinala Stake (2011, p. 25), os estudos qualitativos são interpretativos, pois se fixam nos significados das relações humanas; são experienciais, tendo em vista que permitem observações em campo que consideram o que sentem os envolvidos no fenômeno estudado; são situacionais, direcionados aos objetivos e atividades em contextos únicos; são *personalísticos*, dado que possibilitam compreender percepções individuais. Em suas palavras, “[...] a pesquisa qualitativa é, algumas vezes, definida como pesquisa interpretativa [...] que depende muito da definição e da redefinição dos observadores sobre os significados daquilo que veem e ouvem” (STAKE, 2011, p. 47).

Investigações qualitativas também não buscam as causas que podem explicar um fenômeno (numa relação de causa/efeito), mas a compreensão das complexas relações entre os sujeitos nas situações sociais estudadas, no contexto particular em relação com o contexto mais amplo.

Nessa direção, levar em conta aspectos subjetivos não implica fragilidade de resultados, pois para garantir a confiabilidade na análise dos dados é necessário realizar uma triangulação, isto é, recolher e analisar dados a partir de distintos ângulos com o propósito de colocá-los em perspectiva. Devem-se considerar, ainda, a experiência, o domínio de repertório e os diferentes olhares dos pesquisadores sobre o tema abordado (MARTINS, 2013).

Levando em consideração esses pressupostos, a presente pesquisa, de natureza qualitativa, procura compreender como instituições escolares do estado de São Paulo organizaram-se para dar conta do ensino remoto, tendo como fonte de dados, além do levantamento documental, o depoimento de gestores escolares que enfrentaram o desafio de dar materialidade às normativas e orientações elaboradas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP).

A seguir, será apresentada com mais profundidade a metodologia do trabalho, que consistiu em análise documental e coleta de dados por meio da organização de grupo focal.

2. O PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

A investigação expôs a seguinte questão: *problematizar elementos que incidem no trabalho dos diretores escolares, com vistas a compreender percepções desses profissionais na implementação das orientações preconizadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), para viabilizar o ensino remoto e o retorno às atividades presenciais, em cenário de ausência de simetria político-institucional entre os entes federados*. Em outros termos, a investigação procurou apreender o campo de tensão configurado entre o escopo legal e normativo orientador de atividades não presenciais e os meandros de sua efetivação em unidades de ensino da rede estadual paulista, na percepção desses atores.

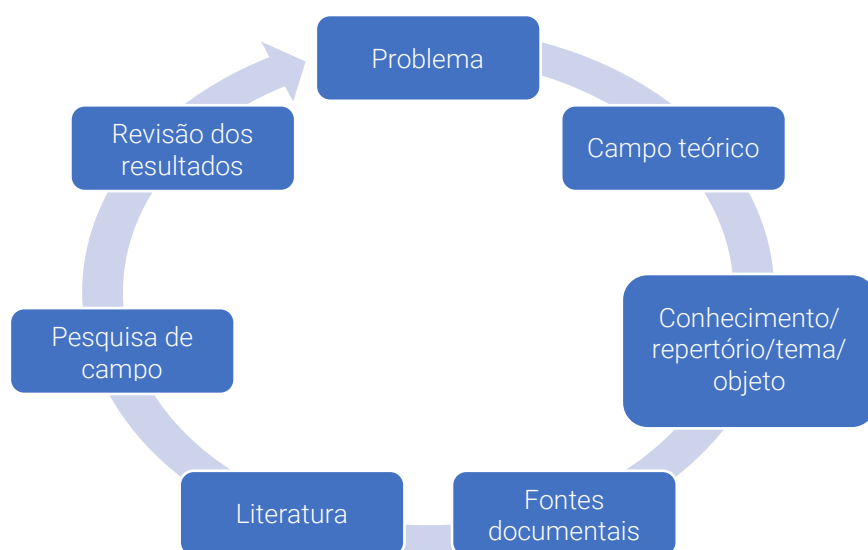
É importante ressaltar – conforme discutido no primeiro volume publicado em Textos FCC (MARTINS *et al.*, 2022) – que, para responder à questão proposta, a pesquisa realizou uma triangulação metodológica, o que possibilitou a compreensão mais cuidadosa do fenômeno analisado. Essa confrontação pode ser feita baseada em documentos oficiais, em dados disponíveis nos *sites* de governo, em informações colhidas junto a diferentes atores escolares, em diferentes visões dos pesquisadores envolvidos no processo de investigação.

Para diminuir as chances de equívocos – usuais quando os estudos envolvem interações humanas – é preciso triangular os dados para ampliar as possibilidades de visões mais equitativas sobre o fenômeno estudado, envolvendo análises de fontes documentais, relatórios de pesquisas, dados primários e secundários e resultados de outros estudos realizados em torno da temática.

Ao distinguir macrointerpretação de microinterpretação, Stake (2011, p. 49) afirma que “[...] a maneira como as coisas funcionam” diz respeito à primeira tendência; a maneira como uma “[...] coisa em particular funciona em uma determinada situação” se refere à segunda

tendência, pois “[...] microinterpretar é atribuir significado à experiência que um indivíduo pode viver [...]”. Nessa direção, pode-se realizar uma descrição densa e detalhada das situações estudadas; ter compreensão experiencial das ações e contextos, no sentido do termo alemão *verstehen*, que implica considerar o que os seres humanos pensam e sentem, ainda que não expressem claramente seus sentimentos e opiniões; prestar atenção no contexto, “[...] algo mais estável [...], que não muda de um dia para o outro”, assim como na situação, “[...] segundo plano mais imediato [...], eventos que estão ocorrendo naquele momento junto com as principais atividades do estudo” (STAKE, 2011, p. 62).

Figura 1 – Desenho do estudo



Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

É necessário esclarecer – ainda que brevemente – a diversidade de abordagens acerca do termo percepção, derivado do latim *perceptio* – geralmente definido como “[...] ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; sensação; intuição; ideia; imagem; representação intelectual” (MARIN, 2008, p. 206).

A literatura da área de ciências humanas e sociais vem apontando a complexidade e a diversidade do termo – construído muito antes da configuração do campo da psicologia –, estudado por fisiologistas e físicos que definiam os mecanismos de funcionamento do mundo e os aspectos biológicos de fenômenos, estudos justificados pela exigência de correção “[...] dos dados da percepção com o rigor da ciência” (MARIN, 2008, p. 206). Essa complexidade promoveu, na história da ciência, a busca permanente de explicações sobre o termo, em campos específicos do pensamento humano, levando à instituição de diferentes teorias na psicologia e na filosofia.

São muitas e diversas as escolas de pensamento que procuraram – ao longo do tempo – explicar as sensações e a origem das percepções, porém duas concepções tiveram prevalência:

a empirista e a intelectualista. Para a primeira, a sensação e a percepção têm origem em estímulos externos que agem sobre cada indivíduo, isto é, o conhecimento sensível (unindo sensações e percepções) se origina estimulado externamente, de forma passiva. Para a segunda (intelectualista), a sensação e a percepção são estimuladas externamente, mas o sujeito é ativo, isto é, capaz de elaborar uma síntese ativa de sensações e percepções – “[...] um ato realizado pelo intelecto do sujeito do conhecimento, que confere organização e sentido às sensações” (KRZYSCZAK, 2016, p. 2).

No que se refere ao campo da psicologia, a percepção é o processo de organizar e interpretar os dados sensoriais recebidos para desenvolver a consciência de si mesmo e do ambiente (DAVIDOFF, 2001). Mais recentemente, a fenomenologia traçou a construção do conceito de percepção a partir da compreensão de que o indivíduo interpreta e apoia suas ações com base nas experiências vividas e no seu conhecimento, em complexas relações, sem predominância do empirismo ou do intelectualismo. Merleau-Ponty (1994), ao teorizar sobre a “Fenomenologia da Percepção”, buscou desvendar as significações instituídas pelos sujeitos como um ponto de partida para a construção da compreensão humana. Para o autor, a percepção não se origina de causas externas apenas, daquilo que aparece como realidade imediata, pois adquire sentido em função do sujeito que constrói suas percepções no contexto de relações cotidianas.

Na visão de Cremasco (2009, p. 53), Merleau-Ponty preserva “o sujeito e o objeto”, tendo em vista que, “[...] ao encontrar no mundo de fato o que ele é [...]”, pode construir “[...] percepções [que] a partir disso [são] confirmadas ou negadas”. A autora assinala ainda que

[...] o pesquisador, terapeuta, professor falam da ordem da experiência, estando distanciados da “neutralidade”, prerrogativa do cientificismo moderno, para se aproximarem de um humanismo no qual o sentido imediato é aquele que o homem faz surgir na sua relação com o mundo e os outros homens [...]. (CREMASCO, 2009, p. 53-54).

Nessa direção, para o pesquisador que está em campo – em relação com outros sujeitos –, experiência e evidência devem ser confrontadas, possibilitando a emergência de uma unidade na construção de um conhecimento – em contexto – e que passa pela interpretação do sujeito.

No campo do interacionismo simbólico, encontramos outras possibilidades de abordagem sobre como seres humanos *percebem* a realidade (e/ou situações vivenciadas) – e *se percebem* – no âmago desses fenômenos sociais em contextos interativos.

George Herbert Mead estruturou a concepção de interacionismo simbólico, embora o próprio termo tenha vindo a público apenas em 1937, por meio de Herbert Blumer (1969/1982), que sistematizou sua obra, influenciado pela psicologia social e por George Simmel (1858-1918), pensador alemão que se preocupou em desenvolver temas originais sobre sexualidade, dinheiro e sociabilidade. O pensamento de Mead (traduzido na obra de Blumer) indicava a complexa relação entre indivíduo e sociedade, a gênese do *self*, o desenvolvimento de símbolos significantes e o processo de comportamento da mente.

Contrário à visão predominante na psicologia social e ao behaviorismo radical (que reduzia o comportamento humano à observação externa), o autor defendia a ideia de perscrutar o que está oculto nos atos humanos. Também contrário à perspectiva predominante na sociologia de Émile Durkheim – que não considerava as manifestações subjetivas como pertencentes ao campo sociológico –, Mead apontava caminhos metodológicos para que os pesquisadores captassem a realidade com os olhos dos pesquisados. Nos processos interativos, as situações e vivências do cotidiano possibilitam a emergência de sentidos não como algo intrínseco ao ser, pois grupos humanos existem em ação, o que permite ao sujeito ver a si mesmo. Ao se colocar no lugar do Outro (*role-taking*), o indivíduo compartilha sentidos sob a forma de compreensões e expectativas comuns (HAGUETTE, 1995, p. 28-29).

Nessa direção, ainda, vale mencionar a etnometodologia – termo cunhado na década de 1940 por Harold Garfinkel e Saul Mendlowitz –, que propôs desvendar as formas pelas quais os sujeitos percebem a realidade social num movimento dinâmico entre teoria e prática, pois, ao agirem em comunidade – em interação –, são teórico-práticos, criando e modificando os sentidos das atividades uns dos outros. O termo *etno* refere-se à forma como os membros de uma determinada comunidade, a partir do senso comum, conseguem construir percepções sobre a realidade na qual estão mergulhados. Com base na noção de senso comum proposta na fenomenologia de Alfred Schutz e na noção de membro, Garfinkel dirigiu suas investigações “[...] à ação prática, às interações comuns e aos métodos de raciocínio prático” (CORCUFF, 2001, p. 99).

Outra obra que merece destaque é a de Erving Goffman (1922-1982), autor canadense dedicado a analisar os papéis desempenhados por atores sociais. Construiu modelos de dramatização, sendo que um de seus trabalhos mais conhecidos e utilizados é *A representação do eu na vida cotidiana* (1992), no qual analisa de que forma os atores sociais constroem papéis e imagens em função da reação do Outro diante da ação desempenhada.

De acordo com o autor, a estrutura da sociedade faz com que as pessoas *aparentem ser o que realmente não são*, processo que possibilita a construção de máscaras sociais e de desempenhos que facilitam a adaptação ao contexto vigente. Em suas palavras, “[...] a interação (isto é, a interação face a face) pode ser definida, em linhas gerais, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata” (GOFFMAN, 1992, p. 23).

Entretanto, ao longo da segunda metade do século XX, profícuo debate encetado no campo das ciências humanas e sociais apontava problemas na perspectiva interacionista, em função da centralidade depositada no sujeito, em detrimento de relações macroestruturais. Assim, a partir dos anos 1960, o campo do interacionismo construiu diversas tendências, mantendo, no entanto, princípios clássicos: conhecemos as coisas pelo seu significado; estes são constituídos na interação social e são modificados por elas (FINE, 2005). Noções que debatiam a polarização entre perspectivas macro e micro, entre função/estrutura, foram reestruturadas e passaram a investigar a conexão entre os níveis de análise, originando o conceito de ordem negociada.

Na visão de Fine (2005, p. 89), qualquer organização complexa “[...] pode ser conhecida de baixo para cima e as instituições têm papel relevante na construção de significados, na canalização de interações e na construção de formas sociais”. Nessa perspectiva, mesoestruturas são movidas por ações individuais em contextos sociais que mudam permanentemente. Pesquisas qualitativas e interpretativas incorporaram o interacionismo como escopo teórico-metodológico: Construcionismo social; Teorias da identidade; Teoria das representações sociais; Cultura organizacional; Reconstrução do passado; Análise de gênero, classe e raça (FINE, 2005); Construção do conhecimento com foco em aplicações práticas com vistas a encaminhar mudanças sociais (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010).

Na Europa, estudos que defendiam a articulação entre o micro e o macrosociológico foram renovados após a II Guerra Mundial, com grande pulverização de temas e métodos. No entanto, o uso de técnicas quantitativas sofisticadas permaneceu ao lado de abordagens qualitativas – observação participante, etnografia, etnometodologia, histórias de vida, estudos de caso e/ou múltiplos estudos de caso – em contexto de enfraquecimento das possibilidades de igualdade de oportunidades e de coesão social, originando críticas sobre escolas, fábricas e prisões (LALLEMENT, 2004). Na França, predominaram as tendências qualitativas – sobretudo as correntes fenomenológicas e interacionistas –, originando a sociologia da legitimação, que privilegia análise de discursos, e a sociologia da experiência.

No que se refere à sociologia da experiência, para Dubet (1994) – expoente do tema – a experiência social é o resultado de uma articulação aleatória entre três lógicas: a lógica da integração, por meio da qual o ator é definido pelos seus vínculos com a comunidade; a lógica da estratégia, quando o ator é definido por seus interesses num determinado mercado; a lógica da subjetivação, quando o ator se coloca como um sujeito crítico diante do sistema de dominação e de alienação. Para o autor, a experiência social na modernidade era sua ancoragem ou seu elemento fundante, configurando um sentido para as práticas sociais.

No cenário contemporâneo, a fragmentação de vínculos identitários – promovida pelo contexto adverso do capitalismo – pluraliza as práticas sociais, não mais agregadas em torno de ideias comuns em uma sociedade vista como um sistema fechado. As identidades e relações sociais são cada vez mais diversificadas, o que talvez torne mais complexa a construção do conhecimento como elemento híbrido oriundo da sensação e percepção de mundo (DUBET, 1994; WAUTIER, 2003).

Vale destacar, ainda, o individualismo metodológico, conforme construído por Boudon (2016) – que sobressaiu com o propósito de aclarar a ideia de que toda situação social se origina de uma conjugação de ações de pessoas que carregam consigo valores, noções, representações, enfim, compreensões a respeito dos acontecimentos, configuradas por múltiplos elementos. Um deles – o denominado efeito de comunicação – promove “[...] uma situação de recepção de uma ideia ou de um saber, [quando] um indivíduo está, em muitos casos, pouco inclinado a examinar a verdade dos conteúdos. Prefere pôr a confiança na autoridade que a exprime” (LALLEMENT, 2004, p. 275). No cenário contemporâneo, a crise de valores sociais aliada

à ruptura de valores democráticos aprofunda, sem dúvida, o depósito no Outro (generalizado) de crença e/ ou de lealdade na figura prototípica de autoridades.

2.1 ENTREVISTAS EM GRUPO

Conforme apontamos nos Textos FCC, v. 60 (MARTINS *et al.*, 2022), nas ciências humanas e sociais começaram a emergir estudos que utilizavam entrevistas realizadas com grupos – grupo focal, grupos nominais, dinâmicas de grupo, grupos de discussão –, configurando “[...] um rol de técnicas no campo das ciências humanas e sociais desde, ao menos, o início do século XX” (p. 35). Essas nomenclaturas aparecem – mesmo no cenário atual – muitas vezes, como técnicas semelhantes, desacompanhadas de explicações acerca de suas diferenças. Callejo (2001) assinala que as diversas traduções dos termos levaram pesquisadores, em alguns casos, a considerá-los sinônimos.

Estudos envolvendo grupos foram realizados na antropologia, sociologia, psicologia social, psicanálise, saúde, educação e políticas públicas, inicialmente relacionados à teoria de Elton Mayo, no início dos anos 1930. Com o advento de estudos psicossociais, sobretudo implementados a partir da Escola de Chicago, adentraram a cena diversas técnicas grupais, assim como a perspectiva psicodramática de Kurt Lewin (1978).

Lapassade (2005) considera o interacionismo um construtivismo, e aponta teóricos que trabalharam com a noção de grupos: Moreno, Lewin e Gurvitch. No caso de Moreno, o autor defendia a ideia de que uma mudança social radical poderia ser engendrada a partir de pequenos grupos.

Kurt Lewin (1978) construiu a noção de *training group*, no escopo da pesquisa-ação, com formato de seminário envolvendo trabalhadores sociais americanos – denominados laboratórios sociais – definindo “[...] um conjunto metodológico que buscava mudanças interpessoais, grupais e intergrupais a partir da análise da participação no laboratório e do relato das ocorrências na comunidade” (MELO; MAIA FILHO; CHAVES, 2016, p. 155). Na visão de Lapassade (2005), a microsociologia de laboratório levou à criação de interventores sociais por meio de *training groups* formados por Lewin.

Em suma, Lewin, precursor da pesquisa-ação, sugeria uma pesquisa que subsidiasse os grupos para promoverem mudanças, baseados em reflexões sobre os problemas a serem enfrentados. Embora não considerasse as questões políticas e institucionais, propôs dinâmicas de grupo que levariam a intervenções e, conseqüentemente, a mudanças na realidade dos indivíduos envolvidos naquela situação.

A partir dos anos 1940, foram ampliadas as investigações que tomavam o grupo como elemento central de análise no campo das ciências humanas e sociais (GODOI, 2015, p. 632).

Lapassade (2005), ao se referir à obra elaborada por David Blackledge e Barry Hunt em 1985, concorda com os princípios por eles construídos: pesquisas no campo da educação devem considerar atividades cotidianas, pois “[...] o importante no sistema educativo é a atividade diária dos docentes, dos alunos, dos administradores e dos inspetores” (p. 24); os estudos

devem observar que sempre há margens de liberdade e autonomia em espaços educativos, embora o contexto seja normativo e coercitivo; atores escolares constroem significados e/ou significações (*meaning*), ou seja, aquilo que eles retêm como sendo realmente significativo no seu cotidiano de trabalho, a partir do sentido de suas ações, “[...] a intenção que anima a atividade do docente” (p. 24). As atividades cotidianas geram interações, pois, “[...] quando dou sentido às minhas ações” (p. 24), atribuo sentido às ações dos demais atores que estão ao meu redor, o que gera interpretações sobre o comportamento dos outros.

Em outras palavras, as tramas dessas interações também geram negociações, pois os sentidos são ressignificados permanentemente pela convivência diária e por estímulos/coerções de contexto. Programas de governo mudam com certa constância, o que leva os profissionais da educação à necessidade de mudarem os sentidos percebidos e os significados atribuídos às práticas cotidianas.

Ao possibilitarem o desvelamento de singularidades e percepções dos profissionais da educação, de alunos e suas famílias sobre relações de convivência e de trabalho no espaço escolar, o campo microssociológico e os estudos de grupo proporcionam uma visão mais acurada sobre o que ocorre efetivamente em sistemas, redes e instituições escolares. Estudos quantitativos são relevantes para contextualizar cenários e expor dados para indicar tendências, porém não permitem o aprofundamento de muitas questões que podem ser examinadas apenas sob inferências, quando se trata de relações humanas.

Tomando por horizonte o cenário teórico-metodológico apresentado, o estudo realizou grupo focal *on-line*, com diretores e vice-diretores de três Diretorias de Ensino (DER), da REE/SP, quais sejam: DER/Sul 1; DER/Osasco e DER/Baixada Santista.

Inicialmente, apresenta-se o perfil dos sujeitos, sem identificação nominal, por motivos éticos.² Na sequência, são expostas e analisadas as falas recorrentes que expressam percepções, sentimentos e ideias coletivas do grupo, formado por profissionais que ocupavam cargos de direção escolar no contexto de pandemia, como interlocutores da Seduc-SP, responsáveis por organizar e viabilizar o funcionamento das escolas durante o ensino remoto. Reitera-se que as falas não indicam nominalmente os sujeitos, nem sequer por numeração e/ou nomes fictícios, considerando que a agregação de ideias dos participantes ilumina e expressa o debate ocorrido no grupo.

Participaram do grupo focal cinco mulheres e dois homens. Todos com experiência nas escolas da rede estadual: uma mulher ocupava o cargo de vice-diretora e os demais eram diretores escolares havia pelo menos três anos. A maioria trabalha em escolas de periferia da capital, da Grande São Paulo e no litoral paulista. As etapas de ensino ofertadas nas escolas a que estavam vinculados eram o ensino fundamental I e II e o ensino médio. Segue, no Quadro 1, uma breve descrição de cada um dos profissionais que participaram do grupo focal.

2 Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, submetido aos sujeitos no ato da realização do grupo focal, no qual concordaram em fornecer informações acerca do objeto do estudo. As instituições que conduzem o estudo, por meio de seus pesquisadores, se comprometeram a não divulgar a identidade dos sujeitos, a fim de garantir seu anonimato.

Quadro 1 – Descrição dos sujeitos que participaram do grupo focal

SUJEITOS	DESCRIÇÃO
Indivíduo 1	Mulher, vice-diretora desde 2018, estava substituindo o diretor no grupo focal. O diretor é concursado e ela foi convidada por ele a assumir o cargo de vice-direção. Atuava como coordenadora pedagógica. É formada em Pedagogia e está alocada em uma escola que é ETI, onde os alunos permanecem na instituição das 7h10 às 15h20. A etapa atendida é o ensino fundamental I.
Indivíduo 2	Mulher, diretora escolar, formada em Educação Física, em 2002. Atuou como professora até 2008, quando concluiu o curso de Pedagogia. Foi coordenadora pedagógica, vice-diretora e designada diretora de uma escola periférica, por cinco anos. Sempre trabalhou em escolas da periferia e ingressou no cargo de diretor escolar por concurso, na escola em que está atuando, há três anos e meio. A escola funciona nos três períodos e é considerada uma das maiores unidades em município da Região Metropolitana do Grande ABC, atendendo ensino fundamental II e ensino médio.
Indivíduo 3	Mulher, diretora escolar há três anos, ingressando no concurso em 2018. No entanto, atua na mesma escola há 30 anos. Formada em Letras (especialista em tradução e intérprete da língua inglesa) desde 1983 e, posteriormente, em Pedagogia. Tem pós-graduação em literatura brasileira e gestão para o ensino superior. A escola em que atua se situa em um bairro periférico em município do litoral de São Paulo, a 26 quilômetros da orla marítima, e atende alunos do ensino fundamental II e ensino médio, em tempo parcial.
Indivíduo 4	Homem, diretor efetivo desde 1990. É formado em História, pela Universidade de São Paulo, e fez cursos de complementação pedagógica. Atuou como professor efetivo por um curto período de tempo, porque ingressou no concurso de direção. Fez pós-graduação em Didática e foi professor em cursos de pedagogia. Foi diretor efetivo na mesma escola por 28 anos, e depois pediu remoção para o litoral. Quando ingressou na rede, a escola em que trabalhava tinha pré-escola, alfabetização de adultos e atendia quase 2 mil alunos, das 7h às 11h, das 11h às 17h, das 19h às 23h. A atual escola em que está alocado é pequena, atendendo menos de 800 alunos, localizada na periferia, que tem ensino regular das etapas de ensino fundamental II e ensino médio. Há três aldeias indígenas nas proximidades que são atendidas na escola na etapa do ensino médio, uma vez que a escola indígena atende até o 9º ano.
Indivíduo 5	Mulher, formada em Letras e em Pedagogia. Possui MBA em Gestão Escolar pela Universidade Federal Fluminense. É diretora designada de escola municipal no litoral paulista desde 2020. Entre 2004 e 2020, foi coordenadora pedagógica e vice-diretora, sempre atuando na mesma escola que, até 2005 era de ensino fundamental; a partir de 2006, passou a ser escola apenas de ensino médio, nos três períodos.
Indivíduo 6	Homem, diretor de uma escola de ensino fundamental I da zona sul da capital paulista.
Indivíduo 7	Mulher, vice-diretora de uma escola de ensino fundamental da zona sul da capital paulista.

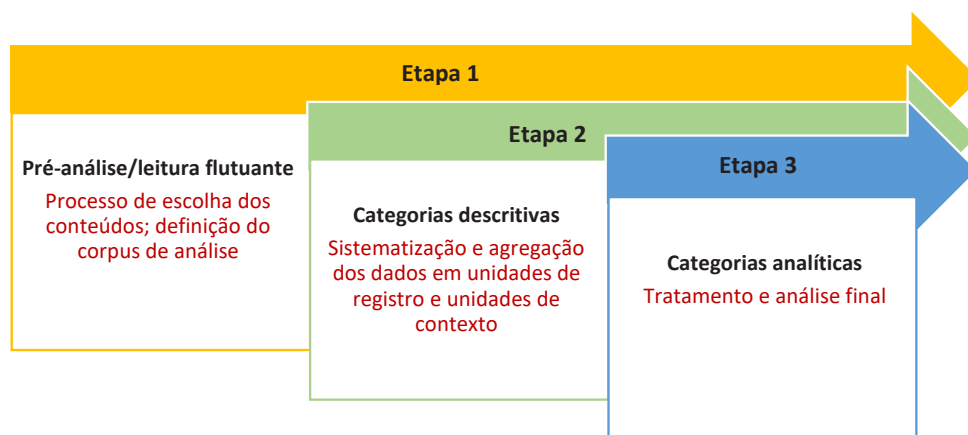
Fonte: Grupo focal. Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

O tratamento dos dados foi realizado por meio de Análise de Conteúdo (AC), como definido por Bardin (1977/2016, p. 48):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O desenho da Análise de Conteúdo proposto por Bardin está figurado a seguir (ver Figura 2).

Figura 2 – Desenho da Análise de Conteúdo



Fonte: Elaboração dos autores, com base em Bardin (1977/2016).

As unidades de registro e unidades de contexto configuram o parâmetro para a análise de dados. De acordo com Bardin (1977/2016, p. 104), unidade de registro “[...] é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial”. As unidades de contexto configuram a “[...] unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (BARDIN, 1977/2016, p. 107).

Após as duas primeiras etapas, foram construídas as seguintes categorias descritivas – “[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico em razão das características comuns destes elementos” (BARDIN, 1977/2016, p. 117) – para a análise de conteúdo, levando em consideração as ideias significativas oriundas das falas dos sujeitos:

- *Organização e funcionamento das escolas no contexto pandêmico.* Nesta categoria descritiva, foram agrupados e analisados os seguintes conteúdos e/ou subcategorias: a) calendário escolar; b) Ensino Remoto Emergencial (ERE) e o teletrabalho; c) formação continuada; d) funcionamento dos órgãos colegiados; e) ações de suporte da Seduc para a organização das escolas.
- *Currículo e avaliação da aprendizagem no ERE.* Nesta categoria descritiva foram agrupados e analisados os seguintes conteúdos: a) currículo; b) avaliação de aprendizagem: tensões e problemas.
- *As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na pandemia para a população mais vulnerável.* Nesta categoria descritiva foram agrupados e analisados os seguintes conteúdos: a) desigualdades desveladas; b) a busca ativa no estado de São Paulo.
- *Desafios do retorno ao ensino presencial.* Nesta categoria descritiva foram agrupados e analisados os seguintes conteúdos: a) insegurança nas atividades cotidianas de trabalho; b) protocolos e comportamentos coletivos no retorno presencial; c) a descoordenação na gestão da pandemia.

A seguir são apresentadas as falas dos/as gestores.

Organização e funcionamento das escolas no contexto pandêmico

a) Calendário escolar

Aspecto importante e que exigiu um esforço da Seduc e das escolas foi a reorganização do calendário escolar no contexto da pandemia. O calendário foi alvo de atenção e, de acordo com as falas do grupo, objeto de várias modificações, conforme as atividades presenciais iam se restabelecendo, primeiramente com uma parcela dos alunos, em esquema de revezamento, para, depois, voltarem em sua totalidade.

Durante o auge da pandemia, os diretores se ocuparam, por diversas vezes, com mudanças na organização do trabalho escolar devido a alterações do calendário, fazendo ajustes com a equipe de supervisão de ensino em relação à reposição de aula, antecipação de feriados e mudanças nas reuniões da Associação de Pais e Mestres (APM).

Normalmente, o calendário escolar é definido pela Seduc e publicado no *Diário Oficial do Estado*, no ano anterior ao ano letivo de referência, em formato de Resolução, e os gestores escolares fazem as adequações necessárias quando há, por exemplo, feriados municipais, com a aprovação do Conselho de Escola. Mas, com a pandemia, houve um dispêndio maior de energia para lidar com as mudanças no calendário, que tiveram um efeito nas demais tarefas dos gestores, principalmente em relação à organização do trabalho dos demais profissionais alocados na escola.

Eu acho que, desses anos, três anos e meio, que eu estou na gestão, eu acho que eu nunca vi mudança tão constante em relação a algumas informações do calendário escolar.

Então eu, enquanto diretor de escola, que há anos estou aqui, eu nunca vi na minha vida tanta resolução alterar: solta uma resolução, daí a dois dias altera a resolução; depois altera de novo. Quer dizer, é como se eles fossem [...] descobrindo o que é, de fato, essa rede. Aí quando chega na escola, fala, “bom, assim vai dar tudo certo” [...].

A pandemia promoveu, também, o descompasso entre decisões políticas e medidas administrativas que regulam e regulamentam a gestão escolar: muitas mudanças no calendário tiveram de ser implementadas por causa de medidas tomadas pelo governador do estado e pelo secretário de Educação, algumas em caráter de urgência, outras, antes que resoluções ou portarias fossem publicadas.

Eles [referência à Seduc] sempre foram lançando primeiro nas redes sociais, nas mídias sociais, o secretário ia em *lives*, no Facebook e comunicava que estava antecipando férias, para depois lançar resolução, para depois a Diretoria de Ensino comunicar a gente, para depois a gente falar para os professores, “olha, é verdade aquilo o que vocês viram na *live*”, então foi o ano inteiro assim. E agora esse ano, de novo (2021), algumas coisas acontecendo dessa maneira novamente.

A situação da pandemia foi tão inusitada que em 13 de março de 2020 as escolas receberam um comunicado para fechar durante 15 dias, a partir do dia 16 de março; e nós fechamos as escolas como nos foi recomendado durante 15 dias. E na verdade a situação foi tão inusitada, que todo mundo entendeu que após os 15 dias as escolas seriam reabertas, mas eu acho que aí percebemos que, na verdade, estávamos vivendo uma situação caótica. Então a Secretaria de Educação resolveu antecipar os recessos num primeiro momento; depois resolveu antecipar férias dos professores. Até que eles puderam se organizar, porque na verdade, se não me falha a memória, as aulas *on-line* [...] começaram somente em final de abril, né? Não. Depois disso. Agora não recorro exatamente quanto tempo eles demoraram para fazer, para montar um Centro de Mídias do Estado de São Paulo. E obviamente, com todas essas antecipações, os calendários foram sendo refeitos através do sistema que nós temos, a Secretaria [Escolar] Digital. Ainda esse ano (2021) também já houve mudança de calendário, mas o que aconteceu em 2020 foi realmente isso, ele antecipou tudo o que se podia, tanto para docentes quanto para os alunos, até poderem colocar os pés no chão para ver qual seria a atitude que iriam tomar dali por diante. Isso é o que eu recordo.

O desconhecimento sobre a doença e o tempo necessário de isolamento levou também à inatividade, e, no compasso de espera, várias atividades administrativas, de suporte e educativas permaneceram paralisadas, na expectativa de que tudo pudesse se resolver rapidamente. No entanto, a pandemia se estendeu, a ponto de exigir, na rotina pedagógica e educacional, mudanças que atenuassem o impacto do fechamento das escolas na aprendizagem dos alunos.

Mas, enfim, o ano passado (2020) não se tinha essa visão. A minha percepção, pelo menos, é assim: todo mundo, ano passado, imaginava assim: “O mês que vem volta tudo ao normal”, “o mês que vem volta tudo ao normal”. [...] E parecia que tudo estava sendo empurrado. [...] chegou um momento que, quando a gente percebeu, acabou o ano e nós vamos ter que começar o ano que vem (2021) de um jeito diferente; e nós iniciamos, realmente, de um jeito diferente. Parecia que todo mundo estava mais consciente de uma realidade que estava exposta e que agora vai ser assim, gente, e não sabemos até quando vai ser assim [...].

b) Ensino remoto emergencial (ERE) e o teletrabalho

A viabilização do ensino remoto emergencial (ERE) e do teletrabalho parece ter ocorrido por meio do CMSP, setor que já existia na Seduc, mas que se fortaleceu com a necessidade de desenvolver as atividades de ensino e aprendizagem à distância. Conforme explicitado no primeiro volume desta pesquisa, o referido Centro foi uma “[...] iniciativa da Seduc-SP para apoiar a aprendizagem dos estudantes e a formação dos professores durante o período da suspensão das atividades presenciais e realização de atividades pedagógicas remotas” (MARTINS *et al.*, 2022, p. 99). Diferentes materiais foram elaborados e disponibilizados:

a) Materiais de orientação – congrega documentos e informativos, materiais de parceiros e

tutoriais; b) Programação – apresenta as atividades disponibilizadas para alunos e profissionais da educação; e c) Repositório – conta com videoaulas, formações, *lives*, dentre outros.

Antes do CMSP, as redes sociais já eram utilizadas pelas escolas para ter acesso aos alunos. A intensificação do uso das redes sociais para esse fim foi um fenômeno que se observou não somente entre os professores da REE/SP, mas também em outras redes estaduais e em redes municipais de educação. Estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas (VILLAS BÔAS; UNBEHAUM, 2020), com docentes de todas as unidades da federação, revelou, no *Informe 1*, que “[...] quase oito em cada dez professoras afirmam fazer uso de materiais digitais via redes sociais como estratégia educacional” (ARTES; UNBEHAUM; PAGAIMÉ, 2020).

Outra pesquisa realizada em escolas municipais do Grande ABC Paulista apontou que cerca de 67% dos professores e gestores utilizaram as redes sociais como estratégia de comunicação com alunos e familiares nos primeiros meses da pandemia (ROSA; MARTINS, 2021).

Estudos conduzidos por pesquisadores da Fundação Carlos Chagas desde 2021, voltados para a compreensão dos processos educacionais no contexto pandêmico, corroboram esse movimento ao evidenciar o uso de redes sociais e outras mídias digitais na educação infantil (PIMENTA; FERNANDES; PIMENTA, 2021), assim como na organização e disseminação da avaliação escolar (SILVA; PIMENTA, 2021).

A criação de sites para a unidade escolar também foi uma estratégia utilizada como meio de inserir tarefas para os alunos. Percebeu-se que os diretores tiveram uma ação importante nesse processo de viabilização dos recursos para que os alunos pudessem ter acesso à educação, mas as atividades eram, preponderantemente, exercícios e tarefas escolares e os professores pouco contato tiveram com os estudantes. Outros estudos vêm apontando que, ao longo do primeiro ano de pandemia, as dificuldades para acessar alunos, famílias e/ou responsáveis se multiplicaram (SEHNEM; MARTINS, 2022; CAMMARANO; ROSA, 2021).

[...] utilizamos redes sociais, criamos um *site* para a escola, onde colocávamos tarefas para os alunos com uma explicação rara, porque dificilmente o professor tinha contato com o aluno, era mais através de tarefas. Até que chegou o Centro de Mídias do Estado de São Paulo, e que ofereceu as aulas para os alunos. [...] em 2020 todo, os professores assistiam aulas junto com os alunos, e através das aulas montavam as atividades que eram colocadas no *site*. Tudo isso com o gestor coordenando uma busca ativa louca, porque a pandemia mexeu por demais com as famílias.

[...] todos nós ali perdidos, utilizando várias ferramentas tecnológicas, *blog*, Facebook, *sites*, Google Classroom, começamos a implantar de tudo para ver como a gente conseguia atingir mais os alunos, mas foi uma situação caótica, gente, caótica mesmo, porque eu não sei se por conta das dimensões da minha escola, de ser tão grande, a equipe gestora, principalmente a gente, nem dormia.

Na percepção dos participantes, o CMSP trouxe inovações para o ensino no estado de São Paulo e promoveu organicidade às ações de formação dos professores e dos alunos, ações que

estavam ou paralisadas, ou pulverizadas em um conjunto de medidas que dependiam da voluntariedade do gestor escolar.³ É possível identificar a visibilidade do CMSP nesse período, nas manifestações do grupo, que o reconhecem como órgão importante para complementar as ações de formação não somente dos profissionais da educação, mas também de alunos com dificuldades de aprendizagem, por exemplo:

[...] eu entendo que o Centro de Mídias foi criado em tempo recorde. São muitos estúdios e eles conseguiram criar num tempo recorde. Obviamente que [...] ele não substitui o professor em sala de aula. [...] As aulas, ainda, eu acho que são em tempo muito curto. Os alunos têm 1 hora e meia de aula por dia. Então, isso jamais vai substituir as sete aulas que eles têm todos os dias. Mas eu acho que o Centro de Mídias, ele poderia servir, a partir de 2022, não num momento em que estivesse se vivendo uma pandemia, ele poderia ser mais um apoio para o ensino. Durante esses 30 anos que eu estou no estado, eu vi que o estado tentou, muitas vezes, um reforço escolar para alunos que precisavam do reforço escolar. Nenhum dos intentos, nenhuma das tentativas do estado deu certo, por N motivos. Eu entendo que hoje o CMSP poderia ter essa função de ser mais um instrumento de aprendizagem, mais um, a partir de 2022.

De acordo com o Censo Escolar da Pandemia, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2021, 84% de 5.373 escolas estaduais de São Paulo, que responderam a esse censo, afirmaram utilizar *Plataforma desenvolvida especificamente para a Secretaria de Educação municipal ou estadual ou para a escola* (BRASIL, 2021), o que pode relacionar-se, justamente, com a implementação do CMSP. Todavia o dado também evidencia que 16% das escolas – cerca de 860 unidades escolares – não indicaram utilizar plataforma com as características supracitadas.

Outro aspecto a considerar é que o Centro de Mídias parece ter auxiliado as escolas a se organizarem para ministrar o ensino a distância, e, a partir desse suporte, os professores lograram alguma destreza para desenvolver suas aulas por meio de outro aplicativo para reuniões e atividades *on-line* em tempo real, o Meet, diminuindo a dependência do CMSP. Nesse sentido, um efeito apontado pelos sujeitos foi a aderência dos alunos ao Meet, promovendo uma melhora na frequência escolar.

[...] o Centro de Mídias é sim um ponto muito forte da Secretaria de Educação para os alunos poderem acompanhar, os professores acompanham o Centro de Mídias hoje, fazem devolutivas de tarefas pelo Centro de Mídias, enfim [...]. Nós estamos com aulas no Meet, e os professores têm dito, inclusive, que os alunos preferem as aulas do Meet, a gente fez uma organização [...] um horário de aulas pelo Meet que tem sido muito mais aceita pelos alunos do que o próprio Centro de Mídias. A gente percebe que têm entrado mais alunos no Meet com o professor dele do que nas aulas do Centro de Mídias, que os professores acompanham também.

3 Detalhes do funcionamento do CMSP podem ser encontrados em Martins *et al.* (2022).

Uma explicação que surgiu no grupo para a adesão dos alunos ao Meet foi a proximidade com o seu professor.

Então, a percepção que eu tive, e que os alunos também relataram, é que as aulas do Centro de Mídias não eram (dadas) pelos professores deles, então eles não se sentiam, assim, na obrigação de ficar ali assistindo um professor que ele não conhece, embora fosse um bom professor. Quando nós começamos a fazer as aulas pelo Meet, que esse ano a gente já começou (2021), [...] o decreto impedia de voltar ao trabalho presencial, embora eu acho que no estado todo, grande parte já estava presencial e nós, não. Então nós já organizamos, na primeira semana de aula, as aulas pelo Meet. Aí só o professor que podia ir para a escola, o aluno não podia ir para a escola, estava impedido pelo decreto do prefeito. Então o que nós fizemos aqui? Com a verba – isso a gente não pode negar, que o governo mandou muita verba, muita verba mesmo para as escolas. Então, com as verbas, nós conseguimos estruturar toda a escola, colocamos praticamente um centro de mídia em todas as salas de aula, todas as salas de aula estão com internet, computador, Datashow, *home theater*. Enfim, elas estão todas equipadas. [...] O professor ia para a escola e dava a aula pelo Meet, só o professor na sala de aula.

Apesar das dificuldades apontadas pelos participantes, os recursos tecnológicos e didático-pedagógicos disponibilizados pela rede estadual paulista, quando comparados aos de outros estados e municípios da federação, evidenciam as desigualdades entre as redes públicas de ensino do país. Conforme assinalado no primeiro volume deste estudo, apesar da mobilização de diferentes redes para implementar o ensino remoto por meio de conteúdos digitais, no Brasil menos de 50% dos domicílios possuem um computador com acesso à internet, o que revela um país formatado pela desigualdade social e econômica (MARTINS *et al.*, 2022). Ademais, na própria rede estadual paulista a distribuição de verbas também ocorreu de forma heterogênea:

[...] a verba é de acordo com a quantidade de alunos na escola. Então é exatamente isso. [...] eu consegui montar só uma sala de Centro de Mídias. Os alunos não conseguem ser assistidos da mesma forma, porque as verbas são diferentes entre as escolas. Existem ainda situações de escolas que têm passado um perrengue muito grande em relação ao acesso à tecnologia.

Vale registrar que o levantamento feito pelo Inep, por ocasião do Censo Escolar da Pandemia (BRASIL, 2021), também constatou que 79,9% das redes públicas estaduais treinaram os professores para o uso de metodologias de ensino não presenciais, enquanto apenas 53,7% dos municípios ofereceram algum tipo de capacitação para esse fim. Disparidade ainda maior foi constatada no que diz respeito à disponibilização de equipamentos para o ensino remoto: 43,4% das redes estaduais ofereceram dispositivos como computadores, *notebooks*, *tablets* ou *smartphones* aos docentes; no caso dos sistemas municipais, esses percentuais foram apenas de 19,7% e 2,2%, respectivamente, para o acesso gratuito ou subsidiado à internet (BRASIL, 2021).

A pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado), em 2020, aferiu que, num universo de 15.654 professores das redes públicas da educação básica, nove em cada dez professores utilizaram o telefone celular na realização das aulas a distância e 76% usavam o *notebook*. Segundo o mesmo estudo, 83% dos professores declararam possuir recursos, em casa, para ministrar aulas não presenciais, sendo que metade deles compartilhava os equipamentos com outras pessoas residentes no mesmo domicílio. Esses dados indicam que a maioria dos professores contou com recursos próprios para dar continuidade às atividades escolares a distância, corroborando constatações de estudos qualitativos sumarizados neste relatório, especialmente no que tange à intensificação do trabalho docente realizado por meios remotos.

c) Formação continuada

Sobre a formação continuada, os depoimentos dos gestores indicaram que, durante o fechamento das escolas, houve certa centralização desse processo na Secretaria de Educação, via CMSP e Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (Efape). O grupo informou que o horário destinado às Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) ficou dividido entre as demandas de três instâncias do sistema: as do CMSP, das Diretorias de Ensino e da escola. Essa organização limitou o tempo dos processos formativos realizados no âmbito do próprio local de trabalho. Esse aspecto foi visto de forma negativa pelos diretores escolares, uma vez que as necessidades de formação específicas da escola não são contempladas nesse modelo centralizado.

Falando um pouquinho do ciclo 1, primeiro em relação aos conteúdos [...] o que a gente percebeu? Que os conteúdos de formação estão muito interligados com o que estava sendo trabalhado no Centro de Mídias. Então se eu vou falar de matemática, que é o EMAI [Educação Matemática nos Anos Iniciais], então você percebia que naquele período eles estavam focando na questão do EMAI, como isso ia ser trabalhado. Língua portuguesa, a mesma situação. Então a gente percebeu que eles estavam atrelando o que estava sendo trabalhado no Centro de Mídias, com a formação. Isso, tudo bem. A questão é a seguinte: que muitas vezes nós necessitávamos de uma formação feita pela escola para garantir a nossa necessidade, aquilo que nós estávamos vivenciando, as necessidades dos nossos alunos, e não houve tempo para isso. Então tudo veio muito pronto, engessado [...]. Então a gente teve, a nossa coordenadora, inclusive, nas nossas reuniões de gestão, houve uma fala de muita frustração [...] eu acho que ficou muito a desejar este ano de 2020 e 2021, a questão da formação do professor alfabetizador, porque foi uma coisa muito engessada, muito superficial, e que em determinados momentos deixou a desejar, na minha opinião.

Eu concordo também que foi engessado. [...] Bem emparelhado com as aulas do sistema em si, do CMSP, também para o ensino fundamental II e o médio. [...] nós temos um corpo docente muito integrado mesmo, muito engajado, e eu conseguia

falar com os professores [...] fazia de 15 em 15 dias uma reunião de alinhamento com todo o corpo docente. Eles escolheram o horário, era um horário no noturno, e nós fazíamos essa reunião com todos os docentes para poder falar sobre a nossa escola, sobre a nossa realidade. Faltou esse tempo. [...] Ainda hoje, o período da escola fica restrito, porque é dividido entre o ATPC do CMSP, o ATPC da Diretoria de Ensino, e o ATPC da escola. Então ainda há essa divisão. [...] muitas vezes, a gente precisa de mais tempo com os professores [...], porque as realidades dessas escolas são diferentes. [...] A Efape tem colocado muitos cursos à disposição dos professores sobre assuntos muito diferentes, mas ainda está faltando um tempinho para a escola. Eu acho que a Efape deveria deixar um tempinho maior para nós.

Apesar das dificuldades encontradas ante as decisões das instâncias superiores, os diretores afirmaram que conseguiram mobilizar os professores em horários alternativos e em intervalos de tempo maiores do que os estipulados pela Seduc, com vistas a contemplar as pautas formativas de interesse das equipes escolares. As falas revelam que os diretores perceberam a formação continuada como elemento relevante, porém desde que articulada com as questões que eles enfrentam na realidade de suas escolas:

[...] na minha escola, a gente foi meio subversivo. Nós não obedecemos a Secretaria de Educação, não fizemos ATPC no horário que eles recomendaram, nossos ATPCs eram à 1h30 da tarde, de 1h30 até as 3h, era 1 hora e meia com os professores. A pauta era a nossa formação. Falávamos da nossa realidade, mas utilizamos para fazer formação mesmo, que era a grande preocupação, de trocar. Foi momento de compartilhar as práticas, cada professor ajudava o coordenador a preparar o ATPC para, justamente, trabalhar aquilo que mais estava afligindo o professor naquele momento, que não sabia fazer a utilização das tecnologias, enfim. [...]. Então a gente foi escolhendo pautas desse tipo, e não fazíamos a pauta que era enviada pela Diretoria, nem pela Seduc, nem por nada. Eles assistiam lá, porque a gente era obrigada, né, o ATPC do CMSP e o ATPC da Diretoria, mas o nosso ATPC [...] nós decidíamos em grupo o assunto que era pertinente a ser trabalhado e compartilhávamos essas práticas.

É, na verdade é o que nós fazíamos também, mas nós conseguimos fazer isso só à noite. Porque, na verdade, eles são obrigados a assistir o da Efape, e são obrigados a assistir os da Diretoria também, porque há um controle de presença dos professores. Há um controle de presença tanto no CMSP quanto por parte da Diretoria. Então, nós também fazíamos à noite.

[...] eles são obrigados a assistir o da Efape e o da Diretoria, tem um controle de presença. Ele fica 45 minutos para conversar com o CP e depois assistir os vídeos de formação. Pensa na dificuldade em atrair esse professor.

Com o retorno das atividades presenciais, a intenção da Seduc parece ser a de manter a formação continuada centralizada no CMSP e na Efape, mas realizada pelo profissional na escola, e não no seu ambiente doméstico. Os diretores estão entendendo que isso poderá criar

dificuldades para que o coordenador pedagógico possa ter um papel protagonista no processo de formação dos profissionais da escola, além de configurar um desgaste para o diretor, que deverá exigir a presença do professor na escola para assistir a vídeos que ele poderia ver em sua casa.

d) Funcionamento dos órgãos colegiados

Houve certo consenso no grupo sobre o funcionamento satisfatório dos órgãos colegiados no período de atividades remotas. Alguns participantes afirmaram que os encontros *on-line* se configuraram como uma experiência interessante com significativa adesão da comunidade escolar. O grupo manifestou a intenção de que essa dinâmica continue sendo adotada no retorno das atividades presenciais, visto que as reuniões *on-line* parecem ter ampliado a possibilidade de participação dos professores e das famílias em reuniões colegiadas. Possibilitando sua realização em horários mais flexíveis, esse formato permite compatibilizar as agendas dos profissionais da escola com a das famílias e/ou responsáveis. Reuniões presenciais, com horários definidos pela própria unidade escolar de forma aleatória, parecem não facilitar a participação de pais ou responsáveis, tendo em vista limitações de trabalho e/ou outras de ordem doméstica.

As reuniões de Conselho e de APM foram muito mais eficazes agora pelo remoto. Porque antigamente, no presencial, a gente tinha problemas mesmo para ter todos os presentes por conta dos horários de trabalho e tal. E no remoto ficou muito mais fácil, eu pelo menos tive as reuniões muito mais cheias do que quando se fazia no presencial.

[...] o remoto facilitou muito o relacionamento adulto. No entanto, os alunos não gostam das aulas remotas. Eles reclamam muito. Então eu entendo que os alunos não têm maturidade ainda para o remoto. Por isso que as reuniões de APM e de conselho de escola, elas foram mais eficazes [...]. Porque elas estão no âmbito de reuniões adultas, vamos dizer assim. Até os ATPCs, os momentos de atividade pedagógica, coletiva, funcionaram muito bem. [...] os alunos ainda precisam do presencial, ainda precisam do contato com o professor. Os alunos precisam da socialização que a escola oferece presencialmente. Mas, em relação às reuniões, o remoto ajudou muitíssimo.

Contudo, em pesquisa anteriormente citada, é possível identificar outras percepções: para 59,2% dos profissionais da educação dos sistemas municipais do Grande ABC Paulista, as reuniões pedagógicas realizadas *on-line* não prejudicaram, e até melhoraram, a qualidade do trabalho das equipes escolares. Já em relação à participação da comunidade escolar em órgãos colegiados – APM, Conselho Escolar –, os dados apontam em direção contrária, visto que 69,5% declararam “não saber” se estes estavam funcionando (ROSA *et al.*, 2020).

Publicações sobre o tema da gestão democrática em meio à pandemia sumarizadas neste relatório (NASCIMENTO; SILVA, 2020; ASSIS, 2021; LOUZADA; AMANCIO;

ROSSATO, 2021; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2021) oferecem poucos elementos para compreender como os órgãos colegiados escolares funcionaram nesse período. Entretanto, tomadas em conjunto, sugerem que o princípio da gestão democrática foi ainda mais fragilizado pelas dificuldades de comunicação e pela intensificação do trabalho de professores e gestores durante o isolamento social (NASCIMENTO; SILVA, 2020; ROSA; MARTINS, 2021).

e) Ações de suporte da Seduc para a organização das escolas

A interrupção abrupta das atividades escolares gerou alguns inconvenientes para as escolas e também para a Seduc-SP, com atividades suplementares e de suporte que são planejadas anualmente pela administração pública, envolvendo os entes federativos do estado de São Paulo, mas também empresas privadas e diferentes setores da cadeia produtiva. Um aspecto mencionado no grupo focal foi, por exemplo, a merenda escolar e sua oferta, que, no estado de São Paulo, envolve duas formas de fornecimento de alimentação escolar: uma descentralizada, por meio do repasse de verbas aos municípios e a outra, centralizada e gerenciada diretamente por Diretorias de Ensino, para atender a mais de 3 milhões de estudantes.

Não é de surpreender que a logística de estoque e distribuição de alimentos não tenha sido interrompida imediatamente com a paralisação das escolas, o que, certamente, gerou alguns impasses para as diversas diretorias de ensino e unidades escolares sobre o destino dos alimentos. No grupo focal, obteve-se a informação de que gestores, voluntariamente, distribuíram cestas de alimentos entre as famílias de sua comunidade escolar, porque as decisões em torno dos suplementos estocados foram repentinas e não havia suporte para dar um destino a eles:

[...] a merenda chegando na escola, não podia rejeitar merenda, a merenda pres-tes a vencer; a gente sabendo de famílias que estavam passando fome e não podia fazer essa doação. E aí vinham as redes em cima da hora para que a gente montasse as cestas e entrasse em contato com esses pais, aí não tinha como entrar em contato com esses pais. Cheguei a pegar o meu carro e levar cesta básica na casa de alguns que eu sabia que estavam passando fome, e não tinha contato telefônico.

Currículo e avaliação da aprendizagem no ERE

a) Currículo

O descompasso entre a programação educacional e as práticas de ensino, realizadas remotamente, também foi um fator destacado que, ao que parece, teve efeitos na implementação do currículo, que precisou ser enxuto para que pudesse ser, minimamente, cumprido:

O currículo acabou sendo enxuto. Foi o professor acompanhando o que está acontecendo no centro de mídia e planejando em cima daquilo. O professor deu a mesma aula, ainda que com recursos diferentes, mais de uma vez. Fomos com passinhos. [...]

Não dá para acompanhar o currículo como foi implementado. [...] Dividimos em grupo A e grupo B, com alunos mais e menos avançados, para acompanharmos. Esperamos que a pandemia diminua e os alunos possam voltar presencial.

O próprio CMSP contribuiu para a síntese do conteúdo programático previsto, de acordo com informações obtidas no grupo focal. Houve descompasso, também, entre as aulas ministradas virtualmente e o material impresso distribuído para as escolas, uma vez que ocorreram atrasos na entrega desses materiais, que se destinavam a subsidiar as aulas apresentadas pelo CMSP.

Esse cenário corrobora boa parte das pesquisas conduzidas em 2020 e apuradas por Pimenta e Sousa (2021). Interessante notar, segundo as autoras, que até mesmo o levantamento realizado pelo Instituto Rui Barbosa (MIOLA *et al.*, 2020), entre secretários de Educação e/ou técnicos das secretarias de 249 redes de ensino de todo o país (das quais 17 eram estaduais), indicou que o monitoramento dos órgãos centrais se restringiu à entrega das atividades escolares, e não incluiu sua realização e/ou devolutiva aos professores.

b) Avaliação de aprendizagem: tensões e problemas

Em relação à avaliação dos alunos, verificou-se, pelas falas dos sujeitos, que esse não foi um processo bem-sucedido durante a pandemia. No ensino fundamental, um primeiro aspecto destacado foi a falta de compreensão das famílias sobre a natureza diagnóstica da avaliação e a importância de as crianças realizarem as provas sem o auxílio de um adulto. Quando as crianças eram menores, os professores orientavam os pais sobre como proceder com a avaliação, mas, ainda assim, as famílias resolviam as questões junto com os filhos. Como resultado, no retorno presencial verificou-se que o real desempenho dos alunos não correspondia à expectativa criada na devolutiva dos exercícios.

Estudo realizado com professores do ensino fundamental da rede municipal de Corumbá, Mato Grosso do Sul, apontou preocupação semelhante, pois, além das dificuldades de docentes, alunos e familiares no uso das tecnologias digitais, mesmo quando as atividades avaliativas eram devolvidas, pairava a dúvida sobre quem, de fato, as teriam realizado, se os pais ou as próprias crianças (SANTOS; MARQUES; MOURA, 2021). É compreensível esse tipo de comportamento das famílias, uma vez que não é responsabilidade e competência delas acompanhar o desenvolvimento de provas. Isso exige conhecimentos técnicos e práticas de ensino próprios do magistério. Além disso, utilizar instrumentos avaliativos que foram pensados para o contexto presencial de sala de aula, para serem preenchidos em casa, pode ser uma estratégia inadequada e sujeita a ludíbrios:

[...] em relação à avaliação, eu acho que há muito tempo vem se falando com os professores a respeito da avaliação como meio de ferramenta para melhorar a prática docente. [...] Não se falou isso para o pai e para o aluno. Então ainda, para o pai e para o aluno, há a cultura da nota. E a nota, ela tem que ser conseguida através

de qualquer meio, seja ele a cola, seja ele a cópia, seja o pai – como a nossa colega acabou de falar –, os pequeninhos, que às vezes o pai faz a prova para o aluno, por quê? Porque ele quer a nota.

O grupo chegou a discorrer sobre orientações às famílias no que se refere a como proceder com a avaliação, mas essa estratégia parece ter sido inócua, pois para a família, de acordo com os diretores, a avaliação é mensuração, e é mais fácil visualizar o resultado final do processo de avaliação consubstanciado na nota do que quando informado em diagnóstico do processo de aprendizagem. Quanto aos alunos do ensino médio, a consulta à internet foi o procedimento utilizado por eles para realizar a avaliação, como identificado pelo grupo.

Inquietações semelhantes foram relatadas por Ramos, Sarmiento e Menegat (2021), em estudo de caso realizado em uma escola privada, de classes média e alta, em município localizado na Serra Gaúcha. Mesmo dispondo de recursos materiais e maior domínio dos dispositivos tecnológicos, professores apontaram o baixo engajamento dos alunos e manifestaram dúvidas sobre se eles realmente estavam presentes quando *logados* nas aulas síncronas, pois grande parte permanecia com as câmeras fechadas. Comportamentos como esses, comuns nas aulas remotas, também parecem ter dificultado os processos avaliativos durante a pandemia.

Os problemas identificados pelos gestores expuseram a fragilidade dos modelos tradicionais de avaliação e permitiram que eles compreendessem que as práticas avaliativas tão arraigadas entre os docentes não eram condizentes com a modalidade de ensino ofertada no cenário pandêmico. Um estudo que analisou as significações da interface avaliação-aprendizagem em documentos normativos das secretarias de educação dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais em meio à pandemia indica o acirramento das disputas sobre o sentido da aprendizagem como aquisição de algo externo (expectativas de aprendizagem; competências e habilidades, etc.), ou como resposta singular de um sujeito que aprende (MARTINS; GABRIEL, 2021).

Tal disputa pode ser verificada em depoimentos como os que seguem:

Você passar uma atividade e não querer que seu aluno copie da internet? Ah, professor, nós estamos em 2021. Então eu acho que começou também a cair a ficha do que é avaliação desses profissionais, que, na verdade, você não vai ter como impedir o aluno de fazer uma pesquisa na internet para fazer uma resposta das atividades, das perguntas de o que é que você mandou. E aí coube, mais uma vez, essa questão de o professor fazer uma reflexão do que é a avaliação escolar, do que ele pretende que o aluno compreenda nesse processo, desenvolvido dessa forma, de forma remota, o aluno lá na casa dele. E aí eu acho que isso também foi um avanço, sabe. Os professores também começaram a ter essa percepção de que eles teriam que pensar numa avaliação realmente formativa. Não cabe aquela avaliação que você corrige as atividades e conta quantos certos e quantos errados tem na atividade. E eu acho que foi necessário acontecer uma coisa como essa para que, realmente, a escola percebesse o quanto ainda estava retrógrada no seu

sistema de avaliação da aprendizagem, porque a gente está falando de avaliação da aprendizagem. Então não se mede dessa maneira, com números de acertos e erros, o quanto o aluno foi capaz de aprender, principalmente se tratando de um momento de adversidade como esse que a gente está vivendo.

Então, eu acho que cabe também aos professores explicarem aos alunos que a prova é um meio diagnóstico, não só para poder ajudá-lo, como também para o próprio professor melhorar a sua prática. [...] Eu também acho que o fato do aluno, do médio ter o Google, acho que também foi um avanço, porque o professor precisa... Eu estou falando isso, porque eu sou professora também, não sou só gestora. Então, se eu quero fazer uma prova de qualidade, eu não vou fazer uma prova em que o aluno, a avaliação, busque a resposta pronta, mas sim uma avaliação em que o aluno possa, sim, consultar o Google como forma de pesquisa, porque ele está estudando. Mas ele vai ter que pesquisar o assunto para poder responder àquilo que eu quero, então também é uma forma de avaliar, também é uma forma de fazer o aluno crescer. E eu acho que o ensino remoto fez com que a gente pudesse ter também essas reflexões.

Importa considerar também que alguns alunos não tiveram acesso ao ensino remoto e permaneceram distanciados das atividades escolares durante esse período. Esse fato gerou impasses para o conselho escolar e dificuldades para definir critérios de aprovação e reprovação de alunos:

No final do ano nosso conselho foi realizar o quê? Vamos fazer por área, como que nós vamos aprovar esse aluno? Então, realmente, a perda foi enorme, no sentido de conhecimento, de como nós estamos com a nossa educação, infelizmente. [...] Quando a gente começou a compartilhar, de fato, a gente estava fazendo nos conselhos e, mais do que as reuniões de conselho, reunindo os professores, e agregando o máximo de informação de aluno assim, “ah, fez atividade com um professor só”, então a gente já contabilizava que aquele 1 já conseguiu acessar de alguma forma alguma coisa. Uma mãe que foi buscar uma atividade na escola, a gente já contou com um aluno que não tinha escapado. Mas a maioria, cerca de 70%, praticamente, contato zero, zero professores e contato zero com a escola.

A desorganização dos processos ensino-aprendizagem durante o ensino remoto comprometeu não apenas a capacidade dos professores de avaliar o desempenho dos estudantes, mas também a efetividade do esforço realizado pelas escolas na tentativa de minimizar os inextinguíveis prejuízos acumulados pelos estudantes, em decorrência do isolamento social. Soma-se a isso a dificuldade de muitas famílias de atuarem como mediadores da aprendizagem e dedicarem a atenção necessária à execução das tarefas domiciliares dos filhos, como identificado em estudos que trataram sobre o tema realizados no período em que as escolas permaneceram fechadas (LAGUNA *et al.*, 2021; LUNARDI *et al.*, 2021; SANTOS; SANTOS, 2021).

Em artigo dedicado à análise dos estudos que se propuseram a mapear a situação das redes públicas estaduais e municipais de educação, especialmente no primeiro ano da pandemia

de covid-19, Pimenta e Sousa (2021) identificaram que, em relação aos processos de avaliação de aprendizagem, as principais preocupações giravam em torno do modo de avaliar no contexto do ensino remoto; da necessidade de planejar as avaliações diagnósticas e readequar os processos avaliativos no retorno às aulas presenciais e, por consequência, de repensar os processos de formação continuada dos professores.

As TIC na pandemia para a população mais vulnerável

a) Desigualdades desveladas

Um aspecto que ganhou visibilidade no período da pandemia foi a desigualdade expressa na falta de acesso a equipamentos de tecnologia e à internet. A ausência de suporte à atividade de ensino também foi observada na dificuldade de dirimir esse obstáculo, o que exigiu, mais uma vez, uma ação voluntária das escolas para buscar soluções para a realização do seu trabalho. Gestores escolares e professores organizaram e imprimiram atividades para proporcionar aos estudantes algum acesso ao ensino e tentaram contornar os obstáculos existentes no âmbito doméstico, dentro de suas possibilidades, vivenciando situações de vulnerabilidade que criaram sentimentos de comoção e indignação:

Enfim, eu acho que chegamos ali, mais ou menos, por volta de meados de outubro conseguimos cerca de 30% dos alunos com algum contato conosco pela internet ou indo até o guichê da escola buscar uma atividade impressa. Foi uma coisa, assim, maluca. Até mesmo centro de mídias, as mães vinham dizer que não tinha como acessar centro de mídias, não tinha internet para aquilo, não tinha o canal da televisão, enfim. Não foi fácil, não foi nada fácil mesmo, e acho que ali, por ser uma comunidade extremamente carente, eu acho que nós encontramos uma dificuldade ainda maior. Eu falo que, assim, eu compartilhava essas minhas angústias com colegas diretores de escolas centrais que estavam muito mais tranquilos porque os pais tinham internet, os filhos estavam sentados em casa assistindo aula já pelo Meet o ano passado, e eu não estava conseguindo fazer esse tipo de coisa ainda o ano passado.

E a gente percebeu que as nossas famílias não estavam acessando o Centro de Mídias [...] Então as professoras começaram a elaborar roteiro, como se fosse aqui na escola. [...] A gente teve que enviar esse material para cá, os livros e tudo, para eles começarem, com a orientação das pessoas, via WhatsApp, tentar fazer alguma atividade. Então vocês imaginem a loucura: [...] esse professor tinha que enviar o roteiro, a gente tinha que olhar junto o que dava para adaptar, o que não dava, o que o pai ia entender. Porque assim: não adiantava usar uma linguagem pedagógica num roteiro que a coordenadora lia e aprovava, e discutia com o professor, para os pais. Tinha coisa que tinha que ser alterada. Tinha linguagem ali que tinha que ser bem simples. [...] Os pais... nós ligávamos; dava até dó [...] nós tínhamos que ser psicóloga das famílias que estavam desesperadas com dois, três filhos, sem recurso tecnológico. Então assim, eu lembro que no ano passado o nosso maior gasto aqui na escola foi com impressão de atividades, de roteiro. Os pais

vinham buscar na escola para os alunos realizarem ali, na mão. Não tinha essa questão da internet. E olha que coisa. Depois de um tempo os pais foram voltando ao trabalho, e aí às vezes essa família só tinha aquele celular, que o pai tinha que levar para o trabalho. Então a criança ficou desassistida mesmo.

Quando havia situações em que os pais foram obrigados a voltar para o trabalho, a dificuldade aumentava, especialmente para as crianças menores. E isso aconteceu não somente pela existência de um único equipamento de celular que assistia as crianças e que era carregado pelo familiar, mas pela falta de um adulto responsável que tivesse condições de acompanhá-las durante a realização das atividades escolares.

[...] não tinha mais a ferramenta e não tinha mais esse adulto para dar o apoio que a criança precisava. Então essa criança começou a não ter nenhum acompanhamento, porque às vezes precisava de favor ficar na casa de uma avó que era analfabeta. Como essa vó vai ajudar? Ficava na casa de uma madrinha... Teve alunos que cada dia estavam num canto. [...] Sabe, a questão da aprendizagem dói, porque a questão da aprendizagem naquele momento, para aquela família não era prioridade, olha que coisa triste, né? A questão, naquele momento, era de trazer o sustento para casa, porque você ligava para os pais e para as mães, que se cobravam, falavam assim, “[...] eu não sou essa mãe, eu não sou assim, mas eu preciso trazer o alimento. Eu estou com medo de ser demitida. Então como que eu vou fazer essa atividade com essa criança?”.

A desigualdade social se apresentou nas dificuldades das famílias e refletiu sobre o trabalho das escolas, gerando impasses sobre a conduta profissional de gestores escolares e professores. Além disso, a forma como puderam contornar as dificuldades estava atrelada, também, às condições que a Seduc-SP lhes proporcionou no contexto do isolamento:

Eu consegui montar uma só linha de centro de mídias, eu não tenho essa estrutura toda para todas as salas. Por quê? Porque, claro, eu tenho um número menor de alunos. Então, até nesse sentido, os alunos não estão tendo, não estão sendo assistidos da mesma forma. Porque as verbas são diferentes. Então a gente tem que parar e pensar nessa situação. Não sei, tem aquele diretor que acabou de falar que também tem uma escola que é bem afastada, que a internet mal chega. Então, assim, existem ainda situações de escolas que têm passado um perrengue muito grande em relação ao acesso à tecnologia. Então, até nisso a desigualdade mais uma vez prospera.

E dentro da nossa escola, que também temos um número grande de alunos, nós equipamos as salas com as TVs, temos em algumas salas o conjunto de multimídia, *touchscreen* na tela, caixa de som. E também equipamos a escola com alguns *notebooks*, além da sala de informática. E que agora nós temos a Proatec [Projeto de Apoio Tecnologia e Inovação] para nos auxiliar também na utilização tanto da sala de informática quanto do uso dos *notebooks*, quantas vezes que nem chegam as coisas de última hora para realizar, nós temos esse auxílio que é muito

grandioso dentro da realidade que nós tínhamos há cinco anos atrás, vamos dizer assim. Não precisa ir muito longe.

As diferenças sociais parecem acentuar o distanciamento existente entre as condições de vida de quem tem acesso a recursos e quem não tem, escancarando a falácia existente no discurso da meritocracia, aspecto que foi observado no grupo focal.

Como alguém falou, a educação brasileira, ela sempre foi diferenciada: a escola pública sempre foi para um público, e a escola privada de alto padrão para outro – mas nem toda escola privada é boa. Tem um monte que é pior que escola pública. [...] Mas, eu acho que para as pessoas que ainda não perceberam, eu acho que ficou mais claro ainda, ficou muito claro. Você mora melhor, tem equipamentos tecnológicos, seu pai domina isso, eu tenho televisão, tenho isso e tenho aquele outro, e o outro que mora lá não tem nada. Então eu acho que só revelou aquilo que já é muito claro há muitos anos, só revelou o que já existia.

A evasão escolar foi outro efeito observado pelo grupo, fruto das dificuldades sociais existentes:

Agora, a minha maior preocupação aqui na escola, a gente tem conversado bastante, é essa questão da evasão escolar, haja vista que a preocupação não é apenas nossa. O governo vai dar 1 mil reais durante o ano para o aluno do ensino médio que não sair da escola. Então é muito sério essa perda.

Uma manifestação do grupo lembrou uma situação que é muito comum nos dias atuais, nas salas de aula, que gerou um ponto de discussão entre os professores e sobre a qual os diretores tiveram de se debruçar, até em ATPC: os estudantes costumam levar celulares para a escola, portanto eles poderiam realizar as atividades dentro da modalidade remota. No entanto, os diretores explicaram que os alunos não tinham acesso à internet em suas residências, e, quando o tinham, o aparelho não comportava os aplicativos utilizados para o desenvolvimento do ensino remoto. Quanto ao acesso à internet, o *chip* do aluno parece ter ajudado (embora tenha sido distribuído para os alunos maiores, segundo alguns critérios estabelecidos pela Resolução Seduc n. 30/2021, com ênfase nos estudantes oriundos de famílias com maior vulnerabilidade social), mas a defasagem tecnológica dos aparelhos de celular permaneceu como um obstáculo a mais aos inúmeros desafios que a escola e seus profissionais tiveram de enfrentar, assumindo diversas atribuições além daquelas que lhes eram próprias, para que os processos de ensino e de aprendizagem fossem viabilizados:

Os anos iniciais não receberam *chip* [...]. Nós estávamos dependendo do celular e do chip do responsável; para os pequenos não teve essa, não foi ofertado esse chip, o que dificultou muito. Nós continuamos mandando os roteiros, continuamos realizando os contatos via WhatsApp, porque os centros de mídias para o pai sempre foram uma dificuldade, sempre foi um desafio nosso muito grande que as

crianças acompanhassem os centros de mídia, exatamente por essa falta do acesso [...]. Até hoje eu tenho muita dificuldade que eles participem de forma efetiva no centro de mídias. Eles se agarram mais no roteiro do professor, nas explicações que são fornecidas, porque os professores geralmente colocam vídeos explicativos, tentam interagir na medida do possível com essas famílias.

b) A busca ativa no estado de São Paulo

Outras questões que mostram o desarranjo entre a rotina escolar interrompida e a continuidade do atendimento educacional a distância foi a dificuldade das famílias no acesso a redes móveis de dados e à internet, além da falta de cadastros atualizados nas escolas para localizar estudantes. Em casos mais extremos, famílias tiveram de interromper os serviços de telefonia por falta de condições de arcar com os custos das tarifas.

Nesse cenário, foi comum, durante o período de isolamento social, que profissionais da escola – em geral, os diretores – se deslocassem até a moradia dos alunos, inclusive para a entrega das merendas, por meio da busca ativa.

E a primeira busca ativa que eu fiz na escola, eu fiz muita busca ativa, ainda faço, foi em relação à merenda em casa. Então foi no mês de março do ano passado (2020), foi a primeira busca ativa que eu fiz. O que eu fiz? Eu fui na escola e imprimi todo o material, e liguei aqui da minha casa para todos os pais irem receber essa merenda em casa. E foi muito difícil, porque não existia um *link* entre o cadastro do aluno que estava lá registrado da sede, e realmente o telefone que nós tínhamos. Então foi muito difícil isso, eles mudam muito de telefone, a gente não conseguia contato, então foi uma dificuldade muito grande para poder ter esse contato com o aluno.

A falta de comunicação trouxe prejuízos de natureza educacional também, uma vez que parte dos alunos das escolas públicas não teve acesso ao ensino remoto e não obteve informações sobre a continuidade das atividades escolares. Para aqueles que não tinham acesso a redes de internet, foram elaborados materiais impressos, mas muitos alunos só tinham acesso a isso quando a escola fazia a busca ativa desses estudantes:

Então, nós no início tivemos uma adesão muito baixa. Era em volta disso mesmo, de 30%... 35%, 40%. Depois que a gente começou a mandar os roteiros por WhatsApp e começou a conversar com esses pais, fazendo vídeo [...] a gente já estava com um número em torno de uns 90% de adesão de entrega de atividade. Mas, veja bem, [...] a entrega de atividade é aquilo. A gente pedia alguma coisa para fechar nota, você percebe? Então, inclusive saiu resolução na ocasião dizendo: toda e qualquer atividade vocês vão considerar. Tudo era considerado, o que é uma judiação para a criança pequena, porque ela está no processo de alfabetização. Então você imagina, uma folhinha que essa criança que precisava ser alfabetizada entregava na escola, a gente tinha que tirar da busca ativa. Você não podia mais ficar no pé daquelas famílias. Então foi uma coisa... eu acho que nunca teve

uma desigualdade tão grande, assim, nessa questão. Agora recebendo os alunos – é o que eu falei, a gente está em revezamento –, recebendo essas crianças, a gente percebe o abismo, o abismo [ênfatisa] que causou na vida dessas crianças, principalmente as menores, as que estão no processo de alfabetização. E nos preocupa demais.

O depoimento acima não expressa apenas a falta de adesão dos alunos ao ensino remoto, mas a desigualdade social que se aprofundou consideravelmente durante essa pandemia, condenando os estudantes mais vulneráveis a penetrarem em um circuito escolar pobre, que, sem um investimento maciço na promoção da aprendizagem, dificilmente será superado ao longo de sua trajetória acadêmica. Ainda não se sabe o impacto dessa desigualdade social no contexto da pandemia, mas em breve os dados educacionais trarão luz ao cenário negativo a que foram submetidos crianças e adolescentes brasileiros, que não puderam acessar a escola por falta de recursos.

Os resultados no desempenho dos estudantes precisarão ser analisados considerando uma série de variáveis do contexto social mais amplo, não limitados às práticas escolares, pois, se há uma desordem que a pandemia descortinou, foi a profunda desigualdade social, uma das variáveis mais importantes a se constituir como obstáculo para o sucesso escolar.

Em estudo sobre impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do covid-19, Barbosa, Anjos e Azoni (2022) afirmam que a suspensão das aulas provocou consequências na aprendizagem de crianças com e sem transtornos do neurodesenvolvimento. Os autores ressaltam que no levantamento realizado em 14 fontes, não encontraram pesquisas que analisassem “[...] a aprendizagem sob o olhar do desempenho acadêmico da leitura, escrita e matemática”, porém chamam a atenção para os achados que indicam as

[...] diferenças de acesso entre crianças de alta e baixa renda, por condições desiguais de ensino-aprendizagem e recursos tecnológicos e materiais educacionais para acompanhamento das aulas remotas, bem como para a realização de estudos no ambiente domiciliar. (BARBOSA; ANJOS; AZONI, 2022, p. 67).

Outro aspecto observado e que revela a falta de sintonia entre o trabalho escolar cotidiano e os órgãos centrais é a dificuldade destes em apoiar as escolas para realizar a busca dos alunos que não tiveram acesso ao ensino remoto. Isso se fez notar quando, no depoimento dos diretores, afirmou-se agir voluntariamente para tentar encontrar os alunos, mediante buscas ativas e estratégias informais de acesso às famílias e estudantes (grupos de WhatsApp, deslocamento até a residência dos alunos, utilização de redes sociais, entre outras medidas tomadas por gestores e professores das escolas públicas).

Como as professoras estavam nesses grupos de WhatsApp, elas tentavam puxar essas famílias pelos contatos, por telefone. Foi uma parceria, tá? Nós temos um grupo aqui muito unido, muito bacana, muito parceiro. Então, o que aconteceu? A

princípio nós estávamos aí contando com essa colaboração, o professor tentava entrar em contato. Não tendo nenhuma devolutiva, nós partíamos aí para a próxima etapa que seria a gestão mesmo. A gente tentava entrar em contato de diversas formas. O diretor chegou a ir junto com a nossa coordenadora em algumas residências [...] porque teve casos que a criança mudou, inclusive, de residência, nem pediu transferência; simplesmente morava de aluguel, não pôde mais arcar com aquele aluguel, mudou e sumiu. Não deu satisfação para a escola. Então nós precisávamos ir atrás dessas crianças. Tinha criança, para você ter uma ideia, que a gente encontrava na rua brincando. [riso] então a gente tinha que chamar, “tem alguém em casa? Com quem você está?” [...] ou então no meio da rua mesmo, “ô fulano, o que está acontecendo? Por que você não vai na escola?”. E tentar ir na casa da criança, ver se tinha um adulto para ir buscar uma atividade para as crianças realizarem em casa.

A ausência de organização da própria Seduc-SP no que se refere à implementação de instrumentos mais eficazes de localização de alunos – com desdobramentos nas unidades escolares para efetivar a busca ativa – acabou reverberando também na relação entre direção escolar e seus professores, uma vez que atribuições designadas pelos diretores aos demais profissionais da escola geraram algumas tensões, dado que não havia muita clareza sobre quem era responsável por se comunicar com os alunos. Em algumas situações, a tensão foi gerada na demanda para produzir um diagnóstico sobre as ausências; em outras, para criar estímulos e condições que favorecessem a manutenção do contato entre os estudantes e seus professores por meio do ensino remoto. Responsabilidades dessa natureza eram questionadas pelos profissionais:

O ano passado estava nas resoluções, que busca ativa era para a gestão. E aí eles lançaram, junto com aquele Programa do Chip do professor, uma resolução que dizia que busca ativa era papel do professor também. Então isso facilitou, tá? Eu digo que hoje (2021), a nossa busca ativa é completamente diferente do que foi o ano passado. Nós não tínhamos perna, por exemplo, por mais que a gente pedisse a colaboração dos professores, muitos faziam, e outros diziam “não, não é o meu papel. Eu não vou usar o meu celular particular para isso”. Mas, hoje, nós conseguimos [...] cada professor é responsável pela busca ativa de uma sala, então esse professor sabe minuciosamente agora quem tem e quem não tem acesso à internet. Nós criamos uma planilha no Excel, e todos os professores têm acesso a essa planilha, e eles vão atualizando: “olha, consegui falar com fulano, com beltrano”. Então, são as 48 salas ali, naquela planilha disponível, uma série de perguntinhas onde o professor que é responsável por uma sala consegue dar essa informação para os demais professores também [...] “olha, o fulano realmente não tem internet. Então, esse aqui nós vamos fazer uma atividade impressa, esse aqui a mãe veio na escola, a gente já combinou com a mãe, ela vai estar vindo a cada 15 dias buscar e trazer atividades do filho”. [...] Então, hoje, a gente tem outra comunicação com as famílias. Grupos de WhatsApp com todas as salas, com todos os professores. Então, o ano passado a gente não tinha ainda conseguido fazer tudo isso.

Desafios do retorno ao ensino presencial

a) Insegurança nas atividades cotidianas de trabalho

Apesar dos protocolos estabelecidos na Resolução Seduc n. 61, de 31 de agosto de 2020, para a retomada segura das aulas e demais atividades presenciais (SÃO PAULO, 2020), os profissionais da educação não se sentiam seguros quanto às condições de operacionalização das medidas de manutenção da higiene e distanciamento social, necessárias para evitar a disseminação da covid-19. Essa preocupação era ainda maior no caso das crianças pequenas, pois tinham de ser lembradas frequentemente sobre a necessidade de manter o distanciamento entre elas.

Se, dentro das salas de aula, as carteiras garantem algum distanciamento físico facilitando o cumprimento das regras para o trânsito de alunos nos corredores existentes entre elas, o mesmo não ocorre nos momentos de entrada e saída da escola e durante o recreio, quando as interações e aglomerações são mais intensas e difíceis de controlar.

Nesse sentido, a gente fica o tempo todo muito inseguro, porque, quando você menos imagina, ele já está ali com o coleguinha, já está querendo brincar com o coleguinha. Eles querem o contato, eles são pequenos, eles necessitam disso; faz parte, inclusive, da formação nessa faixa etária. Então é muito complicado, é um desafio diário, e eu te digo, assim, que nós, equipe gestora, professores, funcionários de uma forma geral, a gente passa o dia a dia nessa insegurança. Porque as crianças vão para casa, elas voltam no outro dia, e a gente faz toda a aferição e tal. Mas não é uma garantia de que elas estejam bem e que nós também estejamos para que tudo transcorra dentro do que a gente preza. É um desafio diário, é uma angústia diária, eu diria, porque a gente não tem... inclusive a gente não tem conhecimento se essa criança está faltando, às vezes, porque aconteceu alguma coisa na casa ou se ela está doente, então quando a gente vem a saber é depois de uns dois dias de falta. Então, quem nos garante que essa criança não está afastada devido à covid? Quando a gente vem a saber, é um desafio, porque a criança pequena, muitas vezes, ela é assintomática, inclusive. Então, eu estou expondo todos os professores, funcionários, equipe gestora a uma situação difícilíssima. Você percebe na fala dos professores muita angústia, muito medo, muito receio. Hoje, a criança espirrou na sala de aula, eles já estão de cabelo em pé, “será que está com covid, [...]?”, “ai, meu Deus, ele foi assoar o nariz já duas vezes [...]”.

Como lembrou um dos participantes do grupo focal, o brasileiro valoriza o contato físico, aspecto que dificulta o distanciamento em situações propícias às interações, tanto entre os pequenos como entre os adolescentes, que também interagem por meio do contato e proximidade física:

Então, faz parte da cultura do brasileiro o beijo, o abraço, o estar junto, principalmente o adolescente, que ama uma aglomeração, adoram. Então, realmente ninguém está seguro, embora todos os protocolos também sanitários estejam sendo seguidos.

Os participantes do grupo mencionaram o Programa Bolsa do Povo, criado pelo governo do estado de São Paulo, que integra diferentes programas com ações intersetoriais, dirigido ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Por meio desse programa, a Seduc-SP conta com a colaboração de pais e/ou responsáveis de estudantes matriculados na rede estadual para acompanhar o cumprimento dos protocolos sanitários, uma vez que as escolas não possuem funcionários em número suficiente para auxiliar nesse processo.

A insegurança é tamanha, e eu acho que até a própria Secretaria da Educação sabe que as escolas necessitam de mais funcionários para que se olhe os protocolos sanitários, que pais de alunos estão sendo contratados com esse fim. Então, por exemplo, a minha escola está contratando cinco pais que vão ajudar justamente no cumprimento dos protocolos sanitários, eu acho que todas as escolas estaduais estão recebendo pais com esse fim por conta de um programa que chama Bolsa do Povo. Então a própria Secretaria da Educação, ela tem conhecimento de que nós não estamos seguros.

b) Protocolos e comportamentos coletivos no retorno presencial

A ausência de recursos materiais e humanos indispensáveis à operacionalização dos protocolos sanitários e cuidados necessários para o retorno às atividades presenciais tem sido objeto de inúmeros estudos que corroboram os desafios apontados pelos participantes do grupo focal. Preocupações semelhantes foram assinaladas por Duarte e Hypólito (2020) e Cipriani, Moreira e Carius (2021), cujos argumentos são incontestáveis ante os dados oficiais aferidos no Censo Escolar da Pandemia (BRASIL, 2021).

Além das dificuldades materiais enfrentadas nas escolas públicas para que os protocolos sanitários fossem cumpridos, os participantes do grupo focal apontaram desafios de ordem comportamental que também merecem atenção, como a displicência em relação à gravidade da doença e a falta de senso de coletividade e responsabilidade pela saúde e bem-estar do outro. Como exemplo, citaram profissionais que tiveram a doença, mas mesmo assim descuidaram-se; alunos que compartilharam lanches, sem prever as consequências do não cumprimento das recomendações de distanciamento fora da escola. Esses são alguns exemplos de fatores que desafiam a gestão escolar, a despeito dos investimentos da Seduc-SP para equipar as escolas:

Então, eu falo abertamente, a escola recebeu 270 mil [reais] o ano passado, mais 270 mil este ano [...]. Então, a escola está superequipada, está superpreparada, tem tudo para atender todos os protocolos. Mas se você me pergunta: como você e os profissionais da escola estão? Estão se sentindo confortáveis? Não, não estamos. Inclusive com todos esses recursos que nós temos hoje, nós inclusive entendemos que, se a gente pudesse continuar num remoto, talvez conseguiríamos até uma maior qualidade, agora, em relação a tudo isso, porque o medo é constante, como os colegas falaram, é o tempo todo. É um tal de se abraçar e de se beijar. E a gente contém isso dentro da escola, na porta da escola, e na rua não. Então, a gente já

os vê chegando tudo aglomerado, se beijando e sem máscara, quando entram na escola, respeitam os protocolos.

Fora as questões de saúde que restringem as interações sociais, as considerações dos participantes do grupo focal eram de que o retorno presencial não seria nos mesmos moldes que se vinham praticando anteriormente à pandemia. A experiência intensa das pessoas com as tecnologias de informática mudou práticas de trabalho e relações, gerou novas oportunidades de negócios e atividades humanas, intensificou os cursos a distância e reorganizou diferentes postos de trabalho que não exigem a presença constante do trabalhador. Nas escolas, essa nova realidade social não poderia ser diferente e certamente haveria efeitos sobre o trabalho docente, as metodologias de ensino, a didática e os recursos utilizados para as atividades de ensino:

Esse ano já foi uma coisa muito mais eficaz. Mas eu acho que foi necessário a gente ter passado, e eu digo assim: a minha opinião, inclusive, como gestora é que as aulas, as práticas pedagógicas melhoraram e muito; o professor viu que passar texto na lousa e giz não adiantava. Por mais que fizéssemos formação em ATPC, ainda se encontrava resistências nesse sentido. Aí aconteceu tudo isso e para o professor ficou claro: realmente texto na lousa não é aula. Então as práticas pedagógicas avançaram anos-luz [ênfatisa], posso dizer ali do que eu tenho observado realmente em termos de didática do professor, evoluiu assim mil por cento. Eu acho que todo mundo acabou ganhando, porque agora com o retorno no presencial continuamos com aulas pelo Meet; no presencial a gente consegue fazer transmissão simultânea [...] enfim, não dá para dar uma aula tradicional com esse tipo de metodologia, com esse tipo de coisa acontecendo. Então o professor está tendo que preparar uma aula diferenciada, e indo para a escola com outra didática, com outra prática pedagógica.

c) A descoordenação na gestão da pandemia

Outro desdobramento importante foi a evidenciação da contradição existente entre as manifestações públicas dos governantes e a realidade da escola pública, causando a sensação de impotência dos familiares e profissionais da educação diante das dificuldades encontradas para a concretização do ensino remoto:

[...] quando a gente conversa com os pais, que eles ouvem o secretário falar na TV que tudo está dando certo, que tudo está tão lindo, que tudo está maravilhoso, a gente se pergunta: “Mas, calma aí, será que é só aqui, então, que está ruim?”. Aí você começa a trocar essas figurinhas com os amigos, com os colegas, com as outras escolas, e você fala assim, “Eita, é tudo *fake* mesmo”. Porque já chegou pai aqui me questionando sobre isso, porque ele [o governador] falou que está todo mundo estudando, que está todo mundo bem, que todo mundo tem celular. Eu falei, “calma, não é bem assim não, fica tranquilo, não é só o seu filho que está nessa condição”. Porque eles começaram a se cobrar nesse sentido, “calma aí, mas está

tudo bem? Será que só eu, então, que estou indo para a busca ativa? A professora só liga para mim?”. E a gente teve que dizer: “calma, vamos dar a mãozinha, que está todo mundo junto no mesmo barco”. É angustiante mesmo.

Destaque-se que situações de crise sanitária configuram um problema social, multifatorial, que exigiria o comprometimento de vários setores, para além dos órgãos de saúde e de educação, tais como assistência social, órgãos de apoio e proteção ao menor. Em casos como o das cidades do litoral, por exemplo, a sazonalidade de empregos exigiu o deslocamento dos familiares para outros locais e a escola ficou impossibilitada de contatar o aluno:

O litoral, ele já é um lugar que por si só não oferece muitos empregos por serem lugares, assim, sazonais, vamos dizer assim. Então durante um período do ano se tem emprego, e durante outro período não, porque acaba o veraneio. Então muitos pais foram embora, acabaram indo embora do local sem ao menos pedir a transferência do filho. Então ficou muito difícil essa busca ativa dos alunos. E por consequência a aprendizagem, teve... na verdade eu acho que isso vai ser sentido daqui a alguns anos, mas eu entendo que para a aprendizagem esse período de pandemia foi catastrófico.

As dificuldades parecem ter aproximado um pouco a escola e os pais dos alunos, porque não havia condições de continuidade do trabalho sem que um mínimo de condição fosse garantido. Além disso, havia aqueles diretores que se sensibilizaram com a situação das famílias a ponto de assumir uma tarefa que não era responsabilidade deles:

Muitas vezes a gente chamou famílias aqui, mesmo no período de pandemia, para acolher, porque você percebia que, se a gente não fizesse isso, nós não só prejudicaríamos o andamento pedagógico dessa criança, como também a questão emocional das famílias. Eu fiz várias ligações, a gestão teve esse papel também muito complicado de busca ativa, e a gente percebia uma angústia na fala dos pais, muito grande.

Naquele momento a equipe gestora, a gente ficou mais de psicólogo de pai e de professores, e de toda a equipe como um todo, um apoiando o outro, porque nós também estávamos ali testando o que daria mais certo. E ao mesmo tempo também tomando consciência da realidade dos nossos alunos. E a realidade era: eles não tinham tecnologias, eles não tinham como acessar.

Síntese das discussões do grupo focal

Conforme assinalado no primeiro volume deste estudo (MARTINS *et al.*, 2022), o cenário imposto pelo surgimento da covid-19, com desdobramentos graves em todos os setores sociais – ampliando taxas de desemprego, insegurança alimentar e níveis de violência doméstica –, repercutiu sensivelmente nas condições de implementação do ensino remoto emergencial (ERE), com incidência no aprofundamento da vulnerabilidade social e educacional de estudantes.

O ano de 2020, de acordo com o grupo, foi difícil para os gestores escolares porque viveram uma situação inusitada em que tinham de administrar as questões de ensino, alunos, corpo docente, coordenação pedagógica, viabilizando os recursos digitais e impressos e as comunicações entre os membros da comunidade escolar.

Por meio das manifestações do grupo, percebeu-se que a pandemia, no contexto da escola, poderia ser dividida em, pelo menos, três fases que tiveram efeitos sobre a gestão escolar e a prática docente. O início da pandemia foi a fase da paralisação das atividades de ensino, na expectativa de que tudo seria retomado rapidamente. Nesse momento, profissionais da educação e comunidade escolar aguardaram o retorno presencial, permanecendo em uma situação de isolamento social mais rigoroso.

Na segunda fase, quando evidências demonstraram que a crise sanitária teria duração maior, o retorno presencial não ocorreu e exigiu a reorganização de atividades do setor público e privado, o estabelecimento de protocolos sanitários e a orientação da retomada de atividades produtivas mínimas para garantir a reprodução da vida social. A escola, nesse período, foi alvo de uma série de resoluções que visavam a reorganizar seu funcionamento, com mudanças constantes no calendário escolar, nas atividades pedagógicas, nas reuniões de APM e Conselho de Escola.

Nessa segunda fase, evidenciam-se ações bastante individuais e voluntárias de gestores e professores para realizar suas atribuições, como a entrega de merenda e a localização de alunos por meio da busca ativa, aspectos que configuraram grandes desafios aos diretores. A falta de coordenação dos órgãos centrais, para proporcionar o suporte necessário em situação emergencial, assim como os obstáculos gerados pela desigualdade social, exigiram um esforço de diretores e professores para que alunos tivessem acesso a algum conteúdo. Isso foi possível com a criação de *sites* e uso das redes sociais, além da elaboração de material impresso, entregue diretamente às famílias.

A segunda fase foi marcada também pela organização do teletrabalho e centralização desse processo em um setor especializado, o CMSP, que cresceu consideravelmente durante a pandemia. Ao que tudo indica, com base nas manifestações do grupo, o CMSP propiciou às escolas a organização de atividades para efetivar o ERE. Professores que até então não dominavam as TIC passaram a ter algum domínio para desenvolver suas aulas por meio de outro aplicativo para reuniões e atividades *on-line* em tempo real. Muitos adotaram o Meet, diminuindo a dependência do Centro de Mídias e ampliando a adesão de alunos, pois estes se sentiam mais confortáveis no uso do Meet em função da presença de professores conhecidos, o que não ocorre nas atividades do CMSP.

Finalmente, há uma terceira etapa, em que as atividades presenciais são retomadas de forma gradual e progressiva, aspecto que não foi muito explorado pelo grupo focal, mas por meio do qual foi possível perceber que o grande desafio que as escolas passaram a enfrentar são as defasagens de aprendizagem e a evasão escolar, aspectos que só aprofundaram o abismo social

existente e ampliaram a distância entre os estudantes de escolas privadas e públicas. Esse contexto ampliou as dificuldades para que os alunos com menos recursos possam traçar uma trajetória escolar sem grandes percalços, promotora de mudanças que venham a repercutir positivamente em sua vida estudantil e laboral.

Por fim, vale registrar que as manifestações no grupo focal permitem identificar angústias dos profissionais da educação, impotentes diante de questões emocionais dos alunos, famílias e/ou responsáveis, pois não se sentiam preparados para o enfrentamento das questões emergentes em contexto pandêmico imprevisível. As falas evidenciam a preocupação de ampliar a construção de espaços colaborativos nas unidades de ensino, em busca de contornar e/ou ao menos mitigar os efeitos da pandemia nos processos de ensino e de aprendizagem. A sobrecarga de trabalho – fala recorrente no grupo – foi potencializada pela intensificação do uso de TIC para efetivar o ERE e manter o funcionamento da unidade escolar, envolvendo famílias, responsáveis e estudantes.

Para além das preocupações com a (re)organização administrativa e pedagógica das escolas – tarefas normalmente concernentes ao ofício de diretor escolar –, esses profissionais tiveram intensificadas as atividades de trabalho cotidiano, acrescidas de agravamento das questões emocionais.

Parte II

Sumarização do estado do conhecimento

Este estado do conhecimento realizou o levantamento e sistematização de estudos publicados entre março de 2020 e junho de 2022, no auge, portanto, do contexto pandêmico – com foco no tema da gestão escolar –, procedendo a um recorte em fontes documentais, pois considerou, exclusivamente, a divulgação de artigos em periódicos da área, excluídos as teses, dissertações e anais de eventos. A exclusão dessas fontes para o levantamento bibliográfico justifica-se diante do tema pesquisado e de sua temporalidade. A pandemia da covid-19 teve início em 2020 e se estendeu até o início de 2022, assim houve intervenientes no processo de elaboração de teses e/ou dissertações e sua respectiva divulgação no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo em vista que o isolamento social e, consequentemente, o ensino remoto emergencial interferiram em calendários escolares, prazos de defesa e ampliação de prazos de bolsas. Esses intervenientes dificultaram a produção de teses e dissertações em volume expressivo.

As definições de levantamentos bibliográficos sistematizados têm sido objeto de debates na área de educação, comportando diferentes visões sobre amplitude e profundidade do material sistematizado. De acordo com Faria (2003), inventário constitui qualquer levantamento sistematizado de elementos de um determinado grupo, em período definido, com vistas a identificar, analisar e divulgar uma parte da produção de determinada área, tema e objeto. Assim, este levantamento priorizou o tema gestão/direção escolar/pandemia.

O contexto pandêmico que assolou o mundo de 2020 a meados de 2022, exigiu a necessidade do fechamento das escolas a fim de garantir o distanciamento e isolamento necessários para preservação da vida. Nesse sentido, documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), assim como medidas legais e normativas definidas no âmbito do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação (CNE), de esferas estaduais e municipais, orien-

taram estratégias e ações para sistemas e redes de ensino garantirem, de alguma forma, a reorganização e o funcionamento de unidades escolares.

Sem dúvida, o fechamento das escolas exigiu um rápido planejamento para readequação das atividades, em busca da manutenção do ensino e da aprendizagem, processo que gerou dinâmicas criativas para os desafios postos pela situação de calamidade sanitária.

A necessidade de reinvenção da escola e de suas práticas em meio ao caos instaurado pela pandemia potencializou mazelas que já existiam em todo o território nacional, como a falta de acesso a recursos tecnológicos (tanto da escola como de alunos), ampliando a visão sobre a vulnerabilidade social e econômica de boa parte dos estudantes das redes públicas de ensino.

Nessa direção, os artigos sistematizados abordam complexos desdobramentos da pandemia provocada pela covid-19 na organização e funcionamento de escolas públicas.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa dos artigos referentes ao eixo temático do presente estudo foi realizada, exclusivamente, em meio eletrônico (internet), cobrindo o período de publicação entre março de 2020 e junho de 2022, em diferentes plataformas de divulgação de periódicos, incluindo: SciELO (Scientific Electronic Library Online); Portal de Periódicos da Capes; Portal Educ@; e no repositório de publicações do portal da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae).

Os descritores utilizados foram divididos em duas etapas de pesquisa e são fundamentados em expressões booleanas. Becker *et al.* (2014), ao explicitarem o que são expressões booleanas, afirmam que são circuitos combinacionais, nos quais a saída depende, exclusivamente, das combinações entre as variáveis de entrada e podem ser projetados por meio de técnicas simples, tendo em vista constituir estruturas lógicas, contendo valores verdadeiros ou falsos.

Em outros termos, a busca por expressões booleanas induz a um processo de ensaio e erro, pois os conteúdos dos estudos encontrados nem sempre se referem ao tema/objeto da pesquisa. O procedimento metodológico de busca, portanto, demanda tempo e exige redirecionamento constante nas expressões, ao longo do percurso da pesquisa.

Contudo, esse procedimento possibilita o cruzamento de palavras de acesso em um mesmo descritor, diminuindo o levantamento e ao mesmo tempo tornando-o preciso. É importante destacar a recorrência de um mesmo trabalho em diferentes listagens de palavras-chave e suas combinações, o que demandou cuidado redobrado na incorporação dos itens pesquisados e selecionados.

Nesse sentido, a primeira etapa de pesquisa incluiu as seguintes expressões booleanas: gestão escolar AND pandemia; gestor(es) escolar(es) AND pandemia; direção escolar AND pandemia; diretor(es) escolar(es) AND pandemia; coordenação escolar AND pandemia; coordenador(es) escolar(es) AND pandemia; gestão democrática AND pandemia; organização

escolar AND pandemia. A segunda etapa do levantamento bibliográfico foi realizada utilizando as seguintes expressões: sistema de educação AND pandemia; políticas de educação AND pandemia; políticas públicas de educação AND pandemia; sistema educacional AND pandemia; ensino remoto AND pandemia; conselho escolar AND pandemia; órgãos colegiados AND pandemia; família AND escola AND pandemia.

O levantamento foi dividido em duas etapas, visando à revisão dos primeiros resultados, para que se efetivasse a escolha dos descritores utilizados em seguida. As expressões booleanas escolhidas têm relação direta com as dimensões empregadas para a análise empreendida no primeiro volume deste relatório de pesquisa, que seriam: organização escolar; trabalho escolar; orientações pedagógicas; infraestrutura; e participação nas escolas.

Importante destacar que, no decorrer do levantamento, algumas características das publicações selecionadas chamaram a atenção. Primeiramente, não foram localizadas publicações que tratem especificamente da infraestrutura necessária para a continuidade das atividades escolares no período pandêmico, considerado nesta pesquisa.

Em segundo lugar, para a seleção dos artigos sistematizados foram acatadas as publicações que tratavam diretamente da gestão escolar, em especial nas etapas do ensino fundamental e médio – tema abordado no primeiro volume do relatório. Ainda ressaltamos que alguns dos descritores não retornaram resultados coincidentes com esses critérios, demonstrando um cenário de poucas publicações sobre impactos da pandemia da covid-19 na gestão da educação brasileira.

Por fim, foram encontradas 48 publicações relacionadas aos descritores utilizados na primeira e na segunda etapa do levantamento. Na Tabela 1, registram-se a relação de periódicos e o número de publicações consideradas, em cada um deles, neste levantamento.

Tabela 1 – Relação de periódicos e número de publicações

PERIÓDICO	Nº DE PUBLICAÇÕES
<i>Devir Educação</i>	3
<i>Educação & Realidade</i>	3
<i>Linhas Críticas</i>	3
<i>Práxis Educativa</i>	3
<i>Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação</i>	2
<i>Revista Brasileira de Política e Administração da Educação</i>	2
<i>Educação e Políticas em Debate</i>	2
<i>Revista Práxis</i>	2
<i>Ciência & Trópico</i>	1
<i>Delta</i>	1
<i>Diversitas Journal</i>	1
<i>EaD em Foco</i>	1
<i>Educação em Revista</i>	1

(Continua)

(Continuação)

PERIÓDICO	Nº DE PUBLICAÇÕES
<i>Educação & Sociedade</i>	1
<i>Educación</i>	1
<i>Revista Iberoamericana de Educación</i>	1
<i>Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências</i>	1
<i>Estudos Históricos</i>	1
<i>Jornal de Políticas Educacionais</i>	1
<i>Obutchénie. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica (on-line)</i>	1
<i>Perspectivas em Diálogo</i>	1
<i>Revista de Administração Pública</i>	1
<i>Revista @mbienteeducação</i>	1
<i>Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica</i>	1
<i>Regae – Revista de Gestão e Avaliação Educacional</i>	1
<i>Revista Espaço do Currículo</i>	1
<i>Revista Geografares</i>	1
<i>Revista de Nutrição</i>	1
<i>Olhar de Professor</i>	1
<i>Revista Relações Sociais</i>	1
<i>Revista Teias</i>	1
<i>Revista Thema</i>	1
<i>Saber & Educar</i>	1
<i>Tópicos Educacionais</i>	1
<i>Zero-a-Seis</i>	1
<i>Estudos em Avaliação Educacional</i>	1
TOTAL	48

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

2. RESULTADOS

O levantamento bibliográfico evidenciou maior concentração de publicações para o descritor “ensino remoto AND pandemia”, sendo que parte considerável dessas publicações examinou temáticas que envolviam o dia a dia em sala de aula, em especial focando a experiência de professores e alunos. Nesse sentido destaca-se que os debates e pesquisas empreendidas, no geral, abordaram o tema do ensino remoto de forma semelhante e ampla. Em seguida, os descritores “gestão escolar AND pandemia” e “gestor(es) escolar(es) AND pandemia” trouxeram, juntos, 14 publicações. Importante destacar que uma mesma publicação pode ser localizada, por vezes, por mais de um descritor. Os descritores “coordenador(es) escolar(es) AND pandemia”, “coordenação pedagógica AND pandemia”, “coordenador(es) pedagógico(s) AND pandemia” e “órgãos colegiados AND pandemia” não trouxeram publicações nas bases consultadas e, portanto, não constam na Tabela 2, que detalha as informações.

Tabela 2 – Quantitativo de publicações encontradas com cada descritor utilizado

DESCRIPTOR	TOTAL
Ensino remoto AND pandemia	13
Gestor(es) escolar(es) AND pandemia	9
Gestão escolar AND pandemia	5
Políticas públicas de educação AND pandemia	5
Gestão democrática AND pandemia	4
Organização escolar AND pandemia	3
Políticas de educação AND pandemia	3
Sistema educacional AND pandemia	3
Direção escolar AND pandemia	2

(Continua)

(Continuação)

DESCRIPTOR	TOTAL
Sistema de educação AND pandemia	2
Família AND escola AND pandemia	2
Diretor(es) escolar(es) AND pandemia	1
Coordenação escolar AND pandemia	1
Conselho escolar AND pandemia	1
Coordenador(es) escolar(es) AND pandemia	0

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

O levantamento bibliográfico tratou da relação das dimensões de análise – deste relatório – com a pandemia da covid-19, e, por essa razão, foram pesquisadas publicações realizadas a partir de março de 2020 – mês de início do isolamento social – até junho de 2022. Desse modo, tanto o ano de 2020 quanto o ano de 2022 não foram considerados na sua íntegra para a realização das buscas nas bases de periódicos já mencionadas. Considerando essas ponderações, a maior concentração de artigos localiza-se no ano de 2021, que registrou 79% do total de publicações abarcado nesta pesquisa (conforme pode ser visto na Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição das publicações nos anos de 2020, 2021 e 2022

ANO	TOTAL	%
2020	8	17
2021	38	79
2022	2	4
TOTAL	48	100

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Por fim, foi estruturada a distribuição dos periódicos das publicações – aqui analisadas – pelas regiões do país. Também foram identificados três periódicos estrangeiros: um de Lima, no Peru; um de Portugal; e um da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Quanto aos periódicos nacionais, o detalhamento encontra-se na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição dos periódicos por região do Brasil

REGIÃO	QUANTIDADE DE PERIÓDICOS
Sudeste	17
Sul	9
Nordeste	5
Centro-Oeste	2
TOTAL	33

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Figura 3 – Nuvem de palavras⁴



Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

É possível identificar na nuvem de palavras descritores utilizados no levantamento: pandemia, ensino remoto, gestão escolar e covid-19. Diversas expressões aparecem em segundo plano e explicitam outras preocupações dos estudos: contexto; práticas; reflexões; professores; diretor escolar; desafios; isolamento; desigualdades; aprendizagem. A dificuldade para encontrar pesquisas que se dedicassem exclusivamente ao papel e/ou à função de diretores escolares, no contexto desafiador da pandemia, está representada com clareza na nuvem.

Essa dificuldade corrobora outros levantamentos já realizados sobre direção escolar, conforme explicitam estudos de Estrada e Viriato (2012), Afonso (2018) e Flach (2019). Levantamento realizado por Simielli (2022) sobre esses profissionais aponta que, “[...] do total de 691 artigos sobre gestão escolar produzidos no período de 1989 a 2019, apenas 40 trataram dos diretores escolares – aproximadamente 6% do total” (p. 7).

Martins e Silva (2011), com base em estado da arte elaborado sobre autonomia e gestão escolar, também assinalam que boa parte dos estudos levantados entre 2000 a 2009 se concentra na análise da gestão democrática, de forma difusa, com utilização genérica do termo “gestão escolar”, podendo incorrer numa discussão que não se ancora na realidade das unidades escolares e/ou no papel de diretores.

Na mesma direção, esse levantamento também identificou a utilização de termos genéricos – tal como “gestão democrática” – para discutir questões que incidem na organização e funcionamento de escolas públicas, envolvendo, portanto, diferentes atores escolares: equipes de gestão; professores; estudantes, famílias, responsáveis e/ou pais de alunos. Assim, o

4 Nuvem de palavras – também conhecida como nuvem de tags – auxiliam na construção de materiais digitais, configurando uma representação visual da frequência e do valor das palavras. Ver: <https://wordart.com/nwl5dq0aletg/nuvem-de-palavras>. Acesso em: 12 jul. 2022.

estabelecimento de filtros mais rígidos no que se refere ao foco do estudo – direção/gestor escolar – não permitiu um levantamento robusto, que indicasse os problemas e desafios enfrentados por escolas públicas durante o período pandêmico. Dessa forma, mantivemos alguns artigos que, embora não analisem a questão específica do papel de diretores escolares durante a pandemia, evidenciam problemas vivenciados por todos os profissionais, estudantes, pais, famílias e/ou responsáveis envolvidos em unidades de ensino públicas em contexto adverso e repleto de desafios.

Assim, tomando essas premissas como ponto de partida, a leitura das produções possibilitou classificá-las nas seguintes dimensões de análise:

2.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ANÁLISE DE CENÁRIOS E PROGRAMAS

Nesta dimensão de análise foram agrupados *15 artigos* que apresentam e discutem estudos que analisam cenários e programas configurados pelas políticas educacionais durante o contexto pandêmico, por meio de levantamento e sistematização do escopo legal, fontes bibliográficas e documentos normativos. Algumas investigações também utilizam dados estatísticos de *sites* governamentais e/ou de outros institutos de pesquisa. Nem todos os artigos, porém, esclarecem as opções para seleção dos documentos ou as metodologias utilizadas para sua análise.

Identifica-se, ainda, a análise de programas de governo, com base em fontes coletadas em *sites* governamentais, tal como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (CORRÊA *et al.*, 2020). O estudo apresenta um desenho transversal descritivo, realizado por meio de visitas exploratórias nas páginas oficiais dos governos estaduais e do Distrito Federal para obtenção de informações a respeito das estratégias de execução do referido programa, no contexto de suspensão das aulas provocada pela pandemia da covid-19. A pesquisa aponta a fragilidade do programa no contexto analisado, no que se refere à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, em função da descoordenação e da morosidade do governo federal.

Outro estudo – ancorado na perspectiva da linha histórica do tempo – analisou a educação de pessoas com deficiência no Brasil, no intuito de apontar problemas crônicos no campo das políticas educacionais brasileiras no que se refere a essa questão (CARDOSO; TAVEIRA; STRIBEL, 2021).

A trama discursiva no processo de adaptação das atividades presenciais para atividades remotas no estado do Rio Grande do Sul foi tema tratado em pesquisa realizada com base em material empírico coletado na seção de notícias de três *sites* de sindicatos gaúchos (Sinepe/RS, Sinpro/RS e CPERS/RS), assim como nas notícias publicadas na versão *on-line* do jornal *Zero Hora* no período entre o dia 16 de março e 31 de maio de 2020. As análises evidenciam o reforço de mecanismos disciplinares, o crescimento das desigualdades, algum otimismo com os efeitos de longo prazo e a intensificação do trabalho docente, associada com a possibilidade de contracondutas (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

A educação infantil também é foco de investigação que explora especificidades das políticas educacionais no Brasil e na Itália, com base em fontes documentais, considerando que ambos os países têm contextos políticos, econômicos e sociais totalmente diferentes, inclusive no que se refere ao posicionamento dos respectivos governos centrais para a implementação de ações de enfrentamento à crise sanitária. O texto chama a atenção para a ausência de ações coordenadas entre o ente federal e demais esferas de governo, no Brasil, para mitigar os efeitos deletérios da pandemia (SANTOS; CORREIA, 2021).

Em estudo teórico-bibliográfico sobre as condições estruturais que compuseram as decisões didático-metodológicas para a realização das chamadas atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia, Nascimento (2021) aponta a tendência de simplificação dos processos de ensino e de aprendizagem e de automatização do trabalho do professor.

Na mesma direção, Souza (2022) analisa as políticas públicas de educação no Brasil e o papel da psicologia escolar e educacional, com foco nas questões históricas de exclusão *da e na* escola, e os processos de agravamento da desigualdade social com consequências para a escolarização. O artigo – além de estruturar um painel histórico – indica ações interdisciplinares e intersetoriais, como: diagnóstico da região onde as escolas estão localizadas, das famílias e dos estudantes; repensar espaços de convivência, de forma que incentive a participação de todos os segmentos da escola; implementar projetos, ações e estratégias envolvendo os sujeitos como protagonistas de suas histórias, trajetórias e dores, sobretudo em função dos desdobramentos da pandemia.

A educação superior – etapa que fez largo uso de tecnologias digitais – foi objeto de estudos que discutiram dados estatísticos da pandemia no país, em interlocução com documentos oficiais que orientaram a educação superior e as resoluções temporárias e emergenciais durante o ensino remoto (PIRES, 2021; TOURINHO; SILVA SOTERO, 2021). Vale destacar que o ensino superior presencial se readaptou rapidamente por meio do ensino remoto emergencial e temporário, tendo em vista que essa etapa já vem registrando ampliação de oferta em cursos via Educação a Distância. Assim, a readaptação – no contexto pandêmico – para o ensino remoto emergencial ocorreu de forma mais célere.

Outro estudo analisou a relação entre os recursos públicos investidos nas universidades federais e sua capacidade de implementação de respostas à covid-19. O artigo enfatiza que os dados sinalizam tendência positiva entre os gastos executados e as respostas obtidas por meio de projetos de pesquisa e de extensão (PANIZZON; COSTA; MEDEIROS, 2020).

Os desafios impostos à universidade pública pós-pandemia da covid-19 foram analisados a partir dos dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação do Brasil, por meio da estratégia bibliográfico-documental. O estudo conclui que há urgência na mudança do modelo institucional e organizacional das universidades públicas, o que exige sua reinvenção ancorada em modelo de gestão mais flexível, favorecendo ajustes, tendo em vista que o desenho atual não atende à gestão de riscos (CAVALCANTI; GUERRA, 2022).

Milani, Carvalho e Gumbowsky (2021) apontam as decisões e a implementação de medidas para o enfrentamento da suspensão das atividades educacionais presenciais, na rede

pública municipal de ensino do município de Canoinhas, estado de Santa Catarina, por meio de estudo que utilizou fontes documentais e bibliográficas. Os dados indicam os inúmeros desafios impostos para gestores, educadores, equipes técnicas e pedagógicas, tendo em vista a necessidade de reorganização dos programas suplementares educacionais de alimentação escolar, gestão, administração educacional e da assistência aos estudantes. Nessa direção, os autores afirmam que a atuação de instâncias de regulamentação e de controle social da política educacional do município, assim como da Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte), foi fundamental para mitigar efeitos da interrupção das atividades educacionais presenciais.

Ensaio baseado em literatura e análise documental discute as fraturas sociais, internacionais e intranacionais provocadas pela pandemia. Os autores assinalam que a educação não será a mesma após a crise sanitária, pois as circunstâncias são diferentes em todos os âmbitos, além do déficit de aprendizagem. Nessa direção, o texto aponta que é urgente apoiar educadores, alunos e famílias, com foco específico nos menos favorecidos, contando com a participação das forças sociais da comunidade e da sociedade (GOMES *et al.*, 2021).

Hage e Sena (2021) discutem orientações dos órgãos de gestão pública e de controle social das políticas educacionais para o período emergencial da pandemia, com base nas reflexões de coletivos da Educação e do Campo, com vistas a colocar em debate como o Estado brasileiro desrespeita o direito à educação. O artigo analisa a centralidade dada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a respectiva desresponsabilização do Estado para com políticas públicas que efetivem a educação com qualidade, durante e depois da pandemia.

A crise científica instituída após os primeiros anos de governo do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, é tema analisado em ensaio sobre o descontrole pandêmico no país e os efeitos deletérios na educação (NASCIMENTO REZERA; D’ALEXANDRE, 2021). Os autores tecem considerações sobre o “mote” epistemológico que ancorou o discurso oficial do ente federado no negacionismo científico, em interlocução com a defesa da antipolítica que conduziu o país ao processo de alijamento dos direitos humanos.

Profissionais da educação se viram despreparados para o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) quando se depararam com a necessidade de implementar atividades de ensino remoto. O estudo teórico apresentado por Araújo e Silva (2021) analisa questões que incidem na formação continuada como subsídio à práxis pedagógica. Os autores consideram a necessidade de alinhar os benefícios do uso das TDIC ao ensino não presencial, sobretudo em ações de formação continuada.

2.2 GESTÃO ESCOLAR: POLÍTICAS E PRÁTICAS IMPLEMENTADAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

A aplicação de questionários *on-line* como instrumento de coleta foi adotada em parte significativa de estudos levantados, sobretudo em função do isolamento social imposto pela pandemia e da impossibilidade de acessar os profissionais da educação em seus locais de

trabalho. Assim, dos 16 artigos agrupados nesta dimensão, 6 utilizaram questionários enviados via Google Forms e/ou outras plataformas digitais. Os outros 10 trabalhos analisaram processos de organização escolar, desafios na atuação de diretores escolares, estudantes, pais, famílias e/ou responsáveis, estratégias pedagógicas propostas por órgão central, formação continuada e atuação de órgão militar no controle de escolas, ancorados em múltiplas perspectivas metodológicas.

A perspectiva de estudantes de ensino médio de escolas públicas estaduais foi o tema analisado por Fritsch *et al.* (2021), por meio de questionário *on-line* enviado a estudantes, em conjunto com a coleta de relatos de gestores escolares. A análise estatística e textual encetada no cruzamento dos dados permitiu identificar que a luta pela democracia na educação pública ainda tem um longo caminho a percorrer.

Pesquisa que analisou percepções de diretores escolares sobre os processos de implementação do ensino remoto emergencial assinalou desdobramentos na organização do trabalho em escolas de sete municípios da Região Metropolitana do Grande ABC de São Paulo. Por meio da metodologia da bola de neve, foi enviado um questionário, via Google Docs, para 501 sujeitos. Os resultados evidenciaram dispersão de iniciativas locais, com graves consequências para os estudantes dos segmentos mais vulneráveis da população (ROSA; MARTINS 2021).

Na mesma direção, a atuação de diretores escolares da rede pública municipal de Maceió, no contexto do isolamento social, foi explorada, também, por meio do envio de questionário *on-line*. O estudo corrobora outros resultados de pesquisas que apontam a diversificação de ações e a ampliação de sentimento de impotência e angústia diante do cenário imprevisível provocado pela crise sanitária (SILVA; SILVA; SILVA GOMES, 2021).

Ainda na perspectiva de compreender e/ou analisar questões que incidiram na gestão escolar durante a pandemia, Rodrigues e Oliveira (2021) discutem a realidade enfrentada por gestores escolares do município de Araripe (CE). O estudo também realizou a coleta de dados por meio de questionários aplicados pela ferramenta Google Forms. Os resultados permitem vislumbrar a necessidade de ampliação da cooperação dos diferentes integrantes da escola pública, pois o ensino remoto requereu um trabalho conjunto e dialógico.

No estado do Ceará, um total de 323 docentes e gestores também participou de pesquisa realizada virtualmente, por meio do envio de um questionário *on-line*. Os resultados da pesquisa apontam aumento do tempo de trabalho, sobrecarga de atividades e formação insuficiente de docentes e gestores para desenvolver atividades virtuais (ZIENTARSKI; SOUSA; MARTINS, 2021).

O Observatório do ensino-aprendizagem da escrita escolar, da Universidade do Estado da Bahia, implementou pesquisa que investiga como atividades de ensino foram inseridas nos domicílios por meio da percepção de seus atores. O estudo adotou formulários *on-line* para estudantes, pais, professores e duplas gestoras. As conclusões apontam que os dispositivos de transposição didática permanecem, mesmo na situação do isolamento, o que demonstra a relevância do papel da escola e dos educadores (SANTOS; SANTOS, 2021).

O pensamento de Paulo Freire ancora pesquisa sobre gestão educacional, com foco no ensino remoto implementado no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), em função da covid-19, para estudantes do Curso Técnico Integrado em Hospedagem. Fundamentado em fontes documentais, em interlocução com a sistematização de experiências, o estudo desvela movimentos dialógicos e participativos dos sujeitos envolvidos no Proeja, na definição de ações para a redução dos efeitos do ensino remoto entre essa população (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

A gestão democrática e participativa foi discutida com um grupo de professoras de uma instituição pública de educação infantil do Rio de Janeiro, com o intuito de compreender como suas concepções são traduzidas em práticas pedagógicas para configurar experiências significativas para crianças menores de seis anos. O estudo utilizou a avaliação institucional como processo formativo, para que docentes e gestores refletissem sobre suas ações, motivando-os a reorganizar suas práticas. A investigação evidencia a avaliação institucional como elemento relevante na formação continuada de professores (LOUZADA; AMANCIO; ROSSATO, 2021).

Em estudo que procurou problematizar discursos de professores e estudantes no âmbito dos órgãos de gestão, Assis (2021) recorre à argumentação conceitual para explorar categorias analíticas emergentes: “necessidade”, com forte presença de aspectos individualistas nas práticas discursivas; “tranquilidade”, com expressões que relatam domínio das ferramentas *on-line* e plataformas digitais; e “facilidade” no uso de celulares. A autora conclui que as práticas discursivas indicam tendência de exclusão, acompanhadas de pouca preocupação coletiva.

Em estudo de caso realizado em escola pública no município de Feira Grande (AL), foram entrevistados um membro da gestão escolar e uma professora que leciona há mais de 22 anos. Com base na entrevista do gestor e da professora, os autores apresentam desafios como a falta de engajamento, de participação e de motivação dos alunos no que tange às aulas remotas, dificuldades do acesso à internet e a falta de instrumentos tecnológicos na escola (SANTOS; SILVA; SANTOS, 2021).

Práticas de gestão e de controle territorial efetuadas pela Companhia Independente de Polícia Escolar (Cipoe), unidade da Polícia Militar (PM) em Belém (PA), constituem o tema de investigação realizada por meio dos registros disponibilizados em canais oficiais de divulgação, assim como em redes sociais. Os registros foram classificados em seis dimensões de análise que retratavam práticas desenvolvidas pela Cipoe no período pandêmico. Os resultados indicam que a Companhia prossegue realizando intervenções nas escolas, ampliando disputas de território por meio de práticas de militarização do espaço escolar (SILVA, 2021).

Fontoura (2021), em pesquisa que analisa a relação estado-escola no contexto da pandemia do novo coronavírus no estado do Rio Grande do Sul, entrevistou diretores escolares por meio de instrumento semiestruturado. O estudo elaborou, ainda, a análise de fontes documentais e bibliografia pertinente. A análise textual discursiva com viés dialético-materialista evidenciou que houve uma ampliação no cenário de efetivação do direito à educação com qualidade social.

Limites e potencialidades do processo vivenciado por profissionais de uma escola pública no Paraná durante a (re)organização de seu trabalho com a suspensão das atividades presenciais no início da pandemia foram elementos examinados por Almeida e Dalben (2020). A pesquisa – um estudo de caso instrumental – permitiu identificar a potencialidade de reinvenção da escola por meio de intenso processo participativo. Porém os autores consideram, também, os limites impostos por condições históricas do sistema educacional brasileiro, o que provoca desafios difíceis de serem enfrentados.

Em relato de experiência sobre atividades do setor de Coordenação Técnico-Pedagógica (CoTP) do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ), Souza Trajano e Juten (2021) apresentam estratégias motivadoras que o órgão elaborou para docentes e discentes na efetivação do ensino remoto. Trabalho relevante para estreitar relações entre a instituição e a comunidade escolar, a experiência relatada demonstra que conseguiu construir motivações para o ensino remoto, sem grandes prejuízos às relações de ensino e aprendizagem. Os autores concluem assinalando que há necessidade de repensar o futuro do ensino pós pandemia, visando à implementação de novas metodologias, com adaptação de conteúdos para o acesso remoto.

Os usos de recursos tecnológicos e das estratégias adotadas por escolas de educação infantil foram analisados em estudo que elaborou uma discussão teórica e implementou entrevistas com gestoras. A pesquisa partiu da compreensão de que o processo transitório e as soluções circunstanciais provocadas pelo ensino remoto emergencial buscaram a manutenção de vínculos afetivos com as crianças e aprimoraram a noção da escola como projeto. Os resultados ressaltam possibilidades e limites da relação com as tecnologias e desvelou elementos que permeiam as relações entre escola e famílias (PRAZERES; GIL; LUZ-CARVALHO, 2020).

A evasão dos jovens no contexto pandêmico diante de ações implementadas pelo conselho escolar foi tema de estudo de caso realizado em uma escola da rede municipal do Recife. A pesquisa assinala o papel do conselho escolar como instrumento de gestão democrática, composto de membros de todos os segmentos da escola. Nessa direção, suas ações têm desdobramentos nas decisões da escola pública. A coleta de dados se deu por meio de observações na rotina e de entrevistas semiestruturadas com representantes do colegiado e da comunidade escolar. Os dados obtidos indicam que o conselho escolar teve suas funções fragilizadas no contexto da pandemia, sobretudo pela ausência de maior engajamento de todos os segmentos representados no órgão para tomar decisões coletivamente diante da crise sanitária e das atividades remotas (NASCIMENTO; SILVA, 2020).

2.3 ENSINO REMOTO EMERGENCIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS E UNIVERSIDADES: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFESSORES, ESTUDANTES E FAMÍLIAS

Nesta dimensão de análise foram agrupados *17 artigos*. A discussão sobre percepções e práticas de professores no cotidiano de escolas públicas, decorrentes de orientações emanadas de órgãos centrais durante a pandemia, evidenciou complexidades na organização e

funcionamento dessas escolas. Consequências, possibilidades inovadoras de ações pedagógicas e administrativas diante do contexto adverso, assim como atitudes de transgressão e de resistência, configuram elementos analisados à luz de diferentes abordagens metodológicas. As relações entre escola, família, pais, responsáveis durante o ensino remoto emergencial também foram tratadas em artigos alocados nesta dimensão, bem como aqueles que analisam dificuldades de estudantes durante o ensino remoto emergencial e a ampliação de desigualdades, considerando que os estudos fazem referência à organização pedagógica e administrativa das escolas para encetar atividades durante o ensino remoto emergencial. Nesta dimensão, pesquisas também utilizaram questionários *on-line* para viabilizar a coleta de dados durante a pandemia.

A análise de particularidades na realização do ensino remoto emergencial e seus desdobramentos na rotina das famílias e da vida escolar dos alunos foi o tema de estudo realizado com crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas e particulares de uma cidade do interior paulista, a partir do relato dos familiares. A coleta de dados foi realizada a partir do envio de um formulário eletrônico, via *e-mail*, aos familiares de alunos dessa faixa escolar do município. Os dados quantitativos foram submetidos a medidas de tendência central e dispersão, o que possibilitou a identificação de problemas como a sobrecarga materna; dificuldades para compartilhar as atividades das crianças; a necessidade de aprimoramento da comunicação entre escola e familiares e/ou responsáveis; a necessidade de utilização de ferramentas diferentes para estabelecer comunicação mais eficaz com as famílias. (BORGES; CIA, 2021).

Em estudo que analisa estratégias didáticas utilizadas por professores do estado de Alagoas no Ensino Remoto Emergencial, mediado, especialmente, pelas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), Oliveira e Souza Amâncio (2021) enviaram um questionário *on-line* disponibilizado em rede para os professores do estado. Participaram 21 professores do ensino fundamental, anos iniciais e finais, e do ensino médio, distribuídos em instituições públicas e/ou privadas de oito cidades alagoanas. Os resultados evidenciam que as TDIC, em si, não promovem a produção do conhecimento nem o aprendizado, pois é preciso uma reconfiguração de estratégias didáticas para a potencialização da interação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Vieira *et al.* (2020) discutem as atividades letivas implementadas na Universidade Federal de Santa Maria, quando a instituição iniciou o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais para os cursos presenciais da referida universidade. O estudo foi realizado por meio de um *survey on-line*, cujas respostas foram analisadas com a estatística descritiva, análise fatorial exploratória e regressão linear múltipla. A pesquisa conclui que no processo de “ficar em casa” os estudantes percebem a queda na produtividade, assim como alterações de humor, seguidas de sentimentos de angústia e ansiedade. Contudo os autores registram positivamente os esforços da universidade para a manutenção das atividades de ensino remoto, o que, em certa medida, auxiliou nas dinâmicas das disciplinas.

A exclusão educacional dos camponeses no acesso às tecnologias digitais foi tema de estudo que examinou os impactos da pandemia nas escolas básicas do campo, por meio de um modelo de pesquisa Investigação-Ação Participativa. A coleta de dados envolveu – além da literatura pertinente –, a realização de entrevistas *semiestruturadas on-line* e *observação participante*, com a participação dos professores egressos das licenciaturas em Educação do Campo. Os resultados apontam que a pandemia revelou a falta de planejamento das gestões municipais para oferecer ensino remoto, sobretudo porque as escolas do meio rural não têm acesso à rede de internet. Ademais, as condições socioeconômicas dos camponeses ampliaram as desigualdades educacionais no meio rural (SILVA; CUNHA; SANTOS, 2021).

Estudo que envolveu 209 professores da cidade de Juiz de Fora (MG) analisou pensamentos, sentimentos, desafios e perspectivas de docentes da educação básica no período de calamidade, por meio de dados coletados via questionário *on-line*. O tratamento dos dados se pautou na análise de conteúdo e na estatística descritiva. Os autores assinalam que o estudo revelou preocupações docentes com as desigualdades sociais e econômicas de estudantes, muitas dificuldades nas práticas educativas curriculares, além de acentuar expectativas dos profissionais da educação com o retorno às escolas (CIPRIANI; MOREIRA; CARIUS 2021).

Em pesquisa qualitativa, Pletsch e Mendes (2020) realizaram entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais da educação de uma rede de ensino da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, que trabalham em Programa Piloto de Formação Continuada para atuar com crianças com a síndrome congênita do zika vírus. O estudo evidenciou, entre outros aspectos, o empenho docente na implementação de ações *on-line* para promover a interação e a participação das crianças nas atividades propostas, em parceria com as mães. O estudo destaca como a pandemia afetou a relação da escola com a família e a resiliência das professoras diante dos inúmeros desafios enfrentados por elas no contexto pandêmico.

Investigação baseada em narrativas tecidas por professoras analisa, inicialmente, a organização escolar no Brasil e, na sequência, discute práticas docentes decorrentes do contexto legal e normativo na crise sanitária. O estudo evidencia consequências, transgressões, resistências e reinvenções da escola, a partir de situações vivenciadas coletivamente (HADDAD FERREIRA; BARBOSA, 2020).

Em estudo que analisa situações observadas durante o extenso período de exceção provocado pela pandemia, Freire (2021) busca interpretar o cenário digital de exceção e explorar linguagens e letramento (multiletramentos e transletramento). A investigação também propõe alternativas para expansão das habilidades de produção e compreensão textual para professores e alunos.

Bessa (2021), em pesquisa exploratória (com desenho descritivo comparativo), analisa sentimentos, percepções e ações pedagógicas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo foi constituído por uma amostra de 67 professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental de duas unidades federativas do Brasil (SP e GO), via questionário Google Forms. A autora indica que os sentimentos dos docentes no que se refere ao ensino remoto foram similares, independentemente da idade, sexo, cidades e estados pesquisados.

Considerando o cenário de incertezas e de mudanças atípicas na vida das pessoas durante o contexto pandêmico, a pesquisa apresentada por Arruda e Nascimento (2021) explora, por meio de um portfólio, as estratégias de ensino remoto utilizadas numa turma de 5º ano do ensino fundamental. Ancorado nos pressupostos holísticos sobre saberes docentes e professor-reflexivo, o estudo implementou uma pesquisa-ação sobre prática do professor-pesquisador, permitindo vislumbrar a potência da reflexão sobre a ação, quando o professor assume papel central na sua formação.

Charczuk (2021) problematiza a docência no ensino remoto, com base em estudo de caso fundamentado na psicanálise. A autora aponta que ponderações devem ser feitas tanto do ensino remoto quanto da educação a distância, pois ambos os modelos dependem de construtos teóricos que os sustentem. O artigo apresenta narrativas acerca do ensino remoto, analisadas a partir do conceito de transferência entre professor, aluno e conhecimento.

Representações sociais sobre dificuldades para acompanhar atividades ministradas em aulas remotas oferecidas aos filhos foi o tema de pesquisa que contou com a participação de 147 pais/responsáveis. A investigação utilizou questionário sociodemográfico e Teste de Evocação Livre de Palavras e os dados foram analisados por meio da análise prototípica. O estudo mostra evidências de dificuldades com usos da internet, a administração do tempo, a concentração e a conciliação das atividades com o trabalho. Os autores concluem que os pais/responsáveis necessitam de mais informação a respeito das atividades adotadas pelas escolas (LUNARDI *et al.*, 2021).

Santos, Lima e Sousa (2020) assinalam que a pandemia da covid-19 desvelou problemas estruturais do país, agravando aspectos precários de ensino e de aprendizagem. A pesquisa apresenta uma questão central: como professores têm dado forma e produzido sentidos ao seu ofício no contexto do ensino remoto? Ancorado na perspectiva das narrativas docentes, que possibilita aos sujeitos atribuir sentido e interpretar suas experiências, o estudo envolveu professores da educação básica, estimulando-os a produzirem narrativas escritas ou orais sobre o contexto do seu trabalho nas condições adversas da pandemia.

Impactos na educação durante a pandemia de covid-19 foi tema de pesquisa que analisou o acesso às atividades *on-line* por estudantes do ensino básico, em estudo de caso realizado na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em São Paulo (SP). A investigação assinala que a transferência do ensino presencial para o ensino remoto evidenciou níveis preocupantes de desigualdades digitais, assim como de privilégios sociais, em direção contrária ao direito à educação. Vale destacar que a insuficiência de políticas públicas educacionais não garantiu conectividade e acentuou a descoordenação nacional para efetivação do direito à educação em meio à crise (MACEDO, 2021).

A partir dos resultados obtidos em estudo anterior sobre como estudantes se inserem na disciplina de Física em uma escola pública federal, o estudo apresentado no artigo de Espinosa (2021) elabora a discussão em duas dimensões. A primeira dimensão se refere à questão de diferentes perspectivas teóricas no campo da física e indicadores do construto do engajamento

dos estudantes na referida disciplina; a segunda dimensão aborda fatores que podem influenciar o engajamento dos estudantes no Ensino Remoto Emergencial.

Pesquisa realizada em Corumbá analisou o papel da avaliação da aprendizagem durante o ensino remoto na visão de professores dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino. O estudo – realizado por meio de formulário eletrônico enviado para os 410 professores atuantes nessa etapa – apontou que os docentes expressam noções que ancoram uma avaliação formativa e diagnóstica, contudo as práticas de avaliação identificadas são contraditórias, considerando, sobretudo, que esse processo vem se concretizando de forma burocrática (SANTOS; MARQUES; MOURA, 2021).

Silva, Silva e Souto (2021) analisaram o Projeto Escola da Família e os movimentos empreendidos para ajustá-lo às atividades remotas impostas pela pandemia do coronavírus. O estudo teve como foco de análise as ações executadas no âmbito do projeto, no intuito de consolidar as relações entre a escola e a comunidade, sobretudo no que se refere à necessidade de compreensão do modelo escolar transitório para socializar experiências. Os autores concluem que o projeto logrou fomentar o diálogo, o acolhimento, a solidariedade e a integração entre famílias e escola por meio das conexões estabelecidas e das ações significativas desencadeadas no contexto pandêmico.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESTUDOS

Os estudos tratados neste Estado do conhecimento foram classificados em três dimensões, quais sejam: i) políticas educacionais – análise de cenários e programas; ii) gestão escolar – políticas e práticas implementadas em escolas públicas durante o ensino remoto emergencial; e iii) ensino remoto emergencial em escolas públicas e universidades: percepções e práticas de professores, estudantes e famílias.

Na primeira dimensão, *políticas educacionais – análise de cenários e programas*, os estudos – que envolvem a educação básica e o ensino superior – desvelam os desafios enfrentados por gestores escolares e de secretarias para a implementação de ações, programas e projetos no contexto da pandemia, especialmente no que tange ao uso de ferramentas tecnológicas para dar cabo do ensino remoto emergencial. Problematicam questões relacionadas à atuação dos entes federativos, enfatizando a falta de colaboração entre as esferas governamentais – situação que já existia antes da pandemia, mas que se tornou ainda mais evidente em função da urgência de implementar ações conjuntas que pudessem responder, satisfatoriamente, ao contexto de exceção, a fim de apoiar escolas, profissionais da educação, estudantes e suas famílias.

Na dimensão *gestão escolar – políticas e práticas implementadas em escolas públicas durante o ensino remoto emergencial*, os estudos revelam esforços de professores e gestores escolares, no sentido de dar continuidade ao processo educativo dos estudantes, buscando diversificar e ampliar as ações pedagógicas, bem como desenvolver atividades que pudessem envolver os estudantes no processo de ensino e aprendizagem, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Todavia os estudos também assinalam as dificuldades enfrentadas por esses profissionais para lidar com as ferramentas tecnológicas e promover a participação dos estudantes nas atividades propostas. Ademais, a prática da gestão democrática parece ter sofrido implicações no contexto da pandemia, de acordo com os estudos analisados, ao fragilizar a participação dos diferentes segmentos nas decisões sobre a vida escolar.

Já na dimensão *ensino remoto emergencial em escolas públicas e universidades: percepções e práticas de professores, estudantes e famílias*, reiteram-se questões relacionadas às dificuldades de implementação e desenvolvimento de ações e práticas pedagógicas com fôlego para envolver os estudantes e dar continuidade ao processo educacional, bem como aquelas que dizem respeito à falta de acesso a equipamentos tecnológicos e internet. De um lado, alguns estudos enfatizam a potencialização de problemas já existentes anteriormente à pandemia, no que concerne às metodologias de ensino, à avaliação, às formas de condução do processo de aprendizagem dos estudantes, à intensificação de ações disciplinares em detrimento de processos de acolhimento e de promoção do aprendizado. De outro lado, estudos também revelaram, no contexto pandêmico, uma maior reflexão sobre as práticas de ensino.

A análise dos estudos abarcados por este Estado do Conhecimento elucida, em larga medida, o aprofundamento das desigualdades educacionais no contexto pandêmico, ao evidenciarem dificuldades estruturais, metodológicas e, sobretudo, políticas, especialmente na articulação e no planejamento de ações conjuntas, tanto entre os entes federativos como no âmbito de secretarias municipais e estaduais de educação. Certamente, o cenário exposto reverberou nas unidades escolares, imputando aos profissionais da educação – professores e gestores – parte considerável das responsabilidades sobre a implementação de ações que garantissem a continuidade do processo educacional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. O diretor enquanto gestor e as diferentes pressões e dilemas da prestação de contas na escola pública. *Roteiro*, Joaçaba, SC, v. 43, n. especial, p. 327-344, 2018.

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson. (Re)organizar o trabalho pedagógico em tempos de COVID-19: no limiar do (im)possível. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 41, e239688, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sJBDsSZGLL9kt4b8YMB8wRN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ARAÚJO, Michell Pedruzzi Mendes; SILVA, Rita Barcelos da. Formação continuada e ensino na pós-modernidade: um ensaio teórico sobre a prática docente em tempos de pandemia de Covid-19. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, RS, v. 8, n. 3, p. 376-391, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2509>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ARRUDA, Robson Lima; NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo. Estratégias de ensino remoto durante a pandemia de COVID-19: um estudo de caso no 5º ano do Ensino Fundamental. *Revista Thema*, Pelotas, RS, v. 20, n. especial, p. 37-54, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1851>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; PAGAIMÉ, Adriana. *Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da educação básica*. Informe 1: Primeiros resultados. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2020. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz. Educação e pandemia: outras ou refinadas formas de exclusão. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, e25112, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469825112>

BARBOSA, Alexandre Lucas de Araújo; ANJOS, Ana Beatriz Leite dos; AZONI, Cíntia Alves Salgado. Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19. *CoDAS*, São Paulo, v. 34, n. 4, e20200373, 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016. Trabalho original publicado em 1977.

BECKER, Liliane; GOMES, Mariana; CAMARGO, Alex; AMARAL, Érico. Ferramentas para simplificação de expressões booleanas: um case para disciplinas de Técnicas Digitais. In: CONGRESSO REGIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA & TECNOLÓGICA EM ENGENHARIA – CRICTE, 26., 2014, Alegrete, RS. *Anais* [...]. Alegrete, RS, 2014.

BESSA, Sonia. Professores em tempos de pandemia: percepções, sentimentos e prática pedagógica. *Devir Educação*, Lavras, MG, n. especial, p. 183-205, 2021. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/410>. Acesso em: 18 ago. 2022

BLACKLEDGE, David; DENNIS-HUNT, Barry. *Sociological interpretations of education*. London: Routledge, 1985.

BLUMER, Herbert. *El interaccionismo simbolico: perspectiva y metodo*. Barcelona: Hora, 1982. Trabalho original publicado em 1969.

BORGES, Laura; CIA, Fabiana. Rotina familiar e acadêmica de famílias de alunos durante o isolamento social. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Campo Grande, v. 8, n. 16, p. 202-217, 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/persdia/article/view/11777>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BOUDON, Raymond. *Sociologia como ciência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo escolar da pandemia*. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>. Acesso em: 12 set. 2021.

CALLEJO, Javier. *El grupo de discusión: introducción a una práctica de investigación*. Barcelona: Ariel, 2001.

CAMMARANO, Maria Gabriela Mills; ROSA, Sanny Silva da. O ensino remoto na rede municipal de Santo André: entre intenções e a realidade. *Contrapontos*, Itajaí, SC, v. 21, n. 1, p. 68-78, 2021.

CARDOSO, Alessandra Andrade; TAVEIRA, Gustavo Diniz de Mesquita; STRIBEL, Guilherme Pereira. Educação especial no contexto de pandemia: reflexões sobre políticas educacionais. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 65, p. 510-518, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/50005>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CARVALHO, Virgínia D. de; BORGES, Livia de O.; RÊGO, Denise P. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em psicologia social. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 146-161, 2010.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 114, p. 73-93, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/JbyKTD99g9Pwcky5n5cyXDg/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CHARCZUK, Simone Bicca. Sustentar a transferência no ensino remoto: docência em tempos de pandemia. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109145, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/S7dGKjBx7Ch4FxCWVc93pVg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CIPRIANI, Flávia Marcele; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CARIUS, Ana Carolina. Atuação docente na educação básica em tempo de pandemia. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e105199, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/tqLcF8PZfsBxsf3ZKpyM9N/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO; GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. *Trabalho docente em tempos de pandemia*. Relatório técnico. [S. l.]: CNTE; Gestrado/UFGM, 2020.

CORCUFF, P. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

CORRÊA, Elizabeth Nappi *et al.* School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. *Revista de Nutrição*, Campinas, SP, v. 33, e200169, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/ChKdfTj4nL45dpXtPsKSNsP/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CREMASCO, Maria Virgínia F. Algumas contribuições de Merleau-Ponty para a psicologia em “Fenomenologia da Percepção”. *Revista da Abordagem Gestáltica*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 51-54, jan./jun. 2009.

CROZIER, Michel. *O Fenômeno Burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações na França, com o sistema social e cultural*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1981.

DAVIDOFF, Linda L. *Introdução à psicologia*. São Paulo: Makron Books, 2001.

DUARTE, Alexandre W. B.; HYPÓLITO, Álvaro M. Docência em tempos de Covid-19: uma análise das condições de trabalho em meio a pandemia. *Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 736-752, 2020.

DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

ESPINOSA, Tobias. Reflexões sobre o engajamento de estudantes no ensino remoto emergencial. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, v. 23, e35439, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epes/a/w5QWLfczXhfvnmpWj5FbHFn/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ESTRADA, Adrian Alvarez; VIRIATO, Edaguimar Orquiza. A escola enquanto organização burocrática: a gestão escolar na perspectiva dos diretores escolares de Cascavel. *Revista Histedbr*, Campinas, SP, v. 12, n. 45, p. 18-33, 2012.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev. 2003.

FERRÉOL, Gilles; NORECK, Jean-Pierre. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 2008.

FINE, Gary A. O triste espólio, o misterioso desaparecimento e o glorioso triunfo do interacionismo simbólico. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 87-107, 2005.

FLACH, Simone de Fátima. A escolha dos diretores de escolas e sua relação com o princípio da gestão democrática no ensino público em municípios paranaenses. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 316-338, jan./mar. 2019.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. A efetivação do direito à educação com qualidade social: o início do contexto pandêmico no estado do Rio Grande do Sul na percepção de gestores escolares. *Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, MG, v. 10, n. 3, p. 1072-1089, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62228>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FREIRE, Maximina M. O ensino remoto emergencial e a exigência imediata de letramento: reflexões sobre um tempo de exceção. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 37, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/ZSr5839MXMZ4GRmfFBNtJyC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FRITSCH, Rosângela *et al.* O ensino remoto no contexto da pandemia de covid 19 em escolas públicas de ensino médio. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 37, n. 3, p. 1478-1505, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/109654>. Acesso em: 18 ago. 2022.

GODOI, Christiane K. Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 55, n. 6, p. 632-644, nov./dez. 2015.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

GOMES, Cândido Alberto *et al.* Education during and after the pandemics. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 112, p. 574-594, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/qKJf3GyW4GFf7dVBRvBhXys/abstract/?lang=en>. Acesso em: 18 ago. 2022.

HADDAD FERREIRA, Luciana; BARBOSA, Andreza. Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v. 15, e2015483, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v15.15483.076>

HAGE, Salomão Antônio; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. Direito à educação na pandemia: defender a vida e não as prescrições curriculares da BNCC. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/58060>. Acesso em: 18 ago. 2022.

HAGUETTE, Teresa Maria F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

KRZYSCZAK, Fabio Roberto. As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões. *Revista de Educação do IDEAU*, Getúlio Vargas, RS, v. 11, n. 23, p. 1-12, jan./jun. 2016.

LAGUNA, Thalyta *et al.* Remote education: parents' challenges in teaching during the pandemic. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, n. suppl. 2, May 2021.

LALLEMENT, Michel. *História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LAPASSADE, Georges. *As microsociologias*. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

LEWIN, Kurt. *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix, 1978.

LOUZADA, Virgínia; AMANCIO, Cristiane; ROSSATO, Bruno. A avaliação institucional e a gestão na/da educação infantil em meio à covid-19. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, e08247, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18222/ae.v32.8247>

LUNARDI, Nataly Moretzsohn Silveira Simões *et al.* Aulas remotas durante a pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e106662, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GnhccHnG4mxDNdSQKDQ7ZBt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p. 262-280, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MARIN, Andreia A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 3, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2008.

MARTINS, Angela Maria. O campo das políticas públicas de educação: revisão de literatura. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 24, n. 56, p. 276-299, set./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.18222/aeae245620132741>

MARTINS, Angela Maria; PIMENTA, Cláudia Oliveira; FERNANDES, Fabiana Silva; SILVA, Vandrê Gomes; PASSONE, Eric; ROSA, Sanny Silva da; OLIVEIRA, Thulio Manoel Costa de. *Ensino remoto: a implementação de orientações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo por diretores escolares* (v. 1). São Paulo: FCC, 2022. (Textos FCC: Relatórios técnicos, 60). Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/issue/view/377>. Acesso em: 24 dez. 2022.

MARTINS, Angela Maria; SILVA, Vandrê Gomes da. Estado da arte: gestão, autonomia da escola e órgãos colegiados (2000/2008). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 228-245, jan./abr. 2011.

MARTINS, Marcus Leonardo Bonfim; GABRIEL, Carmen Teresa. Avaliação em tempos pandêmicos: sentidos de aprendizagem em negociação. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, e08342, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18222/aeae.v32.8342>

MELO, Armando S.; MAIA FILHO, Osterne N.; CHAVES, Hamilton V. Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 153-159, jan./abr. 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MERTON, Robert K. Bureaucratic structure and personality. *Social Forces*, v. 18, n. 4, p. 560-568, 1940.

MILANI, Maria Luiza; CARVALHO, Karina Vieira; GUMBOWSKY, Argos. Desafios e reordenamentos do processo de trabalho na rede municipal de ensino de Canoinhas-SC: formação e práticas para enfrentamento da pandemia pela Covid-19. *Devir Educação*, Lavras, MG, n. especial, p. 341-362, set. 2021. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/457>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MIOLA, Cezar; FARIA, Ernesto Martins; KLEIN, Júlia Cordova; MORAES, Vinicius Schafaschek de; GROSSER, Viviane Pereira (coord.). *A educação não pode esperar*. Brasília, DF: Instituto Rui Barbosa, 2020.

NASCIMENTO, Carolina Picchetti. Escola, ensino e os processos de aprendizagem em tempos de pandemia. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 27, e39015, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567258113>. Acesso em: 18 ago. 2022.

NASCIMENTO, Karina Santos do; SILVA, Ivanilso Santos da. Evasão escolar: possibilidades de intervenção do Conselho Escolar no contexto da pandemia. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 44, n. 2, p. 277-299, 2020. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1942>. Acesso em: 19 ago. 2022.

NASCIMENTO REZERA, Danielle do; D'ALEXANDRE, Raquel Gomes. A educação de crianças e jovens durante a pandemia da Covid-19. “Tem alguém aí, ou vamos apenas cumprir tarefas?”. *Saber & Educar*, Porto, n. 29, 2021. Disponível em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/396>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OLIVEIRA, Carloney Alves de; SOUZA AMANCIO, Joenneyres Raio de. Estratégias didáticas de professores no Ensino Remoto Emergencial (ERE) frente à pandemia da Covid-19: novos desafios, outros aprendizados. *Devir Educação*, Lavras, MG, n. especial, p. 323-340, 2021. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/455>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OLIVEIRA, Edna Castro de *et al.* Desafios da práxis freiriana em tempos de pandemia: ensino remoto e a gestão educacional no Proeja. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, DF, v. 37,

n. 2, p. 787-809, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/113252>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PANIZZON, Mateus; COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira. Práticas das universidades federais no combate à COVID-19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação. *Revista de Administração Pública*, São Paulo, v. 54, n. 4, p. 635-649, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DFLXCXxR5TXWxtYtWdxY6Ty/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PIMENTA, Cláudia Oliveira; FERNANDES, Fabiana Silva; PIMENTA, Natália. *Contornos das desigualdades na educação infantil, no contexto da pandemia*. São Paulo: FCC, 2021. Relatório Parcial de Pesquisa. Mimeo.

PIMENTA, Cláudia Oliveira; SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação em tempos de pandemia: oportunidade de recriar a escola. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, e08274, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v32.8274>

PIRES, André. A Covid-19 e a educação superior no Brasil: usos diferenciados das tecnologias de comunicação virtual e o enfrentamento das desigualdades educacionais. *Educación*, Lima, Peru, v. 30, n. 58, p. 83-103, 2021. Disponível em: http://www.redage.org/sites/default/files/adjuntos/educacion_58_2021.pdf#page=83. Acesso em: 19 ago. 2022.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Entre a espera e a urgência: propostas educacionais remotas para crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus durante a pandemia da COVID-19. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v. 15, e2017126, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/17126>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PRAZERES, Michelle; GIL, Carolina; LUZ-CARVALHO, Tatiana. Do presencial ao remoto emergencial: trânsitos da educação infantil na pandemia. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 26, e36262, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1935/193567257074/193567257074.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

RAMOS, Roberto Carlos; SARMENTO, Dirléia Fanfa; MENEGAT, Jardelino. Avaliação da aprendizagem no contexto da pandemia: concepções e práticas docentes. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, e08170, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v32.8170>

RODRIGUES, José Wellington Freire; OLIVEIRA, Maria Elyara Lima de. Atuação de gestores no cenário de ensino remoto no município de Araripe/CE. *Regae – Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, RS, v. 10, n. 19, e66631, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/66631>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ROSA, Sanny Silva da; MARTINS, Angela Maria. Ensino remoto em sistemas municipais de educação no Brasil: percepções dos gestores escolares. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 86, n. 2, p. 77-93, 2021. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/4380>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ROSA, Sanny Silva da et al. *Políticas e estratégias dos sistemas municipais de ensino do ABC paulista durante a pandemia de covid-19*. Universidade Municipal de São Caetano, São Caetano do Sul, SP, 2020. (Relatório I e II).

SANTOS, Elzanir; LIMA, Idelsuite de Sousa; SOUSA, Nádia Jane de. “Da noite para o dia” o ensino remoto: (re) invenções de professores durante a pandemia. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, Salvador, v. 5, n. 16, p. 1632-1648, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/9178>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SANTOS, Fabiano; MARQUES, Hellen Jaqueline; MOURA, Maria Aparecida Dias de. Avaliação da aprendizagem e ensino remoto: o que dizem os professores? *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 27, e39019, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc27202139019>

SANTOS, Joedson Brito dos; CORREIA, Maria Aparecida Antero. Políticas públicas de educação infantil em contexto de pandemia: considerações a partir da realidade de Brasil e Itália. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. extra 2, p. 195-220, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8121802>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SANTOS, Maéve Melo; SANTOS, Cosme Batista dos. Cultura escolar em tempos de pandemia e distanciamento social. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, PR, v. 24, e16180.051, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16180>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SANTOS, Mariana dos; SILVA, Henrique Rodrigues; SANTOS, Claudimary Bispo dos. Os desafios das aulas remotas durante a pandemia de Covid-19 (Sars-Cov-2) em uma escola pública no município de Feira Grande, Alagoas, Brasil. *Diversitas Journal*, Santana do Ipanema, AL, v. 6, n. 4, p. 4142-4151, 2021. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1608. Acesso em: 18 ago. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. *Resolução Seduc n. 61, de 31 de agosto de 2020*. Edita normas complementares sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica, no contexto da pandemia de Covid-19 e nos termos do Artigo 6º do Decreto 65.061, de 13 de julho de 2020. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLUCAO%20SEDUC%2061,%20DE%2031-8-2020.HTM?Time=22/04/2021%2011:13:11>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice Salete; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v. 15, e2016289, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218250>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SEHNEM, Edmar L. F.; MARTINS, Angela M. Plano Municipal de Educação: análise do instrumento de planejamento no campo da educação municipal. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 16, e85778, 2022.

SELZNICK, Philip. *TVA and the Grass Roots: a study in the Sociology of Formal Organization*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1949.

SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da; SILVA GOMES, Eva Pauliana da. Gestão escolar em tempos de pandemia na capital alagoana. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 15, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/77531>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SILVA, Léa Ribeiro; SILVA, Valdenize Honório da; SOUTO, Emanuel Mota Silveira. Diálogo e acolhimento: o projeto Escola da Família e a construção de novas relações comunitárias no contexto pandêmico. *Revista Tópicos Educacionais*, Recife, v. 27, n. 1, p. 120-136, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6727/672770961007/672770961007.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SILVA, Leildo Dias. Militarização dos territórios escolares: a atuação da CIPOE nas escolas da Grande Belém durante a pandemia. *Geografares*, Vitória, n. 32, p. 217-239, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/1785>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da; CUNHA, Adriana Lima Monteiro; SANTOS, Thaynan Alves dos. Educação básica nas escolas do campo no contexto da pandemia: ensino remoto para quem? *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 417-431, 2021.

SILVA, Vandrê Gomes; PIMENTA, Cláudia Oliveira. *Políticas curriculares e de avaliação escolar no contexto da Pandemia: um olhar sobre a rede estadual de São Paulo*. São Paulo: FCC, 2021. Relatório Parcial de Pesquisa. Mimeo.

SIMIELLI, Lara. Revisão sistemática da literatura brasileira sobre diretores escolares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, e08984, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053148984>

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia escolar, políticas educacionais e os impactos da pandemia de Covid-19: reflexões a partir do enfoque histórico-cultural. *Obutchénie*. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, Uberlândia, MG, v. 6, n. 1, p. 40–53, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/OBv6n1.a2022-64383>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SOUZA TRAJANO, Sílvia Cristina de; JUTEN, João Vitor. Práticas da Coordenação Técnico-Pedagógica (COTP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro: ações para os primeiros passos do ensino remoto na EBT. *REVES – Revista Relações Sociais*, Viçosa, MG, v. 4, n. 4, e13230, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/13230>. Acesso em: 18 ago. 2022.

STAKE, Robert. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.

TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza; SILVA SOTERO, Ana Paula da. Direito educacional e o ensino remoto temporário na educação superior durante a pandemia do coronavírus: a emergência da transformação digital. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, RS, v. 18, n. 3, p. 253-274, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2590>. Acesso em: 19 ago. 2022.

VIEIRA, Kelmara Mendes *et al.* Vida de estudante durante a pandemia: isolamento social, ensino remoto e satisfação com a vida. *EaD em Foco*, v. 10, n. 3, e1147, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1147>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VILLAS BÔAS, L.; UNBEHAUM, S. (coord.). *Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da educação básica*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2020. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso: 18 ago. 2022.

WAUTIER, Anne-Marie. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 9, p. 174-214, jan. 2003.

ZIENTARSKI, Clarice; SOUSA, Elisângela Maria Oliveira; MARTINS, Ivan Carlos Costa. Trabalho docente em tempos de pandemia: a realidade vivenciada por professores e equipes gestoras de instituições de ensino da região metropolitana de Fortaleza/CE. *Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, MG, v. 10, n. 3, p. 1012-1036, set./dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62165>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Anexo

Resumos dos artigos

Os resumos são apresentados aqui tal qual como publicados no periódico de origem, com alguns erros gramaticais e de pontuação que não foram corrigidos, por respeito ao original.

1. SCHOOL FEEDING IN COVID-19 TIMES: MAPPING OF PUBLIC POLICY EXECUTION STRATEGIES BY STATE ADMINISTRATION

CORRÊA, Elizabeth Nappi et al. Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento de estratégias de execução de políticas públicas pela administração estadual. *Revista de Nutrição*, v. 33, e200169, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/ChKdfTj4nL45dpXtPsKSNsP/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O estudo identifica e discute estratégias de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar adotadas pelas gestões estaduais durante a pandemia de coronavírus. Trata-se de pesquisa transversal descritiva. Foram realizadas visitas exploratórias nas páginas oficiais dos governos estaduais e do Distrito Federal para obtenção de informações a respeito das estratégias de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar após a suspensão das aulas pela pandemia por de covid-19. As informações sobre a forma de execução e o público atendido pela ação foram analisadas de modo descritivo. Das 27 unidades federativas, 55% distribuíram kits de alimentos, 26% entregaram cartão/vale alimentação e 19% forneceram kits de alimentos e cartão/vale alimentação. Com relação à abrangência, 37% mantiveram atendimento universal, 30% atenderam escolares de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e 26% atenderam escolares de famílias registradas no Cadastro Único. Verificou-se a fragilidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar quanto à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional. A morosidade do gestor federal e lacunas das normativas expedidas podem explicar as modificações nas estratégias relatadas e que, em sua maioria, ferem o princípio da universalidade.

2. (RE)ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO EM TEMPOS DE COVID-19: NO LIMIAR DO (IM)POSSÍVEL

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson. (Re)organizar o trabalho pedagógico em tempos de Covid-19: no limiar do (im)possível. *Educação & Sociedade*, v. 41, e239688, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sJBDSZGLL9kt4b8YMB8wRN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O artigo analisa a experiência de uma escola pública do estado do Paraná, Brasil, no início do enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19. Examinaram-se os limites e as potencialidades do processo vivido pelos profissionais da escola durante a (re)organização de seu trabalho com a suspensão das atividades presenciais, ao mesmo tempo que vivenciavam a reestruturação das relações sociais com as incertezas e os riscos à vida. Desenvolvida como estudo de caso instrumental, a análise permite vislumbrar a potencialidade de reinvenção da escola, estimulada por processos participativos, não obstante os limites mediante às condições objetivas dos envolvidos e das históricas mazelas dos sistemas educacional e social brasileiros, o que coloca a instituição trabalhando no limiar do (im)possível.

3. O ENSINO REMOTO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID 19 EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO

FRITSCH, Rosangela *et al.* O ensino remoto no contexto da pandemia de Covid 19 em escolas públicas de Ensino Médio. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 37, n. 3, p. 1478-1505, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/109654>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Este artigo analisa o ensino remoto no contexto da pandemia ocasionada pela Covid-19 sob a perspectiva de estudantes de Ensino Médio de escolas públicas estaduais. Os dados foram produzidos por meio da aplicação de um questionário on-line a estudantes e da coleta de relatos de gestores escolares submetidos à análise estatística e textual. Identificamos a persistência de uma educação corrupta, o que requer a luta pela democracia na educação pública, mediante uma urgente distribuição equitativa, controlada e norteadada pela justiça escolar das condições e dos recursos a ela destinados.

4. DESAFIOS DA PRÁXIS FREIRIANA EM TEMPOS DE PANDEMIA: ENSINO REMOTO E A GESTÃO EDUCACIONAL NO PROEJA

OLIVEIRA, Edna Castro de *et al.* Desafios da práxis freiriana em tempos de pandemia: ensino remoto e a gestão educacional no Proeja. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 37, n. 2, p. 787-809, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/113252>. Acesso em: 18 de ago. 2022.

Como estudo em andamento, o texto revisita o pensamento e práxis de Paulo Freire em suas relações com o momento presente, para pensar os desafios da gestão educacional, na adoção do ensino remoto no Proeja, em função da Covid-19. Os pressupostos da pesquisa documental

e da sistematização de experiência foram estratégias de investigação articuladas, que permitiram desvelar os movimentos dialógicos e participativos dos sujeitos, como fundantes na definição de ações para a redução dos impactos do ensino remoto junto a estudantes do Curso Técnico Integrado em Hospedagem do Proeja.

5. A GESTÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA NA CAPITAL ALAGOANA

SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da; SILVA GOMES, Eva Pauliana da. Gestão escolar em tempos de pandemia na capital alagoana. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 15, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/77531>. Acesso em: 18 ago. 2022.

A escola, como dimensão necessária para as mudanças sociais, tornou-se um ambiente isolado e sem movimento em tempos de pandemia. O objetivo da pesquisa foi compreender o processo de organização escolar e os desafios na atuação dos diretores escolares da rede pública municipal de Maceió no contexto do isolamento social, ocasionado pelo novo coronavírus (COVID-19). O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, tendo, como técnica, a pesquisa exploratória. Utilizou-se a aplicação de questionários on-line como instrumentos de coleta. A análise dos dados deu-se a partir da Análise de Conteúdo. Os resultados apontaram que os gestores escolares estão desenvolvendo diferentes atividades, mediadas pelas tecnologias e pelas plataformas digitais, contribuindo para a condução das propostas educacionais em uma construção coletiva e democrática, tendo, como ponto de partida, a valorização pela vida e a preocupação com o bem-estar dos envolvidos.

6. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DE PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

CARDOSO, Alessandra Andrade; TAVEIRA, Gustavo Diniz; STRIBEL, Guilherme Pereira. Educação especial no contexto de pandemia: reflexões sobre políticas educacionais. *Revista Teias*, v. 22, n. 65, p. 510-518, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/50005>. Acesso em: 18 ago. 2022.

A pandemia de coronavírus (Covid-19) trouxe mudanças no cenário econômico, político, social e educacional do mundo. As escolas de muitos países estão fechadas, algumas adotando aulas remotas e/ou educação à distância. Com isso, grupos que já apresentavam graus de vulnerabilidade, como o caso dos alunos e alunas com deficiência, ficam ainda mais cerceados do direito à educação escolar, principalmente na realidade brasileira. Nessa direção, esse trabalho visa fomentar discussão entre a evolução histórica dos processos de inclusão de tais alunos e as consequências ocasionadas pela necessidade do isolamento em decorrência da pandemia, a fim de evidenciar a relevância e urgência da consolidação de políticas públicas educacionais de inclusão. Para isso realizamos uma análise documental a partir de um panorama histórico das políticas públicas educacionais voltadas às pessoas com deficiência no Brasil.

7. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A GESTÃO NA/DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MEIO À COVID-19

LOUZADA, Virgínia; AMANCIO, Cristiane; ROSSATO, Bruno. A avaliação institucional e a gestão na/da educação infantil em meio à covid-19. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 32, e08247, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/8247>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Este ensaio discute os processos de avaliação numa perspectiva da gestão democrática e participativa com o grupo de professoras de uma instituição pública de educação infantil do Rio de Janeiro, no cenário gerado pela pandemia da covid-19. Buscou-se compreender como as concepções presentes nos discursos e fazeres docentes traduzem-se em práticas pedagógicas que possibilitem experiências significativas às crianças menores de seis anos. Para tanto, utilizou-se a avaliação institucional como caminho formativo para que as docentes e os gestores pudessem refletir sobre suas ações naquele contexto, gerando a qualificação das práticas. Os resultados indicam que esse é um processo em desenvolvimento na instituição e evidenciam a potência da avaliação para a formação continuada de professores.

8. EDUCAÇÃO E PANDEMIA: OUTRAS OU REFINADAS FORMAS DE EXCLUSÃO

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz. Educação e pandemia: outras ou refinadas formas de exclusão. *Educação em Revista*, v. 37, e25112, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ymhskLWxTXmGyvyVLWwVwz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O objetivo do artigo é problematizar discursos proferidos por professores e estudantes no âmbito dos órgãos de gestão democrática educacionais públicos, enfatizando aspectos excludentes que tendem a destacar perspectivas de inovação, proatividade e/ou sucesso. Recorre-se à argumentação conceitual, de forma a explorar as categorias analíticas que emergiram desse processo especulativo, quais sejam: necessidade, tranquilidade e facilidade. A categoria discursiva de “necessidade” é sustentada tanto a partir de discursos individualistas, como “preciso me formar”, quanto coletivistas: “importante fazer o que for possível”. Já a categoria de “tranquilidade” vem acompanhada de um discurso que pressupõe familiaridade com as ferramentas e o modelo remoto: “é intuitivo”; “é só usar”; “sempre existiu a plataforma, todos deveriam usar e saber usar”. E, por fim, a categoria da “facilidade” se pauta na generalização sem conhecimento de causa, traduzida em frases como: “mas todo mundo tem um celular hoje em dia”. Conclui-se questionando a validade dos argumentos ao exasperarem fatores de exclusão em lugar de mitigá-los.

9. ENTRE A ESPERA E A URGÊNCIA: PROPOSTAS EDUCACIONAIS REMOTAS PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Entre a espera e a urgência: propostas

educacionais remotas para crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus durante a pandemia da COVID-19. *Práxis Educativa*, v. 15, e2017126, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/17126>. Acesso em: 18 ago. 2022.

A pandemia provocada pela COVID-19, o nomeado “novo coronavírus” (SARS-CoV-2), foi declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Desde então, os impactos sociais, econômicos, sanitários, políticos e científicos têm desafiado os cientistas no mundo todo. Especialmente em contextos de desigualdades econômicas, sociais e escolares, os efeitos têm sido devastadores. Ao mesmo tempo, as alternativas criadas ao longo desse processo precisam ser analisadas e compreendidas. Nesse contexto, este artigo discute as práticas pedagógicas propostas para crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, durante o período de isolamento social causado pela pandemia do Coronavírus. A pesquisa é qualitativa e baseia-se em análise de documentos locais sobre o ensino remoto e na realização de entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais da Educação de uma rede de ensino da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, que participaram de um Programa Piloto de Formação Continuada para atuar com crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. Para a análise, os dados foram organizados em eixos temáticos, evidenciando, entre outros aspectos, o empenho docente para desenvolver ações *online* que promovessem a interação e a participação das crianças nas atividades propostas, em parceria com as mães. Igualmente, mostram como a pandemia afetou a relação da escola com a família e a persistência/resiliência das professoras frente aos inúmeros desafios colocados pela pandemia em sua atuação no magistério.

10. LIÇÕES DE QUARENTENA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DOCENTE EM ÉPOCA DE ISOLAMENTO SOCIAL

HADDAD FERREIRA, Luciana; BARBOSA, Andreza. Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. *Práxis Educativa*, v. 15, e2015483, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15483.076>

O isolamento social, recentemente adotado em decorrência da pandemia de COVID-19, leva as instituições de ensino, públicas e privadas, a uma reorganização em relação às suas práticas e, conseqüentemente, suscita o debate acerca do papel da Educação na sociedade atual. Nesse cenário, torna-se relevante a análise das determinações e das conduções adotadas no Brasil no contexto de crise, bem como os pressupostos que sustentam tais direcionamentos. Assim sendo, este artigo discute, a partir das narrativas tecidas por professoras, dois aspectos dessa questão. Inicialmente, faz-se uma análise do contexto político da organização escolar na atualidade. Em seguida, discutem-se as práticas decorrentes de tais orientações, evidenciando suas conseqüências e, também, as possibilidades, mesmo que rudimentares e limitadas, de transgressão, de resistência e de reinvenção da escola a partir do momento e situação que se vive coletivamente.

11. AULAS REMOTAS DURANTE A PANDEMIA: DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR PAIS

LUNARDI, Nataly Moretzsohn Silveira Simões et al. Aulas remotas durante a pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. *Educação & Realidade*, v. 46, n. 2, e106662, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GnhccHnG4mxDNdSQKDQ7ZBt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O objetivo da pesquisa é compreender as representações sociais de pais sobre suas dificuldades e estratégias utilizadas nas aulas remotas oferecidas aos seus filhos. Participaram 147 pais/responsáveis de filhos em situação de ensino remoto. Para coleta dos dados, utilizou-se questionário sociodemográfico e Teste de Evocação Livre de Palavras. Os dados foram analisados por meio da análise prototípica. Os resultados apontaram dificuldades com: internet, administração do tempo, concentração e conciliação do estudo/trabalho. As estratégias adotadas foram: organização da rotina e do local de trabalho e estudo, conversas e acompanhamento das atividades dos filhos. Considerou-se que estes pais precisam de mais informação e melhor suporte escolar.

12. MILITARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS ESCOLARES: A ATUAÇÃO DA CIPOE NAS ESCOLAS DA GRANDE BELÉM DURANTE A PANDEMIA

SILVA, Leildo Dias. Militarização dos territórios escolares: a atuação da CIPOE nas escolas da Grande Belém durante a pandemia. *Geografares*, n. 32, p. 217-239, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/1785>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O policiamento efetuado pela Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPOE), uma unidade da Polícia Militar (PM), é uma realidade nas escolas da Grande Belém. Constitui-se o tema desta pesquisa as práticas de gestão e de controle territorial dessa companhia, as quais objetivamos analisar por meio dos registros disponibilizados em seus canais oficiais de divulgação em redes sociais, sobretudo, no Facebook. Como procedimentos metodológicos, recorreremos à literatura especializada, à catalogação dos registros e à classificação das práticas desenvolvidas pela CIPOE no período pandêmico, agrupando os dados em seis categorias de atuação. Em seguida, procedemos com as análises, de acordo com o referencial teórico que tomamos como suporte. Como resultado, obtivemos a elaboração de um quadro e a catalogação de diversos trechos das postagens da companhia. Concluimos que a CIPOE continua realizando rodadas nas escolas, e avançando nas disputas pelo controle do território por meio de práticas de militarização do espaço escolar.

13. LA ENSEÑANZA A DISTANCIA EN LOS SISTEMAS EDUCATIVOS MUNICIPALES DE BRASIL: PERCEPCIONES DE LOS DIRECTORES ESCOLARES

ROSA, Sanny Silva da; MARTINS, Angela Maria. Ensino remoto em sistemas municipais de educação no Brasil: percepções dos gestores escolares. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 86, n. 2, p. 77-93, 2021. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/4380>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Este texto apresenta e discute resultados da pesquisa que buscou caracterizar cenários decorrentes das políticas e estratégias adotadas por Sistemas Municipais de Educação no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Os dados focalizam, especificamente, as percepções dos gestores escolares acerca dos processos de implementação do ensino remoto e de seus desdobramentos para a organização do trabalho das unidades escolares dos setes municípios que compõem o Grande ABC Paulista, localizado na Região Metropolitana de São Paulo. A metodologia utilizada foi a abordagem não-probabilística, por meio da técnica bola de neve (*snowball sampling*), que atingiu 501 sujeitos representantes do público-alvo da pesquisa, entre maio e junho de 2020. Os resultados evidenciam a dispersão de iniciativas por parte das secretarias de educação, acarretando consequências graves para os estudantes oriundos dos segmentos mais vulneráveis da população, o que tende a aprofundar as desigualdades sociais e educacionais características da sociedade brasileira.

14. OS DESAFIOS DAS AULAS REMOTAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 (SARS-COV-2) EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FEIRA GRANDE, ALAGOAS, BRASIL

SANTOS, Mariana dos; SILVA, Henrique Rodrigues; SANTOS, Claudimary Bispo dos. Os desafios das aulas remotas durante a pandemia de Covid-19 (Sars-Cov-2) em uma escola pública no município de Feira Grande, Alagoas, Brasil. *Diversitas Journal*, v. 6, n. 4, p. 4142-4151, 2021. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1608. Acesso em: 18 ago. 2022.

Atualmente a Educação Mundial encara um grande desafio, trazido pela Covid-19, diante deste cenário pandêmico na qual muitas escolas brasileiras ainda se encontram fechadas, mais de 1 bilhão de alunos em todo o mundo foram afetados. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo descrever sobre os desafios das aulas remotas em uma escola pública de ensino fundamental durante a pandemia de Covid-19, no município de Feira Grande-AL. Trata-se de uma pesquisa descritiva na qual foi entrevistado um representante da gestão escolar e um outro que vivencia a sala de aula há mais de 22 anos. Foi possível observar que, dentre os desafios destaca-se a falta de engajamento, de participação, mas que a escola utiliza estratégias que buscam amenizar os impactos trazidos pela pandemia. Portanto, conclui-se que, estas informações obtidas através dos profissionais de educação desta instituição, mostram a falta de engajamento, de participação e de motivação dos discentes para com as aulas remotas, a dificuldade do acesso à internet e a falta de bons aparelhos tecnológicos, tornam-se os principais desafios no ensino desta instituição.

15. ATUAÇÃO DE GESTORES NO CENÁRIO DE ENSINO REMOTO NO MUNICÍPIO DE ARARIPE/CE

RODRIGUES, José Wellington Freire; OLIVEIRA, Maria Elyara Lima de. Atuação de gestores no cenário de ensino remoto no município de Araripe/CE. *Regae – Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, v.

10, n. 19, e66631, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/66631>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Neste texto apresenta-se resultados de estudo pelo qual se buscou investigar a realidade enfrentada pelos gestores escolares do município de Araripe/CE em meio à pandemia da Covid-19 e o cenário de ensino remoto emergencial. Delineou-se a partir de abordagem qualitativa de caráter exploratório, com coleta de dados por meio de questionários aplicados pela ferramenta *Google Forms*. A partir das análises efetivadas foi perceptível que os gestores escolares necessitaram efetivar a gestão democrática para garantir o funcionamento e a cooperação dos diferentes integrantes que fazem o processo educativo, pois o ensino remoto requereu trabalho conjunto, diálogo e parceria.

16. A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL: O INÍCIO DO CONTEXTO PANDÊMICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NA PERCEPÇÃO DE GESTORES ESCOLARES

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. A efetivação do direito à educação com qualidade social: o início do contexto pandêmico no estado do Rio Grande do Sul na percepção de gestores escolares. *Educação e Políticas em Debate*, v. 10, n. 3, p. 1072-1089, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62228>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O presente artigo busca evidenciar os primeiros movimentos da relação estado-escola no contexto da pandemia do novo coronavírus, no Estado do Rio Grande do Sul, à luz da efetivação do direito à educação com qualidade social na perspectiva de gestores escolares. Como estratégia metodológica na produção de dados utilizamos a abordagem qualitativa junto a pesquisa bibliográfica e documental, incluindo entrevistas semiestruturadas com diretores de escolas públicas. O processo analítico se deu pela análise textual discursiva com viés dialético-materialista. Os resultados indicam o complexo cenário de efetivação do direito à educação com qualidade social, especialmente pela forma como o engendramento político não se consubstancia na materialidade do cotidiano escolar.

17. TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA: A REALIDADE VIVENCIADA POR PROFESSORES E EQUIPES GESTORAS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA/CE

ZIENTARSKI, Clarice; SOUSA, Elisângela Maria Oliveira; MARTINS, Ivan Carlos Costa. Trabalho docente em tempos de pandemia: a realidade vivenciada por professores e equipes gestoras de instituições de ensino da região metropolitana de Fortaleza/CE. *Educação e Políticas em Debate*, v. 10, n. 3, p. 1012-1036, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62165>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Considerando os desafios e impactos impostos pela pandemia do novo coronavírus no trabalho docente, professores(as) dos sistemas público e privado de ensino levantaram problemáticas

aqui apresentadas. Um total de 323 entre docentes e gestores do estado do Ceará participaram de pesquisa realizada virtualmente no segundo semestre de 2020 por meio de um questionário. O estudo teve caráter bibliográfico, com abordagem quali-quantitativa e como teoria do conhecimento se fundamentou no materialismo histórico-dialético. Conclui-se que há o aumento do tempo de trabalho, acúmulo/sobrecarga de atividades, capacitação insuficiente e transformação da moradia em sala de aula. O novo contexto escolar intensificou a precarização do trabalho e o avanço de propostas neoliberais, sobretudo, aprendizagem à distância e flexibilização curricular.

18. DESAFIOS E REORDENAMENTOS DO PROCESSO DE TRABALHO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS-SC: FORMAÇÃO E PRÁTICAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA PELA COVID-19

MILANI, Maria Luiza; CARVALHO, Karina Vieira; GUMBOWSKY, Argos. Desafios e reordenamentos do processo de trabalho na rede municipal de ensino de Canoinhas-SC: formação e práticas para enfrentamento da pandemia pela covid-19. *Devir Educação*, n. especial, p. 341-362, set. 2021. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/457>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O texto descreve os desafios, a mobilização, as decisões e a execução de medidas, ações e estratégias para o enfrentamento da suspensão das atividades educacionais presenciais na rede pública municipal de ensino do município de Canoinhas, estado de Santa Catarina decorrente da pandemia COVID-19. O estudo desenvolveu-se pelo método descritivo, com procedimentos de coletas de dados documentais e bibliográficos. Analisou-se sob a perspectiva processual das decisões e encaminhamentos realizados. O cenário pandêmico apresentado no início do ano letivo de 2020, representou um desafio aos gestores, educadores, equipes técnicas e pedagógicas, na reorganização dos programas suplementares educacionais de alimentação escolar, gestão, administração educacional e da assistência aos estudantes. A participação das instâncias de regulamentação e controle social, da política educacional do município, do estado e a assessoria de entidade representativa dos municípios associados na região, a Associação dos Municípios do Planalto Norte (AMPLANORTE), foi fundamental para que a interrupção das atividades educacionais não representasse uma ameaça ao processo de ensino-aprendizado. Considera-se que os desafios resultaram em desdobramentos a partir de estudos, discussões, planejamento e aprendizagens de novas formas de ensinar e aprender. A prática pedagógica desenvolvida de forma remota tornou-se realidade. As metodologias foram modificadas, a tecnologia tornou-se aliada no cotidiano escolar o que permitiu garantir o direito fundamental de acesso à educação por crianças, adolescentes, jovens e adultos do município de Canoinhas.

19. CULTURA ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA E DISTANCIAMENTO SOCIAL

SANTOS, Maéve Melo; SANTOS, Cosme Batista dos. Cultura escolar em tempos de pandemia e

distanciamento social. *Olhar de Professor*, v. 24, e16180.051, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16180>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Este artigo trata de um estudo em andamento do grupo de pesquisa “Observatório do ensino-aprendizagem da escrita escolar”, da Universidade do Estado da Bahia, que, ao ver a iniciativa das escolas de desenvolverem atividades remotas, sentiu necessidade de investigar como a cultura escolar “sobrevive” nos domicílios e quais dizeres e fazeres simbolizam essa sobrevivência. O *objetivo* é investigar a cultura escolar em domicílio durante a pandemia da COVID-19 e a percepção de seus atores. A *metodologia* adotada é a pesquisa *quanti-qualitativa*, com elaboração de formulários *online* para estudantes, pais, professores e dupla gestora, e análise do discurso. As *conclusões* iniciais apontam que os dispositivos de transposição didática da cultura escolar estão ativados mesmo na situação do isolamento. Isso mostra um fortalecimento do papel do educador, da sua capacidade de apreender novos meios de ensino e de superação das condições adversas para fazer-se presente na vida escolar dos estudantes.

20. DIREITO OU PRIVILÉGIO? DESIGUALDADES DIGITAIS, PANDEMIA E OS DESAFIOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p. 262-280, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O artigo discute alguns dos impactos na educação durante a pandemia de COVID-19 no Brasil em 2020, focalizando a questão do acesso às atividades *online* por estudantes do ensino básico. O texto está dividido em duas partes: na primeira, debate-se a transferência do ensino presencial para o ensino remoto, tendo como eixo desigualdades digitais, privilégios sociais e direito à educação; na segunda, é analisado o caso da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em São Paulo (SP), com base nas experiências e nos desafios enfrentados na transferência para o ensino remoto. O artigo aponta para a insuficiência de políticas públicas educacionais no período, que não garantiram a conectividade e o direito à educação no país em meio à crise.

21. ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO DE PANDEMIA

CIPRIANI, Flávia Marcele; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CARIUS, Ana Carolina. Atuação docente na educação básica em tempo de pandemia. *Educação & Realidade*, v. 46, n. 2, e105199, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/tqLcF8PZfsBxsf3ZKpyM9N/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Este artigo considera a docência na Educação Básica, no contexto brasileiro, durante a pandemia da Covid-19 e suspensão das aulas presenciais. A pesquisa contou com a participação de 209 professores da cidade de Juiz de Fora, MG, que responderam ao questionário utilizado como instrumento. O objetivo foi analisar os pensamentos, sentimentos, desafios e

perspectivas dos docentes nesse período de calamidade. Foi realizada a análise de conteúdo e a estatística descritiva dos dados. Os achados apontam conjuntos categoriais emergentes que destacam as preocupações docentes com as acentuadas desigualdades, as principais dificuldades nas práticas educativas curriculares e as expectativas dos profissionais da educação com o retorno às escolas.

22. PRÁTICAS DA COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA (COTP) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO: AÇÕES PARA OS PRIMEIROS PASSOS DO ENSINO REMOTO NA EBTT

SOUZA TRAJANO, Sílvia Cristina de; JUTEN, João Vitor. Práticas da Coordenação Técnico-Pedagógica (COTP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro: ações para os primeiros passos do ensino remoto na EBTT. *REVES – Revista Relações Sociais*, v. 4, n. 4, e13230, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/13230>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O artigo é um relato de experiência do setor de Coordenação Técnico-Pedagógica (CoTP), do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ), que apresenta resultados da criação de estratégias motivadora aos docentes e discentes para o trabalho remoto logo no início do período de reclusão social, proveniente da pandemia imposta pela Covid 19 em março de 2020 na unidade pesquisada. O objetivo do trabalho é estreitar as relações entre a instituição (profissionais da educação) e a comunidade (responsáveis e discentes), motivando-os para o ensino remoto, atendendo o protocolo de distanciamento da escola, sem grandes prejuízos ao ensino. A metodologia adotada buscou transpor a experiência da CoTP com o ensino presencial, somada a atividades a distância, como um formado híbrido com apoio das tecnologias digitais e em especial o utilizando o recurso *google meet* nos primeiros contatos de mediação remota, partindo de temáticas de interesse discentes. Como resultados, os dados apontaram a necessidade de repensar o futuro do ensino pós pandemia, visando à implementação de novas metodologias com adaptação de conteúdos para o acesso remoto, de modo que atenda todos os discentes matriculados da oferta presencial em período de pandemia, no decorrer de 2020, estruturando práticas híbridas para 2021 e futuro. Consideramos que o levantamento chamou a atenção da CoTP para o desenvolvimento de um planejamento pedagógico articulado entre os profissionais da educação e a comunidade, prevendo a adequação da unidade escolar aos novos tempos.

23. EDUCATION DURING AND AFTER THE PANDEMICS

GOMES, Cândido Alberto *et al.* Education during and after the pandemics. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 29, n. 112, p. 574-594, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/qKJf3GyW4GFf7dVBRvBhXys/abstract/?lang=en>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Education in the pandemic time often received an improvised and non-realistic treatment. This is a major reason for planning now the post-pandemic period. According to the

literature and document analysis, social, international and intra-national fractures, detected by current theories, were largely exposed. Besides Covid-19, other crises developed, such as impoverishment and violence. In general, the population has had losses; however, the least privileged have been subject to a greater burden. Countries cannot repeat past mistakes or try to restore Education as it was before, since the circumstances are different. Furthermore, in addition to the learning deficit, it is urgent to recover Education in its multiple ends and goals. Therefore, it is important to support educators, students and families, with a specific focus on the underprivileged, counting on the participation of the social forces of community and society.

24. OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PÓS-PANDEMIA DA COVID-19: O CASO BRASILEIRO

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 30, n. 114, p. 73-93, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/JbyKTD99g9Pwcky5n5cyXDg/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O objetivo desse artigo é refletir sobre os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19, a partir dos dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação do Brasil. Utilizou-se uma metodologia de caráter exploratório, com abordagem qualitativa e estratégia bibliográfico-documental. Constatou-se que o perfil de universidade pública que emergiu dos dados sugere a necessidade de uma mudança no modelo institucional e organizacional, que atualmente acomoda a universidade. Impõe-se que a universidade se reinvente, que se transforme em uma nova instituição, dotada de modelos de gestão atuais, flexíveis e que favoreçam ajustes, posto que tais funcionalidades são mais adequadas à dinâmica organizacional e à gestão de riscos.

25. PRÁTICAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO COMBATE À COVID-19: A RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO PÚBLICO E CAPACIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

PANIZZON, Mateus; COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira. Práticas das universidades federais no combate à COVID-19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 635-649, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DFLXCXxR5TXWxtYtWdxY6Ty/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Esse artigo busca analisar a relação entre os recursos públicos investidos nas universidades federais e sua capacidade de implementação de respostas à COVID-19. O artigo contribui, inicialmente, com um método de categorização para avaliação do direcionamento das práticas de combate à COVID-19 pelas universidades federais. A análise dos dados sinaliza uma tendência de relação positiva entre o nível de gastos executados e a capacidade de implementação

de respostas por meio de projetos de pesquisa e de extensão, principalmente, para o desenvolvimento de tecnologias. Essa reorientação enseja uma discussão sobre desdobramentos para as políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação e para o fortalecimento do Sistema Federal de Educação Superior, de modo a garantir a infraestrutura necessária para a resolução de problemas complexos, como os gerados pela pandemia da COVID-19.

26. REFLEXÕES SOBRE O ENGAJAMENTO DE ESTUDANTES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

ESPINOSA, Tobias. Reflexões sobre o engajamento de estudantes no Ensino Remoto Emergencial. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 23, e35439, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/w5QWLfczXhfvnmpWj5FbHFn/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Em estudo anterior sobre o engajamento dos estudantes de uma disciplina de Física em uma escola pública federal, reestruturada para o Ensino Remoto Emergencial (ERE) em função da pandemia da COVID-19, foram identificados indícios de engajamento discente nas dimensões cognitivo-comportamental (*e.g.*, participação e compromisso com estratégias de estudo) e emocional (*e.g.*, reações positivas e de identificação com a escola e os temas estudados). A partir das reflexões geradas durante o processo de arbitragem do trabalho mencionado, neste artigo são expandidas duas discussões: diferentes perspectivas teóricas e indicadores do construto engajamento; e fatores que podem influenciar o engajamento dos estudantes no ERE.

27. O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E A EXIGÊNCIA IMEDIATA DE LETRAMENTO: REFLEXÕES SOBRE UM TEMPO DE EXCEÇÃO

FREIRE, Maximina M. O ensino remoto emergencial e a exigência imediata de letramento: reflexões sobre um tempo de exceção. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 37, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/ZSr5839MXMZ4GRmfFBntJyC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Desde o reconhecimento da existência de uma pandemia sem precedentes, o mundo tem sofrido profundas mudanças e restrições. Submetemo-nos ao domínio de práticas remotas de convivência e escolhas lexicais únicas que demandam não apenas ressignificação, mas também revelam expectativa e pré-aceitação de um novo normal provável, no futuro. Se a reverberação dessa conjuntura é planetária, seu impacto é notável, de diversas formas, no âmbito educacional que contempla dinâmicas, ambientações, linguagens e recursos emergenciais para lidar com o imediatismo, simultaneidade e intertextualidade também decorrentes da policrise vigente. Considerando as bruscas mudanças originadas pela pandemia, este artigo discute questionamentos e situações observadas, mas não estritamente equacionadas, durante um extenso período de exceção, ainda emergencial. A partir do concreto e do possível, as reflexões aqui expostas buscam interpretar o cenário digital de exceção, abordando repercussões motivadas pelo deslocamento territorial, explorando linguagens e letramento (multiletramentos

e transletamento) e, sobretudo, propondo uma alternativa de expansão das habilidades de produção e compreensão textual para professores e alunos que, lidando com um contexto emergencial a princípio, mas resilientemente duradouro, já antecipam e, em alguma medida, se preparam para o período pós-pandêmico.

28. PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERCEPÇÕES, SENTIMENTOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA

BESSA, Sonia. Professores em tempos de pandemia: percepções, sentimentos e prática pedagógica. *Devir Educação*, n. especial, p. 183-205, 2021. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/410>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Essa investigação é um estudo exploratório com desenho descritivo comparativo com objetivos de analisar sentimentos, percepções e ações pedagógicas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental durante a pandemia da covid 19, averiguar os efeitos do fenômeno pandêmico sob o sistema de educação, descrever como o isolamento afetou o segmento educacional dos anos iniciais em função do acesso aos processos de ensino aprendizagem e prática pedagógica. Foi constituída amostra de 67 professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental de duas unidades federativas do Brasil (SP e GO). Como instrumento, foi utilizado um questionário on-line via google forms. A percepção e os sentimentos dos docentes frente à experiência com o ensino remoto, foram muito similares perpassando variáveis como idade, sexo, cidade e estado em que reside e redes de ensino em que trabalham. Os participantes compartilharam necessidades similares quanto ao apoio financeiro, psicológico e técnico. A priorização do trabalho foi uma realidade para os professores.

29. DIREITO À EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: DEFENDER A VIDA E NÃO AS PRESCRIÇÕES CURRICULARES DA BNCC

HAGE, Salomão Antônio; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. Direito à educação na pandemia: defender a vida e não as prescrições curriculares da BNCC. *Revista Espaço do Currículo*, v. 14, n. 2, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/58060>. Acesso em: 18 ago. 2022.

As orientações dos órgãos de gestão pública e de controle social das políticas educacionais para o período emergencial da pandemia têm apresentado soluções burocráticas e padronizadas para dar seguimento ao ano letivo e ao currículo nas redes e sistemas de educação. O presente artigo traz uma análise do cenário da educação com base nas reflexões de coletivos da Educação e do Campo, objetivando colocar em debate como o Estado brasileiro vem negligenciando o direito à educação, tendo em vista a centralidade dada à BNCC e a legitimação do ensino remoto, que enfraquecem a formação humana integral dos estudantes e colaboram, de forma expressiva, para a desresponsabilização do Estado para com as políticas estruturantes que viabilizam a oferta da educação com qualidade, durante e depois da pandemia.

Conclui-se que para superar tais contradições, é fundamental que o Estado brasileiro e órgãos de controle social aprofundem a análise sobre as condições efetivas da ofertada da educação na pandemia e ampliem os canais de diálogos com as comunidades e escolas, visando conhecer as diferentes realidades e, assim, construir saídas concretas que assegurem o direito à educação para todos e todas.

30. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTO DE PANDEMIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA REALIDADE DE BRASIL E ITÁLIA

SANTOS, Joedson Brito dos; CORREIA, Maria Aparecida Antero. Políticas públicas de educação infantil em contexto de pandemia: considerações a partir da realidade de Brasil e Itália. *Zero-a-Seis*, v. 23, n. especial, p. 195-220, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8121802>. Acesso em: 18 ago. 2022.

A pandemia do coronavírus em 2020 e a decorrente necessidade de isolamento social resultaram no fechamento das creches e das pré-escolas, com repercussões na vida das crianças, das famílias e dos profissionais da educação. Nesse contexto, as decisões do poder público ou a ausência delas incidem diretamente sobre o modo como a sociedade convive com a pandemia, com a ausência do atendimento na Educação Infantil (EI), bem como com o surgimento de desafios quanto à estrutura, à manutenção e à própria concepção de EI, construída historicamente. Considerando as especificidades de Brasil e Itália, seus diferentes contextos sociais, fases de desenvolvimento da pandemia e as posições de seus respectivos governos em relação ao atendimento educacional, o objetivo deste artigo, com base em análise documental, é investigar como os referidos países pensaram a educação infantil, quais decisões foram tomadas, assim como quais os impactos, os limites, as possibilidades e os desafios para essa etapa da educação básica, que é fundamental para o processo de desenvolvimento, aprendizagem e socialização das crianças pequenas.

31. PSICOLOGIA ESCOLAR, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19: REFLEXÕES A PARTIR DO ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia escolar, políticas educacionais e os impactos da pandemia de Covid-19: reflexões a partir do enfoque histórico-cultural. *Obutchénie*. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, v. 6, n. 1, p. 40-53, jan./abr. 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/OBv6n1.a2022-64383>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Este artigo discute as políticas públicas de educação no Brasil e o papel da psicologia escolar e educacional tomando como fundamento a Psicologia Histórico-cultural no contexto da Pandemia de Covid-19. Apresenta brevemente os grandes desafios da educação básica centrados nas questões históricas de exclusão da e na escola e os processos de agravamento da desigualdade social com consequências para a escolarização. Sugere propostas para o

enfrentamento em situações de crise por meio de ações que sejam interdisciplinares, multiprofissionais e intersetoriais, tais como: a) realizar um diagnóstico geral da situação escolar, baseando-se nos dados possíveis sobre a região, sobre as famílias e os estudantes, podendo realizar atividades que possibilitem conhecer mais de perto as dificuldades e possibilidades de acesso ao conhecimento e às necessidades sociais e econômicas apresentadas; b) repensar os espaços de convivência, as formas de estabelecer os currículos, de incentivar a participação de todos os segmentos da escola; c) viabilizar projetos coletivos, ações e estratégias que tenham as pessoas como protagonistas de suas histórias, trajetórias e dores que foram marcas dessa pandemia. Reafirma, por fim, o papel que vem desempenhando a Teoria Histórico-Cultural no processo de discussão de temáticas centrais para a educação básica, considerando o contexto social, político, econômico e cultural bem como os processos de subjetivação que constituem a humanização.

32. A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. “TEM ALGUÉM AÍ, OU VAMOS APENAS CUMPRIR TAREFAS?”

NASCIMENTO REZERA, Danielle do; D’ALEXANDRE, Raquel Gomes. A educação de crianças e jovens durante a pandemia da Covid-19. “Tem alguém aí, ou vamos apenas cumprir tarefas?” *Saber & Educar*, n. 29, 2021. Disponível em: <http://revista.esep.pt/index.php/sabereducar/article/view/396>. Acesso em: 18 ago. 2022.

A chegada do vírus Covid-19 ao Brasil redirecionou o olhar nacional para a crise científica instituída após os primeiros anos de governo do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. Objetivando entender o descontrole pandêmico no país e os efeitos na educação, tecemos considerações importantes em que se estabeleceu como mote epistemológico a compreensão do negacionismo científico articulado a antipolítica fundamental à condução do processo de alijamento dos direitos humanos. Buscamos no processo o entendimento crítico das condicionantes da educação obrigatória e como estas práticas são utilizadas como sinônimo de uma reconfiguração sobre as atividades laborais e atuação de entes privados no setor, indicando processos de precarizações do trabalho docente e da qualidade no sistema educacional público.

33. FORMAÇÃO CONTINUADA E ENSINO NA PÓS-MODERNIDADE: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

ARAÚJO, Michell Pedruzzi Mendes; SILVA, Rita Barcelos da. Formação continuada e ensino na pós-modernidade: um ensaio teórico sobre a prática docente em tempos de pandemia de covid-19. *Revista Práxis*, v. 8, n. 3, p. 376-391, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2509>. Acesso em: 18 ago. 2022.

A humanidade frequentemente passa por transições estruturais no modelo social e na economia. A difusão acelerada das informações caracteriza uma nova tendência globalizante e

tecnológica, ressignificando as relações humanas e as formas de comunicação. Nesse cenário, mais um fato corroborou as dubiedades instaladas na sociedade pós-moderna: a pandemia da covid-19, que trouxe mudanças inevitáveis para os sistemas educacionais. Muitos profissionais professores se viram despreparados para o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), ao mesmo tempo em que se evidencia uma parcela considerável de alunos sem acesso à internet e/ou recursos digitais para o desenvolvimento das atividades propostas. À vista disso, este estudo teórico objetivou refletir sobre a formação continuada como subsídio à prática pedagógica considerando a realidade emergente do ensino a distância e/ou híbrido. Amparados em Antunes (2014), Bauman (1999), Freire (1996, 2001), Morin (2011, 2015), Nóvoa (2002, 2009, 2017) e Hall (2001), buscou-se provocar reflexões em torno dos desafios da pandemia às práticas educativas, que se alertou acerca de lacunas no sistema educacional brasileiro e que ainda persistem. Nesse sentido, advoga-se alinhar os benefícios práticos do uso das TDICs ao ensino não presencial, bem como harmonizar os avanços científicos ao bem-estar comum – para todo caso, permanece o compromisso com uma educação crítica, científica e conscientemente cidadã.

34. ESTRATÉGIAS DE ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ARRUDA, Robson Lima; NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo. Estratégias de ensino remoto durante a pandemia de COVID-19: um estudo de caso no 5º ano do Ensino Fundamental. *Revista Thema*, v. 20, n. especial, p. 37-54, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1851>. Acesso em: 20 ago. 2022.

No contexto da pandemia do Novo Coronavírus (2019-nCoV), o ensino remoto tomou proporções mundiais. Em meio a um cenário de incertezas e mudanças atípicas nos modos de vida das pessoas, a educação não escapou a essas adversidades. Um dos maiores desafios provocados pelo ensino remoto se traduz pela necessidade de repensar e modificar alguns paradigmas educacionais vigentes. O presente estudo explora, através da análise de um Portfólio, as estratégias de ensino remoto utilizadas numa turma de quinto ano do Ensino Fundamental, evidenciando aspectos do ensino, da avaliação e da formação remota. A análise fundamenta-se, de forma breve, em alguns pressupostos complexos e holísticos sobre saberes docentes e professor-reflexivo. Trata-se de uma pesquisa-ação cuja investigação se dá acerca da própria prática do professor-pesquisador e cuja análise permitiu constatar a importância da reflexão sobre a ação, em que o professor assume papel central na sua própria formação.

35. SUSTENTAR A TRANSFERÊNCIA NO ENSINO REMOTO: DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

CHARCZUK, Simone Bicca. Sustentar a transferência no ensino remoto: docência em tempos de pandemia. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 4, e109145, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/S7dGKjBx7Ch4FxwVc93pVg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Problematizamos a docência no ensino remoto em tempos de pandemia. A despeito das diferenças entre ensino remoto e educação a distância (EaD), apontamos que críticas a ambos recaem sobre as dificuldades de interação entendidas como inerentes a eles. Em contraposição, argumentamos que ponderações a todo modo de ensino precisam enfatizar modelos teóricos conceituais que os sustentam. Inspirados na construção do caso em psicanálise, apresentamos narrativas acerca do ensino remoto e as analisamos a partir do conceito de transferência. Apostamos que o laço transferencial entre professor, aluno e conhecimento pode ser estabelecido no ensino remoto, considerando a escuta e a palavra como representantes da presença e da corporeidade neste contexto.

36. VIDA DE ESTUDANTE DURANTE A PANDEMIA: ISOLAMENTO SOCIAL, ENSINO REMOTO E SATISFAÇÃO COM A VIDA

VIEIRA, Kelmara Mendes *et al.* Vida de estudante durante a pandemia: isolamento social, ensino remoto e satisfação com a vida. *EaD em Foco*, v. 10, n. 3, e1147, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1147>. Acesso em: 18 ago. 2022.

A pandemia de COVID-19 atingiu muitos países em 2020, incluindo o Brasil, que adotou diversas medidas para combater o vírus, interferindo assim na vida da sociedade, especialmente com a exigência do isolamento social. Para manter as atividades letivas, a Universidade Federal de Santa Maria iniciou o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais, para os cursos presenciais. Esse estudo investigou o isolamento social, a adoção do ensino remoto e a mudança na satisfação com a vida desses estudantes. Para isso adotou-se uma survey online, cujas respostas foram analisadas com a estatística descritiva, análise fatorial exploratória e regressão linear múltipla. Os resultados indicam que a maioria dos estudantes está praticando o isolamento e saindo de casa apenas para a compra de produtos essenciais. Nesse processo de “ficar em casa” os estudantes percebem queda na produtividade, alterações de humor e sentimentos de angústia e ansiedade. A satisfação com a vida hoje é menor quando comparada a do período anterior a pandemia. Contudo, a maioria avalia positivamente os esforços para a manutenção das atividades de ensino remoto tanto no que se refere às dinâmicas que estão sendo desenvolvidas quanto à aderência às atividades.

37. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS DE PROFESSORES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19: NOVOS DESAFIOS, OUTROS APRENDIZADOS

OLIVEIRA, Carloney Alves de; SOUZA AMANCIO, Joenneyres Raio de. Estratégias didáticas de professores no Ensino Remoto Emergencial (ERE) frente à pandemia da Covid-19: novos desafios, outros aprendizados. *Devir Educação*, n. especial, p. 323-340, 2021. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/455>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O presente artigo propõe uma reflexão acerca de estratégias didáticas utilizadas por professores do estado de Alagoas frente ao contexto pandêmico causado pelo novo coronavírus no Ensino Remoto Emergencial (ERE), mediado, especialmente, pelas tecnologias digitais (TD). Este estudo toma como base autores que discutem sobre TD, ERE e desafios à educação, a partir de artigos e vídeos já socializados em periódicos, internet, sites e redes sociais. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo numa abordagem exploratória. Para tanto, os dados foram coletados a partir de um questionário *online* disponibilizado em rede para os professores do estado. Participaram desta pesquisa 21 professores que atuam no Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, e do Ensino Médio, distribuídos em instituições públicas e/ou privadas de 8 cidades alagoanas. Os resultados evidenciam que as TD em si não promovem a produção do conhecimento nem o aprendizado, pois é preciso uma reconfiguração de estratégias didáticas para a potencialização da interação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, de maneira a compreender que as vivências com o ERE podem dar um impulso para se pensar essa prática mediada pelas TD, mas também possibilidades para além delas.

38. EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO NO CONTEXTO DA PANDEMIA: ENSINO REMOTO PARA QUEM?

SILVA, Maria do Socorro Pereira da; CUNHA, Adriana Lima Monteiro; SANTOS, Thaynan Alves dos. Educação básica nas escolas do campo no contexto da pandemia: ensino remoto para quem? *Revista @mbienteeducação*, v. 14, n. 2, p. 417-431, 2021.

Este estudo analisou os impactos da pandemia nas escolas básicas do campo, com implantação do ensino remoto, destacando a exclusão educacional dos camponeses no acesso às tecnologias digitais. A metodologia da pesquisa considerou a abordagem qualitativa, por meio da pesquisa Investigação-Ação Participativa. Para coleta de dados, optamos pelo levantamento da literatura, entrevistas semiestruturadas online e observação participante, mediados pelo método dialético para análises dos dados, a partir da participação dos professores das escolas do campo, egressos das licenciaturas em Educação do Campo. Os resultados apontam que os impactos da pandemia nas escolas do campo agravaram o fechamento das escolas, revelando a falta de planejamento das gestões municipais de educação para oferta do ensino remoto, visto que as escolas do meio rural não têm acesso à rede de internet, e enfatizando as condições socioeconômicas dos camponeses para acesso às tecnologias digitais e qualificação dos professores do campo, que ampliaram as desigualdades educacionais no meio rural.

39. “DA NOITE PARA O DIA” O ENSINO REMOTO: (RE)INVENÇÕES DE PROFESSORES DURANTE A PANDEMIA

SANTOS, Elzanir dos; LIMA, Idelsuite de Sousa; SOUSA, Nádia Jane de. “Da noite para o dia” o ensino remoto: (re)invenções de professores durante a pandemia. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, v. 5, n. 16, p. 1632-1648, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/9178>. Acesso em: 18 ago. 2022.

A pandemia da Covid-19 desvelou, de forma incontestável, problemas estruturais do nosso país, dentre tantos, aqueles ligados às condições precárias de ensino e de aprendizagem. Confrontados diuturnamente por um discurso desvalorizante, os(as) docentes têm assumido, no contexto atual, importância vital no empreendimento de ações que garantam educação a milhões de estudantes. Afetados(as) em sua vida pessoal e profissional, de forma disruptiva, abrangente e intensa, estes(as) profissionais são lançados(as) em um enredo que os(as) convoca a operar mudanças profundas no modo de ser, pensar e fazer seu cotidiano docente, a partir do ensino remoto. Objetivamos, portanto, responder neste artigo, dentre outras, a seguinte questão: Como professores(as) têm dado forma e produzido sentidos ao seu ofício no contexto do ensino remoto? Tomamos como aporte teórico Delory-Momberguer (2012, 2016); Souza e Meireles (2018); Passeggi (2010), dentre outros, e assumimos como um de nossos pressupostos que o ato de narrar é parte constitutiva do humano e possibilita aos sujeitos atribuir sentido e interpretar suas experiências. Convidamos professores(as) da Educação Básica a produzirem narrativas escritas ou orais, sobre o contexto do seu trabalho nas condições atuais, os quais fizeram emergir desafios, estratégias, (re)invenções, aprendizagens e possibilidades para um vir a ser.

40. A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: ENSINO REMOTO E EXAUSTÃO DOCENTE

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice Salete; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v. 15, e2016289, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218250>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Neste artigo, propõe-se a analisar a trama discursiva que se constitui a partir da necessidade de adaptação das atividades presenciais para atividades remotas no Estado do Rio Grande do Sul durante o distanciamento social causado pela COVID-19. Tomou-se como material empírico a seção de notícias de três sites de sindicatos gaúchos (SINEPE/RS, SINPRO/RS e CPERS/RS), assim como as notícias publicadas na versão online do jornal Zero Hora no período entre o dia 16 de março e 31 de maio de 2020. A pesquisa foi desenvolvida com base na análise do discurso de orientação foucaultiana. A partir da empiria, foram construídos dois eixos analíticos: “Ensino remoto entre oportunidades, dificuldades e desigualdades” e “A docência levada à exaustão”. As análises evidenciam o reforço de mecanismos disciplinares, o crescimento das desigualdades, algum otimismo com os efeitos de longo prazo e a intensificação do trabalho docente, associada com a possibilidade de contracondutas.

41. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E ENSINO REMOTO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES?

SANTOS, Fabiano; MARQUES, Hellen Jaqueline; MOURA, Maria Aparecida Dias de. Avaliação da aprendizagem e ensino remoto: o que dizem os professores? *Linhas Críticas*, v. 27, e39019, 2021.

DOI: 10.26512/lc27202139019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/39019>. Acesso em: 20 ago. 2022.

O artigo tem como objetivo identificar e analisar o papel da avaliação da aprendizagem durante o ensino remoto na visão dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Corumbá (MS) no contexto da pandemia de covid-19. Os resultados obtidos por meio de formulário eletrônico enviado para os 410 professores atuantes nessa etapa indicaram que os docentes defendem uma perspectiva formativa e diagnóstica, porém as práticas de avaliação são contraditórias. A avaliação, que tem assumido um papel burocrático, mostra-se ineficaz para os professores e com empobrecimento dos processos de formação humana, pois não possibilita a apropriação crítica e consciente dos saberes sistematizados.

42. ESCOLA, ENSINO E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA

NASCIMENTO, Carolina Picchetti. Escola, ensino e os processos de aprendizagem em tempos de pandemia. *Linhas Críticas*, v. 27, e39015, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567258113>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O artigo discute possíveis heranças da relação entre pandemia e ensino remoto para o trabalho pedagógico escolar, especialmente para a rede pública. Com base em um estudo teórico-bibliográfico sobre as condições estruturais que compuseram as decisões didático-metodológicas para a realização das chamadas atividades pedagógicas não presenciais, discute-se a existência de uma tendência generalizada de simplificação dos processos de ensino e de aprendizagem e de automatização do trabalho do professor. Argumenta-se que parte das ações de resistência a esse projeto educacional está na formulação coletiva de posições sobre escola, ensino, aula e aprendizagem.

43. DO PRESENCIAL AO REMOTO EMERGENCIAL: TRÂNSITOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PANDEMIA

PRAZERES, Michelle; GIL, Carolina; LUZ-CARVALHO, Tatiana. Do presencial ao remoto emergencial: trânsitos da educação infantil na pandemia. *Linhas Críticas*, v. 26, e36262, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1935/193567257074/193567257074.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Este artigo tem como objetivo lançar um olhar para o trânsito da escola de educação infantil para o modo remoto emergencial em função da pandemia de Covid-19. Partindo da compreensão de que esta condição não pode ser considerada educação infantil em sua integralidade, analisaram-se os usos de recursos tecnológicos e as estratégias adotadas por escolas a partir de discussão teórica e entrevistas com gestoras. A solução circunstancial remota buscou garantir a manutenção de vínculos afetivos e da escola como projeto, além de conexões com a cultura e o conhecimento. A análise revelou possibilidades e limites da relação com as tecnologias e iluminou aspectos das relações entre escola e famílias.

44. EVASÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA

NASCIMENTO, Karina Santos do; SILVA, Ivanilso Santos da. Evasão escolar: possibilidades de intervenção do Conselho Escolar no contexto da pandemia. *Ciência & Trópico*, v. 44, n. 2, p. 277-299, 2020. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1942>. Acesso em: 19 ago. 2022.

Este presente artigo propõe analisar a evasão dos jovens frente às ações do conselho escolar e para isto realizamos um estudo de caso em uma escola da rede municipal do Recife. O conselho escolar como um instrumento de gestão democrática, faz parte do coletivo da instituição de ensino, vivenciando várias situações, inclusive a evasão dos jovens. Esse órgão colegiado é composto por membros de todos os segmentos da escola, sendo seus encaminhamentos reflexos de decisões coletivas. A pesquisa se utilizou da abordagem qualitativa, a coleta de dados foi através de observações na rotina e entrevista semiestruturada com representantes do colegiado e da comunidade escolar. Os dados obtidos foram analisados através da análise de conteúdo de Bardin (2004). O resultado apontou que o conselho escolar possui sua funcionalidade fragilizada, pois falta um maior engajamento dos seus membros, principalmente no que se refere às tomadas de decisões coletivamente, que visem priorizar o que é essencial ao bom andamento da escola.

45. DIÁLOGO E ACOLHIMENTO: O PROJETO ESCOLA DA FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS NO CONTEXTO PANDÊMICO

SILVA, Léa Ribeiro; SILVA, Valdenize Honório da; SOUTO, Emanuel Mota Silveira. Diálogo e acolhimento: o projeto Escola da Família e a construção de novas relações comunitárias no contexto pandêmico. *Revista Tópicos Educacionais*, v. 27, n. 1, p. 120-136, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6727/672770961007/672770961007.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

O presente estudo concentra-se na descrição do Projeto Escola da Família e análise dos movimentos empreendidos para ajustá-lo à nova dinâmica escolar, imposta pela pandemia do Coronavírus. Constituem focos de observação as ações executadas no âmbito do projeto, com objetivo de ampliar e consolidar as relações entre a escola e sua comunidade. Destaca-se também a intenção de compreender o modelo escolar transitório e de socializar as experiências, na perspectiva de contribuir para a construção de novo paradigma educacional. A pesquisa foi realizada obedecendo a padrões metodológicos qualitativos, que possibilitam ampla integração entre os seus sujeitos e ambiente de intervenção. O projeto encontrou terreno fértil, nesses tempos pandêmicos, para fomentar o diálogo, o acolhimento, a solidariedade e a integração. O número de famílias engajadas, o teor dos diálogos, as conexões estabelecidas e as ações desencadeadas são aspectos que dimensionam o alcance e efetividade da iniciativa.

46. ROTINA FAMILIAR E ACADÊMICA DE FAMÍLIAS DE ALUNOS DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

BORGES, Laura; CIA, Fabiana. Rotina familiar e acadêmica de famílias de alunos durante o isolamento social. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 8, n. 16, p. 202-217, 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/persdia/article/view/11777>. Acesso em: 19 ago. 2022.

A pandemia global do Coronavírus causou a interrupção das aulas presenciais, forçando escolas a se reorganizarem para continuar as atividades de forma remota. Assim, surgiu a necessidade de analisar as particularidades da realização deste processo na rotina das famílias dos alunos. O presente estudo tem como objetivo geral verificar o funcionamento da rotina familiar e acadêmica de crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas e particulares de uma cidade do interior paulista, a partir do relato dos familiares. O objetivo específico foi analisar o relacionamento e comunicação entre família e escola neste período, e o impacto das demandas escolares na rotina dos familiares. Para isso, após cumpridos os procedimentos éticos, a coleta de dados foi realizada a partir do envio de um formulário eletrônico, via e-mail, aos familiares de alunos da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município. Os dados qualitativos obtidos foram submetidos à análise de conteúdo, passando por operação de desmembramento em unidades de conteúdo e categorização. Os dados quantitativos foram submetidos a medidas de tendência central e dispersão. Foram identificados focos de alerta na retomada das aulas remotas, como sobrecarga materna, dificuldade em compartilhar das atividades da criança, insuficiência das orientações escolares, necessidade de aprimoramento da comunicação e não-variedade das ferramentas utilizadas para tal. Estas constatações devem ser alvo de ação dos governantes, diretores e professores de modo a otimizar este processo educacional.

47. A COVID-19 E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: USOS DIFERENCIADOS DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO VIRTUAL E O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

PIRES, André. A Covid-19 e a educação superior no Brasil: usos diferenciados das tecnologias de comunicação virtual e o enfrentamento das desigualdades educacionais. *Educación*, v. 30, n. 58, p. 83-103, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/educ/v30n58/2304-4322-educ-30-58-83.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

O artigo tem por objetivo discutir efeitos da pandemia da Covid-19 no ensino superior brasileiro em 2020. A adoção do ensino remoto durante a pandemia, por meio da utilização de tecnologias de comunicação virtuais, alterou as relações de ensino e aprendizagem. Estas mudanças não ocorreram de maneira homogênea e linear. Este texto tece considerações sobre os usos diferenciados destas tecnologias e sobre como estes processos contribuíram para o fortalecimento das desigualdades educacionais já existentes. Os argumentos foram estruturados em três momentos, considerando os processos que ocorreram antes, durante e depois

da pandemia. Foram elencados três desafios para que a possibilidade de retorno presencial às aulas no pós-pandemia seja também uma oportunidade para enfrentarmos os processos que favorecem as desigualdades educacionais

48. DIREITO EDUCACIONAL E O ENSINO REMOTO TEMPORÁRIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: A EMERGÊNCIA DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza; SILVA SOTERO, Ana Paula da. Direito educacional e o ensino remoto temporário na educação superior durante a pandemia do coronavírus: a emergência da transformação digital. *Revista Práxis*, v. 8, n. 3, p. 253-274, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2590>. Acesso em: 19 ago. 2022.

A pandemia do coronavírus trouxe a imprevisibilidade do direito educacional presencial, tendo em vista que as medidas de isolamento social são um instrumento emergencial para conter as curvas de contaminação e propagação do vírus e evitar o colapso do sistema de saúde brasileiro. Verifica-se que o direito à educação superior também é um direito fundamental previsto na Constituição da República de 1988. Sob essa égide, o presente estudo busca verificar como concretizar o direito fundamental à educação superior durante a pandemia da Covid-19. Impende registrar que em razão do confronto entre o direito fundamental à saúde e o direito fundamental à educação, é preciso resguardar o direito à vida e à saúde, sendo necessária as restrições impostas ao direito educacional. Em razão desse imprevisto, o ensino superior presencial precisou se readaptar por meio do ensino remoto emergencial e temporário, para garantir o exercício do direito à educação com segurança para a população. Por esse aspecto, o presente estudo tem por objetivo analisar a viabilidade do ensino remoto na educação superior, por meio do uso da tecnologia digital no ensino. Para tanto, a pesquisa fará uma análise documental dos dados estatísticos da pandemia do coronavírus no país. Ademais, a incursão teórica utilizará uma abordagem crítico-reflexiva e fará o exame dos documentos oficiais em matéria de educação superior e as resoluções temporárias e emergenciais do ensino remoto, bem como a análise de obras doutrinárias que tratam dos direitos fundamentais e do ensino tecnológico, mediante abordagem reflexiva e interdisciplinar.

